



GENERAL AMADEU GARCIA DOS SANTOS É A FIGURA DE ABRIL, PAG 46

O REFERENCIAL



50 ANOS

**APROVADA MEDALHA DE PARTICIPAÇÃO
DOS MILITARES NO 25 DE ABRIL**

CASA DA MOEDA



O valor da liberdade é incalculável

Desenhada por Henrique Cayatte, em que vemos um cravo ao centro, o primeiro verso do famoso poema de Sophia e as datas que assinalam os 50 anos de vida em democracia. No lado oposto, cinquenta círculos não concêntricos desenhavam várias trajetórias distintas, símbolo de liberdade, que representam as diferentes ideias e projetos que nasceram nesse dia. Uma por cada ano desde esse dia único.

DISPONÍVEL EM 22 DE ABRIL



LISBOA R. Escola Politécnica, 137 - R. D. Filipa de Vilhena, 12 e 12-A - Biblioteca Nacional - Campo Grande, 83
COIMBRA Rua Visconde da Luz 94, 96 e 98
PORTO R. Cândido dos Reis, 97
www.loja.incm.pt - moeda.apoiocliente@incm.pt

INCM
IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA



4 EDITORIAL

Os Militares e a Revolução, Aniceto Afonso | 4

12 ABRIL | 50 ANOS

Os Valores de Abril Estão Ameaçados, Vasco Lourenço | 12
Revolução dos Cravos em Aplicação Informática | 15
Olhar de um Cineasta Argentino | 16
Encontro de Jovens Luso-Descendentes | 17
Mural de 200 Azulejos em Monte Formoso | 18
Homenagem Anónima ao Presidente da A25A | 19
Sarau Comemorativo em Relvinha | 20
Cravo Gigante Surge em Tábua | 21
Timor e Espanha assinalaram Abril | 22
Celebrar 50 anos do Provedor de Justiça | 25
25 Versos de Abril | 27

28 ABRIL E OS JOVENS

O Jornalismo a Dar Voz à Memória, Fátima Lopes Cardoso | 28
Impacto do 25 de Abril na Literatura Portuguesa, Carolina Alves, Carolina Caleira e Nair Carrapo | 31
Cartas de Guerra: Palavras de Luz na Ecuridão, Mariana Rodrigues e Mariana Fernandes | 37

46 FIGURAS DE ABRIL

General Amadeu Garcia dos Santos, Rodrigo de Sousa e Castro | 46
O Camarada Mais Velho e de Maior Prestígio, Jorge Golias | 47
Competência ao Serviço do Povo, David Castaño | 51
Mágico Abril, Laura Cruzeiro Vilaça Marques | 56

58 CARTAS AOS NETOS

Gerações de 70, Jorge Golias | 58
Carta do Avô Aniceto Afonso, Aniceto Afonso | 60
Os Netos de Aniceto Afonso | 62
Falar de Liberdade – Um Apelo à Viagem, Leonardo Afonso Vidas | 63
Carta de Abril, Rafael Afonso Vidas | 64
Duas cartas diferentes e inteligentes, Jorge Golias | 66
Conversa da Neta Lúcia com o Avô António, António Inácio C. Nogueira | 67

68 ABRIL – UM MUNDO NOVO

Meritocracia, Armando J. Garcia Pires | 68
Abril, Pilar Moreira | 76

78 ABRIL – JANELAS SOBRE O MUNDO

Polaridades Geopolíticas, José Costa Neves | 78
Pedras Falantes, Raul Mendes | 83

84 ABRIL – ARTE E POESIA

À Beira de Ir Parar à Guerra Colonial, José Fanha | 84
Balada Sobre as Bombas Inteligentes, José Fanha | 86

88 ABRIL – HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Angola: 25 de Abril Tardou, mas Chegou, António Vasconcelos Raposo | 88
Uma Jornalista Belga no Portugal de Abril, Reto Monico | 92
O 25 de Novembro na Imprensa da Suíça Italiana, Reto Monico | 96
O Dia da Mais Bela Revolução, Marília Gonçalves | 101

102 OPINIÃO

Luiz Vaz de Camões e o 25 de Abril, Paulo Salgado | 102
28 de Setembro de 1974: O Relatório Esquecido, José da Costa Neves | 108
Dois Sonhos de Abril, Manuel M. Martins Lopes | 118

124 HOMENAGENS

Carlos de Almada Contreiras (1941-2024), *Um Hino à Liberdade* | 124
Homenagem do presidente da A25A na cerimónia fúnebre, Vasco Lourenço | 125
Luís Augusto Sequeira (1947-2024), *Uma Vida Plena de Realizações* | 126
Elogio Fúnebre, Vasco Lourenço | 127
João Menino Vargas (1935-2024), *Libertador dos presos políticos de Caxias* | 128
António Valério Mascarenhas Pessoa (1938-2024), *Militar de Abril em Todas as Horas* | 129
Camilo Tavares Mortágua (1934 - 2024), *Símbolo da Luta Contra a Ditadura* | 130
José Cardoso Fontão (1932-1934), *Retificação* | 130
José Emílio da Silva (1940 – 2024), *Pelos Valores da Liberdade e da Democracia* | 131
Luís Manuel Alves de Fraga (1941-2024), *Partiu um Verdadeiro Humanista* | 132
Celeste Caeiro (1933-2024), *Mulher de Valores Cívicos e Democráticos* | 133
Homenagem a José Manuel Constantino, Manuel Rodrigues | 134

136 BOLETIM

Medalha Para Distinguir Heróis do 25 de Abril | 136
Deslumbrante Viagem ao Egito, António da Silva Gordo | 138
Um eu que se transformou em nós | 141
Viagem de um Capitão de Abril, Adelino Rodrigues da Costa | 142
Abril – Liberdade, Aniceto Afonso | 145
Apresentação de O Referencial | 146
O Processo Conspirativo da Marinha | 149
GERAÇÃO D - Da Ditadura à Democracia | 150
Spínola Contra os Ventos da História | 151
Um Olhar de Portugal Para o Mundo | 152
Espaço memória da CGTP-IN | 153
Os Anos da Guerra Colonial, | 154
A25A Evocou o 28 de Setembro de 1974 | 155
Saudação ao 25 de Novembro de 1975 | 157
A25A Homenageada pela Sociedade Portuguesa de Autores | 159
Há mais Informação no Suplemento Online | 160
Ofertas à A25A | 161

OS MILITARES E A REVOLUÇÃO

Os 19 meses da Revolução dos Cravos foram um tempo socialmente intenso, em que os militares tiveram um papel ativo e importante. Dizemos em poucas palavras o que foi o seu envolvimento obriga-nos a limitar a exposição a um pequeno enunciado de questões principais.

Temos perante nós, em princípio, dois conceitos que se cruzam – “Militares” e “Revolução”. E gostaríamos de saber quem são os militares de que falamos e revisitar a revolução que eles viveram.

A primeira questão é esta: na véspera do 25 de Abril havia nas Forças Armadas portuguesas cerca de 230 mil militares presentes em oito territórios distintos, espalhados por três continentes, sendo que uma significativa parte deles, cerca de 170 mil, participavam numa guerra em três teatros de operações, Angola, Guiné

e Moçambique, e uma boa parte encontrava-se em instrução, cerca de 20 a 30 mil, a fim de substituírem os que tinham acabado ou mesmo ultrapassado o seu período de comissão. Não devemos esquecer que mais de 60 mil eram naturais dos três territórios em guerra, na sua esmagadora maioria pertencentes à categoria de praças.

Cerca de sete mil eram oficiais dos quadros permanentes, sendo que a eles competia, como é natural, a responsabilidade de dirigirem as Forças Armadas, em todos os aspetos do seu funcionamento.

Ora bem, os militares que nos interessa considerar não são todos os que existiam, mas apenas uma parte muito específica.

Em relação ao outro conceito, a “Revolução”, o sensato será presumir que todos sabem o ne-



ANICETO AFONSO

cessário para entenderem o ambiente em que vamos colocar os militares e de que militares estamos falando, realçando o papel que desempenharam “na Revolução”, ou contra ela, que também os houve e em número significativo. Há ainda o aspeto relacionado com a necessária consideração das várias fases deste período curto/longo em que os portugueses (militares e civis) foram, até certo ponto, donos do seu destino.

Devem então destacar-se os militares que deram início à Revolução e depois com ela desenvolveram uma relação diversa, deixar que a Revolução tenha significados múltiplos e adequados a cada um, e que o tempo oscile entre um princípio incerto algures em 1973, passe pela ação levada a efeito pelos militares envolvidos no derrube do regime e na tomada do poder, e vá esmorecendo subitamente ou demoradamente até onde as conquistas de Abril nos en-

volveram e continuam (ou deveriam continuar) a motivar para a ação e para a luta.

TEMPO DE SÍNTESES

Estamos assim em tempo de sínteses, pelo que apenas referirei alguns pontos mais importantes.

Em relação aos militares que constituíram o Movimento dos Capitães e atuaram na noite, madrugada e no dia 25 de Abril, fez agora 50 Anos, não existem muitas dúvidas. Foram 700 dos quadros permanentes do Exército e mais umas dezenas da Marinha e da Força Aérea, aos quais devemos acrescentar os milicianos e os soldados comprometidos e participantes na operação “Viragem Histórica”. Se considerarmos apenas oficiais do Exército e dos quadros permanentes eles são 17% do total existente, mas são 28% se apenas considerarmos as armas combatentes e perto de 40% se referirmos

apenas os capitães e maiores, ou seja, aqueles que estavam próximos do combate¹. No derrube da ditadura e conquista do poder os militares tiveram o papel essencial. E, através do seu Programa do Movimento das Forças Armadas definiram desde logo, os grandes objetivos do tempo seguinte: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver.

Em relação aos militares que depois se envolveram no processo revolucionário em curso (PREC), atores autónomos de aspetos variados da Revolução, ou companheiros integrantes de movimentos populares e mesmo partidos e associações revolucionárias, já é bastante o que o que conhecemos, mas é um estudo que deve continuar a ser aprofundado. Contudo, podemos referir inúmeras ações que os militares levaram a cabo ou em que participaram:

- ▶ O desmantelamento dos aparelhos repressivos do regime;
- ▶ A garantia da continuação de funcionamento dos aparelhos administrativos até à progressiva construção das bases de um novo Estado de direito, nas suas múltiplas e complexas vertentes (e, já agora, a direção e administração interina de inúmeras empresas e instituições, assim como a resolução de desavenças, dissidências e mesmo conflitos nos mais diversos organismos, dos

aparelhos produtivos até aos órgãos de comunicação social);

- ▶ A Descolonização, das negociações com os movimentos de libertação, os acordos de cessar-fogo, a discussão e assinatura dos Acordos de Independência, assim como da cogovernança nos períodos de transição até às transferências de soberania;
- ▶ A preparação de todo o aparelho oficial necessário à realização das primeiras eleições, relativas à promessa de eleição de uma Assembleia Constituinte, em 25 de Abril de 1975, bem como das eleições do ano seguinte;
- ▶ O programa da dinamização cultural e cívica, em especial em regiões mais longínquas e isoladas, assim como o apoio ao serviço cívico estudantil e ao serviço médico à periferia;
- ▶ A participação (e muitas vezes, a cobertura) de ações populares de melhoria das condições de vida das pessoas;
- ▶ A defesa e segurança das organizações da sociedade civil, partidos, associações, sindicatos, etc.;
- ▶ A intervenção em apoio de inúmeras iniciativas populares no campo da cultura, das artes, e outras ações cívicas.
- ▶ A participação em ações políticas e populares de transformação social e económica.

Poucas terão sido as conquistas de Abril (ou da

1 Aniceto Afonso e Manuel Brás da Costa, "Subsídios para a caracterização sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)", *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, Maio, 1985.



Paulo Cunha

Revolução) em que os militares não estiveram envolvidos.

Os militares foram assim atores privilegiados da Revolução portuguesa, e sempre souberam e tiveram em mente, na sua grande maioria, que o faziam transitoriamente, que o seu compromisso inicial e sempre presente foi o de transferirem o poder para os seus concidadãos, depois de um período livremente negociado com os representantes do povo, eleitos por todos para esse efeito.

De realçar a espontânea adesão do povo à mudança que o 25 de Abril proporcionou, em que os cravos que nesse dia enfeitaram as espingardas tiveram um significado profundo de envol-

vimento dos militares na Revolução, e que a partir desse primeiro dia, esses e outros militares que depois se empenharam, foram escolhendo caminhos diversos. Ou seja, muitos militares passaram a ter um pé nas Forças Armadas e outro nas múltiplas opções populares, sendo, ao mesmo tempo, militares e apoiantes de diferentes projetos sociais e políticos. Foram esses empenhos diversos que originaram depois as perseguições a que muitos foram sujeitos, com punições, prisões e interrupções das suas carreiras, sofrendo o que poucos membros de outras organizações sofreram, no período em que a liberdade e a democracia eram já a base do novo regime.

Os caminhos diversos que os militares seguiram durante o período revolucionário desenharam tensões sociais e militares que todos vivemos, e cuja análise não fazemos aqui.

Os tempos seguintes guardaram marcas muito profundas, mas atenuaram a maior parte dos conflitos entre os militares de Abril.

Mas na sociedade, de uma forma geral, há sempre aqueles que ficaram de fora ou que não se conformaram com a marcha democrática da sociedade e que sempre se perfilam como retores permanentes dos seus próprios projetos inacabados.

E há aqueles que nunca compreenderam a mudança que o 25 de Abril proporcionou e continuam saudosos dos tempos do império e da ordem, mas não desdenham em utilizar a Liberdade para alcançarem os seus propósitos. É também por isso que a luta pelos valores de Abril nunca estará terminada.

CONTINUAM AS COMEMORAÇÕES

Neste número d'O *Referencial* continuamos a falar das comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril, referindo ações e eventos levados a efeito pelos mais diversos agentes.

No âmbito dos temas habituais, devemos destacar os seguintes:

1.º – Abril e os Jovens: Diz-nos a professora Fátima Lopes Cardoso que os dois trabalhos apresentados por alunas da Escola Superior de Comunicação Social/Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS/IPL) são “completamente dis-

tintos na abordagem jornalística” e “que são reveladores da importância das palavras para estabelecer pontes, ligações ao passado, antes e depois do 25 de Abril. Da literatura às cartas de guerra, através do jornalismo, consciencializa-se o presente sobre o valor da liberdade”.

Os trabalhos são das estudantes Carolina Alves, Carolina Caleira e Nair Carrapo com o texto *Palavras em Liberdade – O impacto do 25 de Abril na literatura portuguesa*. Resumem a situação desta forma: “Com a Revolução dos Cravos, a literatura em Portugal transformou-se radicalmente. Num período em que ler era um ato de resistência e os livros proibidos tornavam-se ainda mais desejados, a queda do regime permitiu uma explosão de liberdade de expressão. Novos autores emergiram, foram explorados temas anteriormente censurados e com diversidade de estilos, marcando o início de uma nova era literária.” Colaboram também as estudantes Mariana Fernandes e Mariana Rodrigues com o texto *Cartas de Guerra: palavras de Luz na Escuridão*. A este propósito, dizem-nos: “As cartas da Guerra Colonial guardam os sentimentos mais profundos dos que passaram os dias no campo de batalha. Para sossegar corações ansiosos, a tinta e o papel foram pontes de conexão que permitiram galgar os muros da saudade. E foi nas palavras que os soldados encontraram refúgio para a dor de estar numa guerra que nem sempre compreendiam. Portugal estava longe da vista, mas perto do coração.”

É com um verdadeiro sentimento de gratidão que aplaudimos a colaboração destas jovens estudantes de jornalismo, assim como deixamos o nosso obrigado à professora Fátima Lopes Cardoso e à

ESCS/IPL, manifestando a nossa disponibilidade para a continuação do nosso protocolo.

2.º – Figuras de Abril: Lembramos neste número d’O *Referencial* o nosso sócio, capitão de Abril e indispensável membro do Posto de Comando do MFA, na Pontinha, o general Amadeu Garcia dos Santos, nesta secção coordenada por Rodrigo de Sousa e Castro. Os dois textos que lhe são dedicados, de David Castaño e de Jorge Golias, ilustram o apreço e a admiração que todos temos por este membro fundador da nossa Associação.

3.º – Cartas aos Netos de Abril: Jorge Golias, coordenador deste tema, faz as suas despedidas e encerra a secção comigo, como avô, e com os meus netos Leonardo e Rafael. É uma honra aceder ao seu insistente pedido de colaboração, destacando as seguintes passagens das respostas dos netos:

“Abril abriu-nos o país. Permitiu-nos sair e viajar, não por medo, mas por curiosidade. Não para fugir de uma perseguição, mas para perseguirmos os nossos sonhos” (Leonardo); e “A Liberdade com que tu e os teus camaradas nos prendaram é um ideal amplo que engloba muitas vitórias e requer diversos instrumentos, que com ela são interdependentes” (Rafael).

4.º – Um Mundo Novo: O nosso colaborador Armando J. Garcia Pires participa desta vez com o texto *A Meritocracia*, com o qual procura desmontar alguns dos mitos relacionados com a forma como algumas ideologias, tanto neo-

liberais como de esquerda, procuram servir-se deste conceito, à partida aparentemente incontestável, mas muito ardiloso nas suas consequências. É assim que o autor refere a certo passo: “Por isso Sandel chama à meritocracia a tirania do mérito. Esta arrogância da elite, quer de direita quer de esquerda, serve apenas para defender os interesses da própria elite, para justificar e manter os seus privilégios. Deste modo esta elite pôs-se a jeito dos movimentos populistas, e deu-lhes espaço político para conquistar votos por quem se sente excluído.”

Por seu lado, José Costa Neves, nosso colaborador habitual, numa janela sobre o mundo, aborda a questão muito atual das *Polaridades Geopolíticas*, onde nos fala dos atributos da nova ordem multipolar e da situação da Europa no mundo que está em reconstrução. Deixa explícito o caminho que é necessário fazer, realçando que “A situação exige uma reflexão séria e urgente sobre as razões do envolvimento em conflitos militares por procuração, privação de recursos energéticos baratos, acesso a mercados estrangeiros essenciais e imposição de sanções a países terceiros, de previsível efeito boomerang.” Ficam assim mais esclarecidas situações da mais inquietante atualidade.

5.º – História e Memórias: Destacamos, nesta secção indispensável da nossa revista, os nossos colaboradores Reto Monico e António Vasconcelos Raposo, o primeiro com dois textos de História e o segundo com uma memória da sua passagem por Angola, ocorrida em 1975. De Reto Monico publicamos uma aná-



Paulo Novais, Lusa

lise de três artigos da jornalista belga Collete Braeckman incluídos no *Journal de Genève* em maio de 1974, durante uma visita a Portugal, fazendo uma análise bastante ponderada e ligando a revolução à situação nas colónias e a mudança ao papel dos militares e do povo. O segundo artigo refere-se à forma como foi visto o 25 de Novembro pela imprensa da Suíça Italiana, em que o autor destaca o sentimento

geral das notícias, afirmando que “os militares ganharam alguns pontos, mas não é suficiente: será preciso governar verdadeiramente o país”.

Por sua vez, a memória de António Vasconcelos Raposo, fuzileiro especial em serviço no Leste de Angola, diz-nos, em título, que “o 25 de Abril em Angola tardou, mas chegou”, relatando, em especial, aquilo que considera ser

a primeira votação de todos os militares presentes numa unidade de uma moção sobre a independência de Angola, que foi largamente aprovada.

6.º – Opinião: Nesta secção publicamos a II Parte do texto do nosso colaborador José Costa Neves sobre o Relatório (esquecido) do 28 de Setembro de 1974, cuja apreciação já fizemos no n.º 154 d'*O Referencial*. Publicamos também um texto do nosso sócio Manuel Martins Lopes sobre *Dois sonhos de Abril*, que nos relata a entrega recente de uma Bíblia trazida de Angola e o seu regresso ao lugar onde foi encontrada (1.º sonho); e a vontade de recolocar uma placa no mesmo lugar onde esteve a original no quartel da PSP, em Quelimane, inaugurada em 17 de outubro de 1974 juntamente com as novas autoridades de Moçambique, em que estava escrito “Sala de Convívio 25 de Abril” (2.º sonho). Finalmente, o nosso sócio Paulo Salgado escreve um texto com o título “Luís Vaz de Camões e o 25 de Abril – duas datas históricas para refletir”, colaboração muito oportuna pela passagem dos 500 anos do nascimento de Camões e os 50 do 25 de Abril.

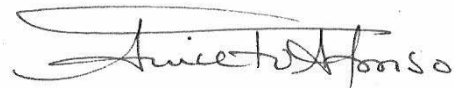
7.º – Arte e Poesia: nesta secção, além de uma memória do seu coordenador José Fanha acompanhado de uma sua poesia, aparecem, ao longo da Revista, diversos poemas que vários colaboradores nos têm enviado e que publicamos com muito gosto. São eles: António Inácio C. Nogueira, Armando Correa de Siqueira Neto, Laura Cruzeiro Vilaça Marques,

Marília Gonçalves, Pilar Moreira e Raul Mendes. Bem hajam todos.

9.º – Homenagens: Infelizmente prestamos homenagem a um número inusitado de destacados sócios que nos deixaram. São eles António Mascarenhas Pessoa, Camilo Mortágua, Luís Alves de Fraga, Luís Augusto Sequeira, João Menino Vargas, Carlos de Almada Contreiras e José Emílio da Silva, assim como ao professor José Manuel Constantino. Renovamos o nosso pesar perante as famílias e amigos de todos os nossos homenageados.

Destacamos também o Boletim da A25A, onde publicamos notícia de vários acontecimentos e eventos relacionados com as atividades da nossa Associação, incluindo o relato da viagem ao Egito por um dos seus participantes, António da Silva Gordo.

Fica aqui expresso o nosso reconhecimento pelo esforço e disponibilidade dos nossos coordenadores, colaboradores, autores, editores e amigos que continuam a fazer d'*O Referencial* uma revista digna da Associação 25 de Abril e do seu papel na sociedade portuguesa.



OS VALORES DE ABRIL ESTÃO AMEAÇADOS

No âmbito das comemorações dos 50 anos da Revolução dos Cravos, e para que a memória não se apague, divulgamos o discurso proferido pelo presidente da Associação 25 de Abril dirigido aos portugueses no final do desfile da Avenida da Liberdade *

ASSINALAMOS O 50.º ANIVERSÁRIO do dia em que, interpretando os sentimentos do povo, os Capitães de Abril libertaram os portugueses de uma ditadura repressiva e retrógrada e puseram fim a uma longa, injusta e inútil guerra colonial, que os ditadores impunham, recusando a procura de soluções políticas para o conflito que, teimosamente, diziam ser feito em nome de uma civilização ocidental e cristã, quando os próprios ocidentais e cristãos a repudiavam há muito tempo.

Uma libertação que abriu as portas à Democracia, para que os portugueses exercessem os mais elementares direitos de cidadania de que há muito estavam privados e que lhes permitiu fazer as suas escolhas políticas e garantir que

o país voltasse a ser respeitado na comunidade internacional e que caminhasse para a construção de uma sociedade mais livre, desenvolvida, justa e solidária.

Com aquele “dia inicial inteiro e limpo”, como o referiu Sofia de Melo Breyner, abriram-se também as portas a uma intensa participação popular que, apesar das contingências e da complexidade do percurso então percorrido, permitiu a consolidação de um regime democrático e a construção de um Estado de Direito assente nas regras definidas numa nova Constituição, que pode ser vista como a maior das realizações dessa gesta popular, que os libertadores possibilitaram, acarinharam e defenderam.



Direitos reservados

“Não nos espanta que o Mundo Ocidental esteja a recuperar o 25 de Abril como referência de Liberdade, Democracia e Paz”, disse Vasco Lourenço

Simultaneamente, estamos a chegar ao 42.º aniversário de uma instituição – a Associação 25 de Abril – fundada pelos Militares de Abril que, dando continuidade à sua acção libertadora, se congregaram, chamando todos os cidadãos, nacionais ou estrangeiros, que se quisessem envolver na defesa e manutenção dos valores com que se haviam comprometido, perante Portugal e o mundo.

Hoje, vivemos tempos de incerteza e enorme preocupação no que respeita a esses valores - Liberdade, Paz, Democracia, Justiça, Igualdade. A instabilidade internacional e as guerras continuam muito activas e ameaçam alastrar-se, mesmo à nossa porta.

Teimosamente, como antes do 25 de Abril, há responsáveis que insistem em não aceitar que as guerras, quaisquer guerras, todas as guer-

**UMA LIBERTAÇÃO
QUE ABRIU
AS PORTAS
À DEMOCRACIA,
PARA QUE
OS PORTUGUESES
EXERCESSEM
OS MAIS ELEMENTARES
DIREITOS DE CIDADANIA**

ras, não têm solução militar, têm de ter uma solução política.

A não ser que se admita a repetição de Nagasaki e Hiroxima, mas isso, em nossa opinião, só poderá ser defendido por loucos assassinos, que se impõe enfrentar e erradicar.

Novos ditadores estão no terreno ou ameaçam surgir no horizonte.

Os valores de Abril, que então floresceram em várias partes do mundo, estão ameaçados, não só em Portugal, mas também em muitas outras regiões.

Por isso, não nos espanta que todo o Mundo Ocidental esteja a recuperar o 25 de Abril como referência de Liberdade, Democracia e Paz.

É também por isso que reafirmamos, nesta evocação dos 50 anos do 25 de Abril, e na prossecução da sua essência e natureza, que é

imperioso assumirmos, com coragem e determinação, a luta pela defesa e manutenção da Liberdade conquistada nessa radiosa madrugada. Liberdade que temos conseguido manter e da qual não abdicamos.

Liberdade essencial para prosseguir na sociedade democrática, que almejamos manter e que queremos mais livre e mais democrática, mas também mais justa, igual e solidária, em ambiente de Paz e de Progresso, o que só é possível se for suportada nos valores de Abril.

Por isso, reafirmamos: 25 de Abril, Sempre!

Permitam-me que aqui deixe um apelo a todas e a todos, em especial aos mais jovens: façam-se sócios da Associação 25 de Abril, para que os valores de Abril possam perdurar para além da presença física dos Capitães de Abril.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

* Lida pelo coronel Vasco Lourenço no dia 25 de Abril de 2024, no final do desfile da Avenida da Liberdade, em Lisboa

REVOLUÇÃO DOS CRAVOS EM APLICAÇÃO INFORMÁTICA

Nos Açores, publicação em formato digital pretende dar a conhecer aos jovens os acontecimentos políticos que conduziram ao 25 de Abril

A INOVAÇÃO É RECONHECIDA, em todos os domínios, como um factor de progresso e, por isso, o projecto digital “Da Sombra ao Cravo – O 25 de Abril pelos Olhos do Património Cultural”, uma iniciativa desenvolvida pela Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, de Angra do Heroísmo, justifica um aplauso pelo seu carácter inovador. Foi apresentado no dia 3 de Outubro, na biblioteca da própria escola.

Trata-se de uma aplicação para telemóvel e de uma publicação em formato digital, disponíveis no portal Cultura Açores, que pretende dar a conhecer, especialmente aos jovens, os acontecimentos políticos que conduziram ao 25 de Abril e à Revolução dos Cravos.

A aplicação “Da Sombra ao Cravo” é uma ferramenta inovadora que reúne diversos conteúdos temáticos que são apresentados de forma didáctica, bem como uma seleção de peças e documentos dos Serviços de Promoção Cultural dos Açores, que destacam o impacto do 25 de Abril e dos seus valores na região autónoma.

ACADEMIA DO BACALHAU

Ainda nos Açores, mas na cidade de Ponta Delgada, também a Academia do Bacalhau de São



Direitos reservados

Miguel se associou às comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril. Assim, nos seus jantares mensais, a Academia teve como palestrantes os sucessivos Presidentes do Governo Regional, respectivamente João Bosco Mota Amaral, Carlos César, Vasco Cordeiro e José Manuel Bolieiro. Dando continuidade a estas intervenções evocativas do 25 de Abril e da Autonomia Regional, aquela Academia convidou a Associação 25 de Abril para encerrar aquele ciclo de palestras no jantar do dia 9 de Outubro, o que representou uma deferência que se agradece e regista com satisfação.

É intenção da Academia do Bacalhau de São Miguel editar uma monografia com as cinco intervenções.

OLHAR DE UM CINEASTA ARGENTINO



“MEMÓRIAS DE ABRIL, 50 Anos da Revolução dos Cravos” é um documentário do cineasta argentino/brasileiro, Carlos Pronzato, que foi apresentado em estreia nas instalações da Associação 25 de Abril, no dia 10 de Outubro de 2024.

Com uma duração de 90 minutos, o documentário mostra a democracia portuguesa como um exemplo e evoca alguns acontecimentos ocorridos naqueles dias de libertação, através de 25 depoimentos de militares, como Vasco Lourenço, Rosado da Luz e Mário Tomé, e de

militantes políticos, como o ex-deputado João Soares, historiadores como Raquel Varela e Luís Farinha, além de outros actores sociais, jornalistas e académicos.

Em declarações a um jornal diário, Carlos Pronzato afirmou que este seu trabalho pretende “homenagear os capitães do 25 de Abril e o povo português, que deu todo o apoio à volta da democracia” e ao fim de uma longa ditadura.

O documentário já tinha sido apresentado em antestreia no dia 19 de Setembro, na Fundação José Saramago.



ENCONTRO DE JOVENS LUSO-DESCENDENTES

ORGANIZADO PELA Association Cap Magellan, uma dinâmica associação de jovens luso-descendentes com sede em Paris, realizou-se em Santa Marta de Penaguião, entre os dias 9 e 13 de Agosto, a 11.ª edição do “Encontro Europeu de Jovens Luso-descendentes”.

Num tempo em que esta associação, que se afirma “agitateur lusophone depuis 1991”, celebra o 50.º aniversário da Revolução dos Cravos, o encontro teve como tema de trabalho a “História e memória, como partes integrantes de uma cidadania activa”, para relembrar a história recente de Portugal e contribuir para o desenvolvimento de uma cidadania activa dos jovens luso-descendentes, motivando-os para o combate democrático ao crescimento dos extremismos nos seus países.

O programa deste encontro que foi patrocinado

pela Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, incluiu seminários, mesas-redondas, visitas de estudo e outras actividades culturais, com o objectivo de proporcionar aos participantes a partilha de conhecimentos sobre a Revolução dos Cravos, que em 1974 instaurou um regime democrático em Portugal.

Participaram cerca de quatro dezenas de jovens com idades entre os 18 e os 35 anos, provenientes da Alemanha, Áustria, Bélgica, Colômbia, Dinamarca, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Roménia, Suécia, Suíça, Venezuela e, naturalmente, Portugal.

A cerimónia oficial da abertura do encontro realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião e nela participou como convidado, um membro da Direcção da Associação 25 de Abril.

MURAL DE 200 AZULEJOS EM MONTE FORMOSO



Direitos reservados

A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES do Monte Formoso, uma área residencial situada na União de Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades, do concelho de Coimbra, é um exemplo de boas iniciativas e de dedicação às causas importantes para a sua comunidade. Por ocasião das comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril, aquela associação promoveu a criação e afixação no espaço público da Rua Cidade de Fez, de um mural de 200 azulejos alusivo

aos “50 anos de Liberdade”, que celebra a Revolução dos Cravos e que fica a recordar o dia “inicial inteiro e limpo”.

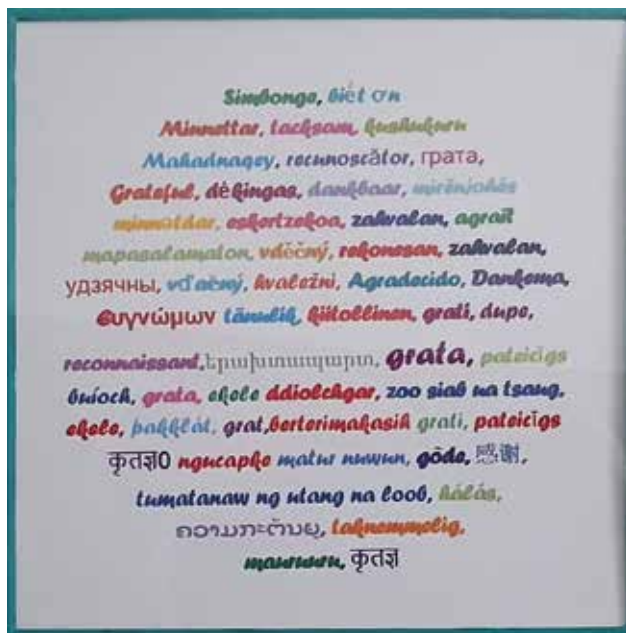
Esta obra de arte foi inaugurada em 21 de Setembro, com a presença do presidente da Câmara Municipal de Coimbra e de outras individualidades. A Associação 25 de Abril foi convidada a associar-se a esta cerimónia, tendo-se feito representar por dois membros da Direcção.

HOMENAGEM ANÔNIMA AO PRESIDENTE DA A25A

A MEMÓRIA DOS DIAS FELIZES que se sucederam ao “dia inicial inteiro e limpo”, em que a Liberdade e a Democracia acabaram com o obscurantismo e a escuridão política em que o país vivia desde 1926, revela-se através de inúmeras formas e em inúmeras geografias. De facto, ao longo dos últimos 50 anos, apesar da natural mudança geracional que aconteceu, as memórias e os ideais do 25 de Abril continuam a ser evocados e celebrados no nosso quotidiano, em manifestações populares, em conferências e em exposições, em filmes e em livros, em pinturas e em esculturas, em músicas, memoriais, cartazes, murais e tantos mais exemplos de criatividade artística.

Porém, há situações que se justifica sejam divulgadas pela sua singularidade.

Recentemente, uma anônima cidadã observou que o presidente da Associação 25 de Abril (A25A) adquiria os jornais diários num quiosque cujo dono se chama Abdul e, através dele, deixou-lhe uma pequena placa envolta num caixilho, em que a palavra “obrigado” aparece escrita em diversas línguas e diversas grafias. Surpreendido com esta oferta anónima e singular, através dos bons ofícios de Abdul, o presidente da Associação 25 de Abril conseguiu



saber quem era a anônima cidadã, chamada Rosário Gomes, que se mostrara tão reconhecida ao 25 de Abril. O coronel Vasco Lourenço fez-lhe o devido agradecimento por via telefónica, mas deixou-lhe um pedido: quando vier a encontrar-se com ele faça o favor de se identificar, para que a sua oferta possa ser pessoalmente agradecida.

SARAU COMEMORATIVO EM RELVINHA

OS CINQUENTA ANOS DO 25 de Abril foram comemorados em muitos locais e de diversas formas, quase sempre com grande envolvimento popular. Assim aconteceu na Relvinha, um bairro localizado na freguesia de Eiras, na cidade de Coimbra, que foi construído a partir de ideais cooperativos e com recurso a processos de auto-construção, onde perdura a memória do dinâmico movimento de moradores do período de 1974 a 1976, que tem sido objecto de alguns estudos de sociologia histórica.

A União de Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades, em conjunto com a Assembleia de Freguesia, realizou no dia 5 de Outubro, nas instalações da Cooperativa Semearelvinhas, um sarau comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril. Nesse sarau actuaram um coro constituído por moradores de todas as idades, o cantor Luís Travassos e um grupo de dança formado por alunos da Escola Secundária Dom Dinis. Assistiram cerca de cinco dezenas de pessoas e a Associação 25 de Abril “esteve presente” através da cedência para exposição no local de uma colecção de 12 painéis com textos e imagens sobre o 25 de Abril.



Direitos reservados



CRAVO GIGANTE SURGE EM TÁBUA



Direitos reservados

AS COMEMORAÇÕES DOS 50 anos do 25 de Abril, no concelho de Tábua, decorreram com grande entusiasmo e participação em diversas iniciativas institucionais e culturais que dignificaram e exaltaram a importância desta data que restituiu a Democracia e a Liberdade aos portugueses.

Um dos pontos altos das comemorações aconteceu no dia 25 de Abril, quando o Município de Tábua procedeu à inauguração de um monumento dedicado a esta efeméride, do qual se destaca um cravo gigante, enquanto símbolo maior da Revolução, idealizado pelo arquitecto Manuel Fonseca.

Este monumento pretende evocar a importância desta data através de uma estrutura onde

estão referenciados os valores que lhe estão associados, como a Liberdade, a Igualdade e a Democracia.

O Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Ricardo Cruz, afirmou que esta iniciativa era uma forma de o município de Tábua homenagear todos os que fizeram o 25 de Abril e criar um espaço onde os seus símbolos sejam preservados, salientando que esta iniciativa demonstra que Tábua é um concelho que valoriza e pratica os valores de Abril.

A Associação 25 de Abril deixa aqui expressa a sua satisfação pela iniciativa do Município de Tábua.

Ver: https://www.facebook.com/municipiodetabua/?locale=pt_PT

TIMOR E ESPANHA ASSINALARAM ABRIL



Direitos reservados

Papa Francisco com José Ramos-Horta, o presidente da República Democrática de Timor-Leste

Evocação da Revolução dos Cravos tem ocorrido de diversas formas, não só em Portugal como também noutros países

A EVOCAÇÃO DO 25 DE ABRIL e dos seus valores continua a ter presença no discurso de muitas personalidades internacionais, como se verificou recentemente com as declarações públicas do Presidente da República Democrática de Timor-Leste, José Ramos-Horta, e do minis-

tro da Cultura do Governo de Espanha, Ernest Urtasun Domènech, que mostram como o 25 de Abril foi um hino à Liberdade que iluminou consciências e estimulou muitas mudanças sociais em Portugal e no mundo.

TIMOR-LESTE

O Papa Francisco visitou Timor-Leste entre os dias 7 e 9 de Setembro de 2024 e José Ramos-Horta, o presidente da República Democrática de Timor-Leste e Prémio Nobel da Paz em 1996, dirigindo-se ao Papa Francisco em português, na cerimónia de boas-vindas, disse:

“Recebemos hoje Sua Santidade o Papa Francisco, numa visita histórica que ocorre num ano particularmente significativo para o nosso Povo, para a nossa Nação, pois assinalamos várias importantes efemérides que marcam a trajectória de Timor-Leste.

No dia 25 de Abril de 2024 celebramos com os irmãos de Portugal o quinquagésimo aniversário da Revolução dos Cravos, uma nobre revolução sem ódios, perseguições e vinganças, que abriu as portas para a paz e a democracia em Portugal e em todos os territórios coloniais portugueses.

Celebramos os 25 anos da consulta popular mediada e organizada pela ONU no dia 30 de Agosto de 1999. Esteve entre nós o secretário-geral da ONU, o nosso estimado amigo António Guterres, que foi primeiro-ministro de Portugal no período quente e perigoso de 1999. António Guterres revelou a sua coragem, integridade e condições humanistas e, com a sua liderança diplomática contribuiu decisivamente para o efeito final positivo [...].”

ESPAÑHA

Em Março, os governos de Portugal e de Espanha decidiram celebrar o papel da cultura nos processos de transição para a democracia nos dois países, com uma programação conjunta

**PORTUGAL
ENSINOU-NOS
O CAMINHO
DO POSSÍVEL.
ENSINOU-NOS
QUE A VONTADE
DOS POVOS TEM DE SER
SEMPRE RESPEITADA
E QUE A PAZ DE QUE TANTO
NECESSITAMOS HOJE
PODE SER REVOLUCIONARIA**

intitulada “Portugal-Espanha: 50 anos de democracia”, que vai desenvolver-se até Setembro de 2025.

No âmbito deste projecto, os ministros Dalila Rodrigues e Ernest Urtasun inauguraram, no dia 12 de Setembro, em Lisboa, a Mostra Espanha 2024. Esse acto decorreu no Museu de Arte Contemporânea (MAS/CCB), onde foi apresentada a obra convidada para esta edição – “El abrazo” (1976), de Juan Genovés – que pertence ao acervo do Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia, de Madrid.

O ministro da Cultura de Espanha fez questão de sublinhar a importância do 25 de Abril de 1974 para o processo democrático em Espanha, conforme destacou o Observador, em texto assinado por Joana Moreira:

“Em 2024 cumprem-se 50 anos desde aquele abril em que Portugal conseguiu quebrar a lei



Direitos reservados

Os ministros Dalila Rodrigues, de Portugal, e Ernest Urtasun, de Espanha, inauguraram, no dia 12 de Setembro, em Lisboa, a Mostra Espanha 2024

do medo e iniciar o seu caminho até à liberdade [...]. Essa esperança coletiva estendeu-se ao mundo inteiro, com a pacífica alegria da Revolução dos Cravos, tão admirada pelos espanhóis”.

Lembrando que os ventos de liberdade se refletiram também na cultura, citou Grândola Vila Morena, de José Afonso. “Em cada esquina um amigo. Em cada rosto igualdade. Quantas vezes cantámos isto em Espanha?”

“Espanha tem uma dívida de memória com aquele 25 de abril de 1974”. A liberdade con-

quistada pelo povo português com a queda da ditadura “teve a sua réplica” em Espanha, voltou a frisar. “Portugal ensinou-nos o caminho do possível. Ensinou-nos que a vontade dos povos tem de ser sempre respeitada e que a paz de que tanto necessitamos hoje pode ser revolucionária”, concluiu, num discurso com alusões ao livro *Novas Cartas Portuguesas*, “com a sua mensagem urgente de feminismo e de contestação à ditadura, textos que enfrentavam a censura, levantando a voz contra a violência e a guerra colonial”.

CELEBRAR 50 ANOS DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

No dia 27 de Setembro assinalaram-se os 50 Anos do Provedor de Justiça, sendo levado a efeito um evento em que estiveram presentes as mais altas autoridades do Estado, representantes dos países de língua portuguesa, assim como embaixadores em Portugal e representantes junto da CPLP. O presidente da Associação 25 de Abril (A25A), coronel Vasco Lourenço, esteve presente na cerimónia realizada na sede da Provedoria. A Provedora de Justiça, Maria Lúcia Amaral, abriu a sessão com as palavras que a seguir publicamos

MARIA LÚCIA AMARAL*

“FOI NO DIA 20 DE SETEMBRO de 1974 que, em reunião do Conselho de Ministros do Segundo Governo provisório, se decidiu instituir em Portugal o *Ombudsman* e chamar-lhe Provedor de Justiça. O segundo Governo Provisório não durou muito, visto que viria a cair logo oito dias depois. Sabe-se pela História. Mas também se sabe que mesmo nos momentos mais convulsos da História dos países, quando tudo muda muito depressa e nada parece poder durar, mesmo nesses momentos se podem lançar sementes de futuro, sementes que dão frutos. Foi o que aconteceu com a decisão tomada pelo segundo governo provisório há cinquenta anos.

Em Portugal, a decisão foi logo executada. Alguns meses depois, em Abril de 1975, publicou-se o decreto-lei que criava o cargo de Provedor

de Justiça. O primeiro provedor, o tenente-coronel Costa Brás, tomou posse do cargo ainda antes que entrasse em vigor a Constituição da República. Meio século passado, encontramos aqui, na sede do Provedor de Justiça de Portugal, não apenas com o intuito de recordar e agradecer este momento fundador, mas também com o intuito de reflectir sobre as exigências que hoje se impõem à instituição que dele nasceu.

A decisão do segundo governo provisório de Portugal, que foi logo executada, foi como já disse, a de instituir em Portugal o *Ombudsman* de matriz escandinava. A decisão frutificou e lançou sementes de futuro porque corresponde a uma ideia que, ao longo da segunda metade do século XX, foi sendo adoptada um pouco por todo o mundo. Ora nós, que reunidos por uma comunidade de língua nos encontramos



Direitos reservados

Para Maria Lúcia Amaral, a provedoria de Justiça é também uma marca da lusofonia

aqui hoje, somos afinal a expressão viva dessa ideia, de uma *ideia* que deu frutos não apenas em Portugal mas em todo o globo.

Há agora quem pense que esta ideia só traduz um sonho ingênuo. Que é um sonho ingênuo o dizer-se, como diz o artigo primeiro da declaração Universal dos Direitos Humanos, que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, e como tal devem ser tratados por parte dos poderes que os governem. Que é um sonho ingênuo o imaginar-se, na sequência deste princípio, a existência em cada Estado de um órgão, ao qual todos possam aceder de modo informal, universal e gratuito, e que tenha a função de apreciar, sem poder decisório, queixas dos cidadãos quanto a actos lesivos dos poderes públicos. Há, pois, quem

diga que se trata em tudo isto de um sonho ingênuo. Mas a verdade é esta: a coisa nasceu, para a língua portuguesa, há cinquenta anos e nós reunimo-nos aqui hoje. Nós, que respondemos pelo nome que nessa língua nos foi dado. Nós, que fomos ao longo dos tempos ganhando importância crescente no diálogo a estabelecer entre os nossos próprios países e o sistema internacional de direitos humanos. Nós, que nunca desistimos de conversar uns com os outros sempre que nos encontramos nos fóruns internacionais aos quais pertencemos. Nós, que conscientes das especificidades nacionais que cada um representa, nos revemos todos na beleza de uma ideia que galgou mundo.”

* Provedora de Justiça desde 2017, conselheira de Estado

25 VERSOS DE ABRIL

ARMANDO CORREA DE SIQUEIRA NETO

Oh! sonhar é ver-se pr'além
d'então brutal desatino
que impõe o duro destino
à alma, dum ser-se aquém.

Mas se por sonho há desdém
com o ceticismo ferino,
sem luz dum sol matutino,
nada ter é ilusão também.

Pois com o olhar de criança
a refletir fantasia,
viver é a cor do horizonte
que brilha ao tom da alegria
e à tão ousada esperança!

Ah! tantos sonhos, sonhemos!
com os pés no chão da verdade
e à imensidão da vontade
que a tudo muda: mudemos!

Aos sons da união, cantemos
as notas da amizade
que entoam felicidade
às provações, suportemos!

Vez que lutar, podemos!
co'a força e a humanidade
à pena da liberdade,
em versos d'amor, amemos!



O JORNALISMO A DAR VOZ À MEMÓRIA

Completamente distintos na abordagem jornalística, os dois textos que se apresentam nesta edição são reveladores da importância das palavras para estabelecer pontes, ligações ao passado, antes e depois do 25 de Abril. Da literatura às cartas de guerra, através do jornalismo, consciencializa-se o presente sobre o valor da liberdade

FÁTIMA LOPES CARDOSO*

PARA QUEM NASCEU e cresceu num país já de portas abertas para a liberdade de pensamento e de expressão torna-se difícil imaginar o labirinto intelectual que deveria ser trabalhar no universo literário e conseguir fintar os Serviços da Censura, durante os 48 anos da ditadura. De editoras e autores que publicavam a sua obra em fascículos para despistar o lápis azul – aconteceu com o livro de Maria Lamas, *As Mulheres do meu País* (1948-1950) e, entre outras, a obra *Lisboa, Cidade Triste e Alegre* (1959), de Victor Palla e Costa Martins – à utilização de metáforas linguísticas indecifráveis à imaginação altamente limitada dos censores ou, pelo contrário, ao assumir de uma postura corajosa de puro enfrentamento da verdade, muitas eram as maneiras de lidar ou contornar o atrofiamento de quem queria ofuscar a liberdade de pensamento e de ação.

Não nos é difícil perceber hoje, seres da era digital e espectadores de outras ditaduras, o porquê do controlo da Humanidade através do

livro e da palavra, desde a sua origem. Bastar-nos-á pensar no zelo com o que o clero guardava a sete chaves os manuscritos, obras únicas e irreproduzíveis antes da imprensa de Gutenberg (séc. XV) ou, a partir de 1536, dos crimes da Inquisição, que durante quase três séculos perseguiu e matou centenas de pessoas, em Portugal e no mundo; queimou milhares de obras nas fogueiras, impedindo, à imagem da alegoria de Platão, que as mentes se libertassem das cavernas.

Regressando à contemporaneidade portuguesa, bastará visitar o espólio da EPHEMERA – Biblioteca e Arquivo de Pacheco Pereira, no Barreiro, para descobrir a memória de batalhas infindáveis entre mentes brilhantes da literatura e os comentários retrógradas e puritanas dos censores. O Museu do Neorrealismo, em Vila Franca de Xira, é um santuário de homenagem a autores censurados porque escreviam histórias de pobreza e sofrimento. *Gaibéus* (1939), de Alves Redol, o retrato da realidade dos cam-



Direitos reservados

EPHEMERA – Biblioteca e Arquivo de Pacheco Pereira, um acervo para descobrir a memória de batalhas infundáveis entre mentes brilhantes da literatura e os comentários retrógradas e puritanas dos censores

poneses das Beiras que eram explorados pelos senhores das grandes propriedades agrícolas do Ribatejo, que inaugura o neorrealismo português, provocou a indignação dos servos da ditadura. No Serviços de Censura, pode ler-se: “Há páginas deste livro que chocam pelo realismo, que nalgumas se transforma em pornografia e prejudicam o seu valor”. Centenas e centenas de livros de autores prestigiados e que hoje integram o Plano Nacional de Leitura foram impedidos de circular e alvo dos comentários depreciativos e deturpados dos censores.

MEMÓRIA DA CENSURA

Para recordar que muitos livros publicados antes do 25 de Abril não tiveram um percurso fácil, antes de chegarem às estantes das bibliotecas e livrarias espalhadas pelo País, nesta edição, três das autoras da rubrica Abril e Jovens foram à descoberta da relação que existe entre escritores e críticos literários que já cresceram em liberdade, mas que têm, de alguma forma, uma relação próxima com o passado. No artigo *O impacto do 25 de Abril na literatura portuguesa-Palavras em liberdade*, Carolina Alves,

Carolina Caleira e Nair Carrapo, estudantes da licenciatura em Jornalismo, da Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), evocam algumas obras que estabelecem pontes com a memória. Nas próximas páginas, Rita Taborda Duarte, escritora e poeta, João Morales, antigo jornalista de cultura e promotor cultural, e Isabel Lucas, jornalista e crítica literária, desvendam quais os escritores que consideram ser os mais revolucionários na época. Entre tantas outras revelações, os três intelectuais explicam por que razão é tão importante manter viva a memória da Revolução e como a Cultura e, neste caso particular, a literatura são tão importantes para educar as novas gerações sobre a importância da democracia.

Dos livros de autores, às palavras de gente simples, que eram rendilhadas pelo sopro da saudade e da distância, Mariana Rodrigues e Mariana Fernandes revisitam as histórias das cartas de guerra e de como estas missivas foram “luz na escuridão” ou alimento da alma, em dias de desesperança, no Ultramar. Com a voz dos protagonistas e a contextualização histórica de Joana Pontes, documentarista e investigadora especializada em Impérios, Colonialismo e pós-colonialismo, as estudantes da licenciatura em Jornalismo da ESCS constroem um artigo de fundo de um humanismo singular, que faz eco de outras centenas de histórias semelhantes e que ficam por contar. “Estive lá dois anos, num lugar onde cada dia era uma mistura de medo e esperança”, confessou António Rodrigues, uma das personagens reais ouvidas pe-

las autoras. O artigo repousa depois no fim da guerra e no que esse momento, só tornado possível pela Revolução de Abril, representou para os milhares de soldados que combatiam longe das suas terras e para todo o universo de afetos que a eles estava ligado.

Passou pouco mais de meio século desde essas vivências, mas parecem tão mentalmente distantes dos jovens, com tendência para viverem entorpecidos a olhar para os dispositivos eletrónicos, que nem em sala de aula conseguem desligar. A rubrica Abril e os Jovens vem, mais uma vez, lembrar que é importante ir à procura do muito que ainda está por contar e descobrir; que o foco não pode estar no supérfluo e que existe lugar para termos positivos serem escolhidos e considerados palavras do ano pela Oxford University Press, em vez da expressão “brain rot” (deterioração cerebral).

**A RUBRICA ABRIL
E OS JOVENS VEM,
MAIS UMA VEZ,
LEMBRAR QUE É
IMPORTANTE
IR À PROCURA DO MUITO
QUE AINDA ESTÁ
POR CONTAR E DESCOBRIR**

*Professora adjunta e coordenadora da licenciatura em Jornalismo, na Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), jornalista e investigadora do LIACOM e do ICNOVA.



Direitos reservados

Após a queda do regime, uma legião de escritores, outrora reprimidos pela censura, teve a oportunidade de explorar temas mais controversos e badalados nos círculos literários.

IMPACTO DO 25 DE ABRIL NA LITERATURA PORTUGUESA

Com a Revolução dos Cravos, a literatura em Portugal transformou-se radicalmente. Num período em que ler era um ato de resistência e os livros proibidos tornavam-se ainda mais desejados, a queda do regime permitiu uma explosão de liberdade de expressão. Novos autores emergiram, foram explorados temas anteriormente censurados e com diversidade de estilos, marcando o início de uma nova era literária

CAROLINA ALVES, CAROLINA CALEIRA E NAIR CARRAPO*

LISBOA, PORTUGAL. A 25 de abril de 1974, o som estridente da Rádio Renascença anunciou, nas primeiras horas da madrugada, o início de uma revolução que mudaria para sempre a face de Portugal. A canção “Grândola, Vila Mo-

rena”, de Zeca Afonso, não era apenas uma melodia, era uma chamada às armas, uma senha para a liberdade. A Revolução dos Cravos derrubou uma ditadura de quase meio século e trouxe consigo uma nova era de democracia

e de liberdade. Na poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen, “Esta é a madrugada que eu esperava/O dia inicial inteiro e limpo/ Onde emergimos da noite e do silêncio/E livres habitamos a substância do tempo”.

No epicentro desse movimento, a literatura desempenhou um papel importante. Desde a resistência clandestina até à celebração da liberdade, as letras portuguesas foram e continuam a ser um farol de esperança e resistência. Entre linhas de conversa, Isabel Lucas, jornalista especializada em livros e literatura, além de escritora, realça que “a revolução mudou o país e, ao mudar o país, também transformou a maneira das pessoas viverem. Deixou de haver censura e isso fez a diferença”. Na mesma linha de pensamento, Rita Taborda Duarte, escritora, afirma que “escrever e publicar sem censura é totalmente diferente.” Em contrapartida, João Morales, antigo jornalista d’ *A Capital*, diretor da extinta revista *Os Meus Livros* e atual promotor cultural na área da literatura e música, acredita que “quanto melhor se conhecer a história da literatura, mais se percebe que os temas versados são os mesmos desde sempre apenas com abordagens, referências e graus de conhecimentos diferentes”.

TENDÊNCIAS E AUTORES INFLUENTES

Após a queda do regime, uma legião de escritores, outrora reprimidos pela censura, teve a oportunidade de explorar temas mais controversos e badalados nos círculos literários. Isabel Lucas aponta que “começou a ser possível escrever sem medo, e isso foi das coisas mais importantes que aconteceu na altura. As con-

**DESDE A RESISTÊNCIA
CLANDESTINA
ATÉ À CELEBRAÇÃO
DA LIBERDADE,
AS LETRAS PORTUGUESAS
FORAM E CONTINUAM
A SER UM FAROL
DE ESPERANÇA
E RESISTÊNCIA**

dições das mulheres começaram a ser mais abordadas, assim como certos preconceitos relacionados com o Estado Novo e com a Guerra Colonial, que foram temas muito silenciados”. Sem essas restrições, os escritores puderam explorar estas áreas com maior liberdade, contribuindo para um debate mais amplo e inclusivo sobre questões sociais e humanas.

Neste sentido, Rita Taborda Duarte, João Morales e Isabel Lucas são quase unânimes sobre quais consideram ser os autores mais revolucionários da época. Entre os vários nomes citados, três foram sempre mencionados: José Cardoso Pires, Lídia Jorge e António Lobo Antunes.

José Cardoso Pires é amplamente reconhecido pelas suas narrativas realistas que oferecem uma crítica contundente à sociedade portuguesa. Segundo João Morales “obras como *O Delírio* e *Balada da Praia dos Cães* não só refletem as complexidades e as injustiças do regime salazarista, como também capturam as transformações ocorridas após a Revolução dos Cravos”. Simultaneamente, Lídia Jorge emergiu como uma das vozes mais influentes no panorama



Direitos reservados

Isabel Lucas: “A resistência é ir fazendo aquilo que se acha que se deve fazer e ir escrevendo sobre o que se acha que se deve escrever, independentemente do olhar dos outros”

literário, destacando-se pela habilidade em abordar temas sociais e políticos com sensibilidade e profundidade. “Livros como *Notícia da Cidade Silvestre* e *A Costa dos Murmúrios* corroboram o mérito de Lúcia Jorge na escrita pós-revolução, uma vez que marcam uma nova era na literatura portuguesa, em que temas como a mudança na sociedade portuguesa e os resquícios do colonialismo proporcionam uma visão crítica e introspectiva das consequências da ditadura e da guerra colonial”, comenta Isabel Lucas.

Além disso, António Lobo Antunes é conhecido pelas obras que mergulham profunda-

mente nas experiências traumáticas da Guerra Colonial e nas repercussões na sociedade portuguesa. Em evidência, *Os Cus de Judas* e *Fado Alexandrino* são relatos intensos e pessoais que revelam a brutalidade da guerra e dos impactos psicológicos nos indivíduos e na nação.

PROJETOS LITERÁRIOS PÓS- 25 DE ABRIL

A Revolução dos Cravos permitiu, simultaneamente, libertar Portugal de um regime autoritário e ainda abrir portas para uma produção literária que continua a florescer. Este renascimento literário manifesta-se em vários projetos contemporâ-



Direitos reservados

António Lobo Antunes

**ENTRE OS VÁRIOS
NOMES CITADOS,
TRÊS FORAM SEMPRE
MENCIONADOS:
JOSÉ CARDOSO PIRES,
LÍDIA JORGE
E ANTÓNIO LOBO ANTUNES**

neos que mantêm viva a memória do 25 de Abril, ao mesmo tempo que inspira novas gerações. Dois exemplos notórios são o projeto “25 Músicas para o 25 de Abril”, de João Morales, e o livro *Sempre*, de Rita Taborda Duarte, que emergem em iniciativas mais amplas para celebrar e refletir sobre a democracia. Além disso, pretendem desempenhar um papel crucial na educação política e cultural, assegurando a transmissão dos ideais do 25 de Abril às futuras gerações.

Além do projeto “25 Músicas para o 25 de Abril”, João Morales está envolvido noutras iniciativas culturais relacionadas com o 25 de Abril. Um desses projetos é “Ex-escravos”, realizado em parceria com quatro músicos (um saxofonista, um violonista, um contrabaixista e um baterista). Esta iniciativa funde música e poesia para explorar temas de liberdade e opressão, trazendo uma nova dimensão às celebrações da Revolução dos Cravos. Dinamizador da cultura em Portugal desde que saiu

da revista “Os Meus Livros”, João Morales está ainda envolvido em projetos relacionados com as comemorações do centenário do poeta Alexandre O’Neill, mostrando o seu compromisso com a preservação e celebração da herança literária portuguesa.

Entre as inúmeras iniciativas com o seu nome como promotor, surge ainda o Festival Literário de Alcanena, o Festival Livros a Oeste e, entre outros, marca sempre presença em debates e diversas iniciativas da Feira do Livro de Lisboa. Na 94.ª edição, que decorreu de 29 de maio a 16 de junho de 2024, esteve à conversa com a historiadora e escritora Irene Pimentel, conhecida pelos trabalhos sobre o Estado Novo, a PIDE e os instrumentos de repressão da ditadura. Estas discussões não só mantêm viva a memória do passado, mas também promovem, segundo João Morales, “um entendimento crítico das complexidades históricas que moldaram a sociedade portuguesa contemporânea”.

Rita Taborda Duarte, por sua vez, contribui para a preservação da memória histórica através da literatura infantil. No livro *Sempre*, parte integrante da coleção “Missão Democracia”, promovida pela Assembleia da República, a escritora oferece uma narrativa autobiográfica que mistura memórias pessoais com a história nacional. Este livro provém de um projeto no qual foram lançados 12 livros infantis com diferentes autores e ilustradores. “A democracia é assim abordada de forma acessível e inspiradora para as crianças”, diz.

“Acho que esse é o meu único livro autobiográfico”, afirma. Inicialmente, a escritora não pretendia abordar o tema do 25 de Abril, mas acabou por aceitar quando os organizadores do projeto lhe deixaram a sugestão. Escrever este livro foi um desafio para a escritora, que não queria repetir estereótipos: “Foi, de facto difícil. Depois de deixar textos para trás para escrever outros, escrevi, finalmente, um texto autobiográfico que conta a história do meu pai [o escritor Mário de Carvalho], a minha, a da minha irmã [a escritora Ana Margarida Carvalho], da minha mãe no exílio para a Suécia. É uma história muito bonita porque o cargueiro está a carregar toda a mobília e, depois de dois meses de lá estarmos, o barco acaba por não descarregar a mobília porque se dá o 25 de Abril”.

O livro inclui citações, poemas e várias referências ao 25 de Abril, destinadas a encantar e educar as crianças sobre a importância da data. Rita Taborda Duarte revela que “houve uma inspiração direta em obras, em textos de uma forma muito imediata. Nada foi propositalmente,



Direitos reservados

João Morales: “Quanto melhor se conhecer a história da literatura, mais se percebe que os temas versados são os mesmos desde sempre apenas com abordagens, referências e graus de conhecimentos diferentes”

apenas veio à memória”. Mesmo com as dificuldades encontradas, a também poeta admite que nunca considerou a hipótese de não colaborar com a edição devido ao tema. A escritora considera “a iniciativa excelente e um dos melhores projetos em desenvolvimento”. Como justifica: “Ajuda a manter viva a memória da Revolução e educa as novas gerações sobre a importância da democracia”.

Estes projetos literários demonstram como a literatura e a música continuam a ser poderosas ferramentas para educar e inspirar. Ao abordar o passado com criatividade e autenticidade, iniciativas como as de João Morales e Rita



Direitos reservados

Rita Taborda Duarte: A literatura "ajuda a manter viva a memória da Revolução e educa as novas gerações sobre a importância da democracia"

Taborda Duarte asseguram que as lições do 25 de Abril perdurem, moldando um futuro onde princípios como a liberdade e a democracia são continuamente valorizados e assegurados.

O LEGADO DA LIBERDADE

A liberdade de expressão é um dos princípios fundamentais da democracia. Constitui o direito fundamental de todo o ser humano se manifestar livremente, sem medo da censura ou repressão. A defesa deste direito é essencial para a preservação e manutenção de uma sociedade livre e soberana. Uma parte deste direito advém do 25 de Abril, como é mencionado, pela escritora Isabel Lucas: "A resistência é ir fazendo aquilo que se acha que se deve fazer e ir escrevendo sobre o que se acha que se deve

escrever, independentemente do olhar dos outros". Ainda assim, é necessária uma contínua luta pela liberdade de expressão, uma vez que pode estar cada vez mais condicionada: "Se repararmos nos temas do telejornal, temos uma imprensa livre. À partida, não temos censura e somos aparentemente livres. Mas as notícias que nos aparecem são as notícias que são escolhidas para que nós vejamos e para que tomemos posição e opinião", critica e alerta Rita Taborda Duarte.

* Estudantes de Jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social do IPL

CARTAS DE GUERRA: PALAVRAS DE LUZ NA ESCURIDÃO



Hoje, sabe-se que as cartas são a mais rica e direta fonte de conhecimento sobre a Guerra Colonial, escritas por aqueles que até hoje narram as histórias vividas em terreno africano

As cartas da Guerra Colonial guardam os sentimentos mais profundos dos que passaram os dias no campo de batalha. Para sossegar corações ansiosos, a tinta e o papel foram pontes de conexão que permitiram galgar os muros da saudade. E foi nas palavras que os soldados encontraram refúgio para a dor de estar numa guerra que nem sempre compreendiam. Portugal estava longe da vista, mas perto do coração

MARIANA RODRIGUES E MARIANA FERNANDES*

VINTE E UMA MIL toneladas de correio, a maior parte correspondência e aerogramas, atravessaram o oceano no período da Guerra Colonial, entre 1961 e 1974, para ir ao encontro

dos milhares de jovens portugueses que foram obrigados a deixar para trás as famílias e os lugares onde nasceram para combater em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e também

Direitos reservados

para estarem presentes em outros territórios ultramarinos. Carregados de saudade, medo e solidão, estes registos de memória são relatos sinceros da dura realidade enfrentada, mas também de momentos fugazes de alegria e esperança. Entre as histórias mais conhecidas estão as cartas que António Lobo Antunes trocou com a mulher, Maria José, quando se encontrava em Angola, como oficial médico, entre 1971 e 1973, no livro *Cartas de Guerra-D'este Viver Aqui, Neste Papel Descrito*. O registo intimista da correspondência foi adaptado ao cinema em 2016, pelo realizador Ivo Ferreira.

Nas aldeias tranquilas e cidades adormecidas de Portugal, as famílias aguardavam ansiosamente por notícias dos entes queridos. Palavras de encorajamento, amor e detalhes sobre eventos locais eram como uma cura para os corações aflitos, proporcionando uma sensação curta de normalidade em tempos tão turbulentos. Esta correspondência não era apenas uma troca de informações, mas sim, como explica Joana Pontes, historiadora e realizadora de documentários sobre o tema, um ato de resistência contra a distância e a desolação da guerra: “Os soldados escrevem porque têm saudades, porque não querem estar longe. Porque se queixam da comida, do aquartelamento. No fundo, não percebem o que estão a fazer na guerra.”

Hoje, sabe-se que as cartas são a mais rica e direta fonte de conhecimento sobre a Guerra Colonial, escritas por aqueles que até hoje narraram as histórias vividas em terreno africano. São pequenos vestígios do mistério que ficou por contar, das histórias dos que enfrentaram

**CARREGADOS DE SAUDADE,
MEDO E SOLIDÃO, ESTES
REGISTOS DE MEMÓRIA
SÃO RELATOS SINCEROS
DA DURA REALIDADE
ENFRENTADA, MAS TAMBÉM
DE MOMENTOS FUGAZES
DE ALEGRIA E ESPERANÇA**

o desconhecido do outro lado do oceano e daqueles que ficaram em Portugal, a rezar pelo seu retorno. Cada carta é uma janela para o passado. Como esclarece Joana Pontes: “A correspondência de guerra é uma das coisas mais democráticas para o estudo deste período porque cruzou a sociedade de ricos e pobres, todos escreveram. Pessoas que sabiam ler escreveram, as que não sabiam nem escrever nem ler pediram a alguém que escrevesse e lesse.”

CARTA “À MINHA MAIS QUERIDA”

António Joaquim Isidro e Leonilde Isidro, hoje com 73 e 71 anos, são o rosto desta história do passado. Conheceram-se na escola e nos bailaricos da aldeia de Urrea, no concelho de Portalegre. “Nunca falávamos um com o outro”, recorda o casal.

Anos mais tarde, com 19 anos, o futuro combatente mudou-se, sozinho, para Lisboa. A proposta de namoro surgiu quando já estava a viver na capital. “Vim para a zona de Loures. Um

dia, na brincadeira, virei-me para um amigo e disse ‘vamos lá pedir em namoro as raparigas’. Como combinado, escrevi uma carta à Leonilde a pedir namoro e ele escreveu uma carta à outra rapariga, que hoje também é mulher dele. E elas “aceitaram”, conta.

António Joaquim Isidro fazia questão de ir a Portalegre visitar Leonilde, todos os fins de semana. Algumas vezes, devido à falta de dinheiro, escondia-se do revisor (“pica”, na linguagem da época) e passava o percurso inteiro debaixo de um dos bancos. O casal encontrava-se aos domingos, sempre acompanhado de um familiar. “Namorávamos de oito em oito dias e beijinhos só às escondidas. Esperávamos ansiosamente que domingo chegasse”, confessa Leonilde. Tempos mais tarde, como muitos outros, o casal bateu de frente com a fase que ainda hoje classificam como “a mais difícil da vida em comum”: a guerra.

Depois de cumprir a recruta, em Elvas, e de completar a especialidade de atirador de cavalaria, em Estremoz, António Joaquim Isidro não escapou ao destino do Ultramar. Há 52 anos apanhou um avião rumo ao desconhecido. Junto da Companhia de Cavalaria 8350, com quase 200 homens, seguiu para Guileje, a 226 km de Bissau, também conhecido como o “o corredor da morte”.

António Joaquim Isidro não fazia parte do contingente geral. Mas, mesmo com uma mente minimamente preparada para o horror, o que encontrou ultrapassava qualquer aprendizagem no terreno. “A realidade que estudávamos cá não tinha nada a ver com a guerra lá”, recorda.

COMO ERAM AS CARTAS?

Joana Pontes estudou cerca de 11.300 páginas escritas neste período. Mas, como ela própria explica, são uma muito pequena parte do total. Na época, a maioria da população portuguesa tinha baixos índices de escolaridade e literacia, com uma percentagem de analfabetismo superior a 30%. Segundo Joana Pontes, “muitas cartas apresentam erros ortográficos e dificuldade em construir um discurso, tornando-se algumas ilegíveis”.

Além dos textos, as cartas continham desenhos, gráficos e fotografias. Os desenhos, nas margens das folhas, demonstravam ser um instrumento ou forma de pedir informações. “Os gráficos, principalmente de barras, contavam os dias: aumentavam desde o primeiro dia até ao meio da comissão e depois diminuía até ao último dia”, explica a investigadora. As fotografias representavam a conexão visual com os entes queridos, provando a necessidade de manter viva a presença da família, na vida quotidiana.

O combatente deixou a menina dos seus olhos: “A minha mais querida de sempre”, como escreveu nas dezenas de cartas que trocaram. Leonilde Real tinha apenas 19 anos quando soube que o namorado teria de partir para o Ultramar. “Contou logo quando foi mobilizado”, lembra.

Com o namorado a mais de 4500 km de distância e assombrada com o medo de o perder, a luz apagou-se dos dias de Leonilde Real:



Direitos reservados

Joana Pontes: “Os soldados escrevem porque têm saudades, porque não querem estar longe. Porque se queixam da comida, do aquartelamento. No fundo, não percebem o que estão a fazer na guerra.”

“Sentia-me triste, sabia os perigos que corria. Isto é uma coisa que não tem explicação. E um dos meus irmãos mais velhos também já tinha partido para África.”

António Joaquim Isidro foi o primeiro a enviar uma carta, uma vez que Leonilde não sabia a localização do namorado. As missivas chegavam, muitas vezes, com oito a 15 dias de atraso. Leonilde tinha de percorrer um caminho de 30 minutos de casa até ao correio para as ir buscar. Este tempo de espera tornava o sentimento, quando as recebiam, intenso e con-

traditório. “Ficávamos contentes porque sabíamos notícias, mas também ficávamos tristes. Porém, não podia andar cá a chorar”, garante. Em Guileje, o correio era diferente. De semana a semana, uma avioneta ia recolher as cartas ao terreno. Levava-as para Bissau e só depois é que se dirigiam para Portugal. Quando voltava com as respostas, a avioneta largava de paraquedas um saco com todas as cartas. Por vezes, havia alturas em que os soldados ficavam meses sem correio. Por isso, no dia em que a correspondência chegava, o entusiasmo dos combatentes

era mais do que notório: “Havia um oficial ou um cabo que pegava nas cartas e ia para junto do grupo. Todos ficávamos ansiosos à espera que o nosso nome fosse dito. Víamos sempre quem é que recebia mais cartas. Quando não chegava nada, ficávamos tristes. Nós vivíamos para isto”, conta.

O ex-combatente era cuidadoso na altura de redigir as missivas. “Contava quase tudo, mas as coisas piores ninguém escrevia”, diz. Os assuntos das cartas tratavam, revela Joana Pontes, “coisas banais, do quotidiano, para não preocupar a remetente e para servir de escape de realidade para o soldado que a escrevia”.

O casal nunca pensou se seria ou não a última vez que estariam a corresponder-se. Apaixonados, a regra de gramática era um aspeto secundário. O que importava eram os sentimentos: “O tempo que estávamos a ler, estávamos a recordar”. A única preocupação era que Leonilde percebesse o que estava lá escrito. “Se assim fosse, então estava tudo certo.”

O 25 de Abril de 1974 salvou António Joaquim Isidro do pior. Dois meses depois da Revolução dos Cravos, o soldado regressou a casa para junto da amada. Em 1977, casaram-se, mudaram-se para Lisboa e decidiram não trazer as cartas, queimando-as. Apesar de, atualmente, confessarem que se arrependem de não as ter guardado, aceitam, com resignação, a decisão que tomaram na época.

Nos dias de hoje, António Joaquim Isidro ainda mantém um forte contacto com alguns dos companheiros e amigos que compartilharam essa fase tão marcante da vida, seja através das

**AS CARTAS ERAM,
NA MAIORIA, REFLEXO
DA ANSIEDADE
E DA EXPECTATIVA
QUE SE VIVIA,
ENDEREÇADAS POR MÃES
OU NAMORADAS
QUE NÃO PERCEBIAM
O MOTIVO DA DEMORA,
APÓS A REVOLUÇÃO**

redes sociais ou no almoço organizado anualmente pelos ex-combatentes.

O DIA DE SÃO AVIÃO

António Rodrigues é mais um dos rostos que passou pela Guiné-Bissau, entre 1972 e 1974. Apesar de partilhar o nome com António Isidro, o que relata são memórias diferentes, embora próximas. Com apenas 20 anos, embarcou na viagem que lhe mudaria a vida para sempre. Designado para a base aérea em Bisalanca, perto de Bissau, foi no aeroporto que cumpriu missão, durante a Guerra Colonial. “Estive lá dois anos, num lugar onde cada dia era uma mistura de medo e esperança”, conta António Rodrigues.

No aeroporto, o soldado era uma espécie de guardião. “A minha função era fazer rondas em Bissau, como um polícia. Além disso, trabalhava nas torres de controlo”, indica. Os de-



Direitos reservados

Na companhia de outros 150 homens do mesmo batalhão, Artur Gomes, de 22 anos, deixou Lisboa no navio Niassa. As condições a bordo eram miseráveis. As camas no porão da embarcação tornavam os oito dias de viagem quase insuportáveis

safios eram constantes e os sustos, frequentes. Um episódio de disparos sem aviso ficou-lhe marcado na memória. “Como a minha missão era ir até aos morteiros, pois era eu o responsável, fui obrigado a disparar todas as munições que tínhamos. Era uma questão de vida ou de morte.”

Nos dias normais, António Rodrigues confessava ter sido obrigado a fazer coisas que não compreendia: “Por causa de ordens superiores, tive que prender vários nativos de Bissau no aereo-

porto, simplesmente por estarem descalços. Custou-me bastante.”

No meio do caos de cada dia e das surpresas no aeroporto, nem tudo era mau. O instante em que as cartas chegavam era o “dia da alegria”, lembra, com um sorriso nostálgico. Chama-vam de “dia de São avião”, o momento mais aguardado pelos soldados. Se o correio não chegasse, os combatentes ficavam completamente desolados e alguns ameaçavam mesmo tirar a própria vida.

Entre os testemunhos que recolheu, a investigadora Joana Pontes não esquece a história tocante de uma carta que só graças ao esforço sobre-humano alcançou o seu destino: “Estudei um acervo de um combatente. Ele estava numa zona em Moçambique muito isolada. Havia periodicamente grandes temporais e chuvas horríveis. Num desses episódios, os soldados chegaram a ficar sem correio quase um mês. Este senhor continuou a escrever normalmente como se houvesse correio, escrevia todos os dias referindo: “Não recebi a tua carta. O que é que se estará a passar?”. Até que, um dia, um nativo do local onde chegava o correio pedalou durante 200 km, uma semana, de bicicleta para conseguir chegar até àquele quartel.”

Por trabalhar no aeroporto, António Rodrigues via as cartas chegar a terreno africano em primeira mão. Com brilho no olhar, ainda hoje recorda o momento em que o avião aterrava: “Era uma sensação inexplicável.” Assim que as cartas chegavam, já em sacos prontos a ser distribuídos pelas diversas bases, havia vários processos. “As cartas eram quase sagradas, ninguém podia mexer em nada. Estava tudo muito selado e o correio confidencial era todo colocado à parte”, explica.

Apesar de trabalhar no aeroporto, António Rodrigues nunca se apercebeu de nenhum tipo de censura nas missivas que os soldados enviavam às famílias, namorados e amigos: “A maioria só queria desabafar. Aqueles aerogramas amarelos, as ‘TURRAS’ como nós chamávamos, era um alívio sem preço. As mensagens traziam notícias de casa e era só isso que

ENTRE LINHAS CENSURADAS

Cartas de guerra revelam bravura, sacrifício e autocensura. Muitas suavizavam horrores e protegiam informações sensíveis para evitar preocupações em casa. No início, os soldados diziam “estou aqui para defender o que é nosso”; mais tarde, mudaram: “eu quero lá saber disto”.

Apesar do elevado fluxo de cartas, a censura foi mínima. “O volume era tão grande que ninguém conseguia verificar”, diz Joana Pontes. A pressão do regime existia quase num processo de autocensura: “Quando chegar, conto-te umas coisas” ou “É melhor não falarmos mais disto”. O medo de punição impedia perceber que a PIDE vigiava apenas alguns. Quem? Aqueles que estavam ligados ao Partido Comunista.

As cartas eram a única conexão entre mundos distantes. Os autores eram diversos, mas os temas semelhantes, tendo as mulheres como principais destinatárias. No princípio, as cartas de mães e das namoradas eram de esperança: “Força, vais ver que um dia destes já cá estás”. Com o tempo, tornaram-se apelos urgentes pela sobrevivência: “O que é que estás aí a fazer? Não te ofereças para nada”.

nos interessava. Havia segredos sim, mas não eram daqueles que ali estavam para ser mandados.” As cartas eram um mundo de partilhas à distância de tanto mar, a que Joana Pontes teve acesso, durante o processo de pesquisa, como as palavras puras escritas pela mãe de um com-

batente: “Eu aqui vejo a lua e está lua cheia, será que a lua que tu vês é a mesma que esta?” O momento de maior emoção não tinha como palco o aeroporto. Só quando os soldados se reuniam é que as cartas eram entregues. Nesse momento, a expressão dos rostos dos homens a cumprir serviço militar transformava-se. António Rodrigues relata que muitos sorriam de alívio e outros choravam por não receberem nada: “As cartas marcam sempre uma vida, normalmente quando por trás dessa carta há uma história negativa que nos faz doer. E uma carta tanto pode sorrir como chorar.” Os assuntos mais recorrentes eram as saudades. “Tive algumas cartas que me fizeram chorar, a mim e a muitos dos que lá estavam porque todos temos história. No meu caso, tinha cá um filho, e deixá-lo cá e receber notícias dele só pelas cartas... doeu muito”, confessa António Rodrigues.

A tantos anos de distância, António Rodrigues admite ter sentido a solidão profunda de uma terra assombrada pela guerra. As madrinhas de guerra com quem se correspondeu eram o seu refúgio. Durante todo o cenário de caos, encontrou uma amizade que trouxe para a vida. Passados anos, tornou-se mesmo o seu grande amor. “A Manuela foi o meu maior apoio. Na altura, ela trabalhava num cabeleireiro e recebia pouco, mas, às vezes, enviava-me 20 escudos pelas cartas. Nunca pensei que alguém fizesse isso por mim.” Hoje, com mais de 40 anos de casamento, António Rodrigues lembra os velhos tempos e nunca se esquece do impacto que a antiga madrinha de guerra teve na sua vida: “Ela tirou-me do fundo do poço. É uma grande mulher.”

**CADA HISTÓRIA
DE SOBREVIVÊNCIA
É UM LEMBRETE
DE QUE, MESMO
NO MEIO DA GUERRA,
HÁ FORMAS
DE ENCONTRAR
ESPERANÇA
NA ESCURIDÃO:
AS CARTAS ERAM
UM SINAL DE LUZ**

Na madrugada de 25 de Abril de 1974, António Rodrigues estava de serviço. Com emoção, descreve os sentimentos vividos nesse dia: “Encontrava-me no meu posto com alguns colegas. Tínhamos um pequeno rádio e foi por lá que ouvimos a mensagem de que a revolução tinha vencido. Saltamos de alegria e achamos que, no dia seguinte, íamos embora. Não aconteceu. E nunca me disseram quando ia voltar para casa. Todos os dias perguntavam quando é que ia passar à disponibilidade e respondiam-me sempre ‘está quase’. Só que o quase foi passando. Só voltei depois de três meses”.

A correspondência também mudou bastante nessa altura. As cartas eram, na maioria, reflexo da ansiedade e da expectativa que se vivia, endereçadas por mães ou namoradas que não percebiam o motivo da demora, após a Revolução.

ENTRE TIROS E ACORDES

Nem a experiência de recruta em Beja e a especialidade em armas pesadas, em Tomar, prepararam Artur Gomes para viver debaixo de fogo. Durante um ano, tentou fugir à guerra, mas, em 1973, acabou por ser obrigado a partir de barco até à Guiné-Bissau. Na companhia de outros 150 homens do mesmo batalhão, o jovem de 22 anos deixou Lisboa no navio Niassa. As condições a bordo eram miseráveis. As camas no porão da embarcação tornavam os oito dias de viagem quase insuportáveis.

Enquanto muitos soldados passavam os tempos livres a jogar às cartas ou à malha, foi na guitarra que Artur encontrou o seu maior trunfo para vencer os dias difíceis. “Escrevi muitas letras e cantei muito. Era uma forma de passar o tempo e pensar menos na desgraça à nossa volta. Cantávamos todos e eu cantava para todos. Conseguia ficar horas a tocar sem parar”, conta.

Tocava viola e cantava músicas de Zeca Afonso ou de outros artistas de intervenção cujas canções estavam proibidas pelo regime. As músicas eram a sua partilha com quem mais gostava. “Nas minhas cartas, seguiam cassetes para o meu irmão que estava em Portugal. ‘Se, por acaso, eles abrirem a carta e apanharem a cassete, de certeza que vou de cana’”, lembra. Mas nunca teve esse azar.

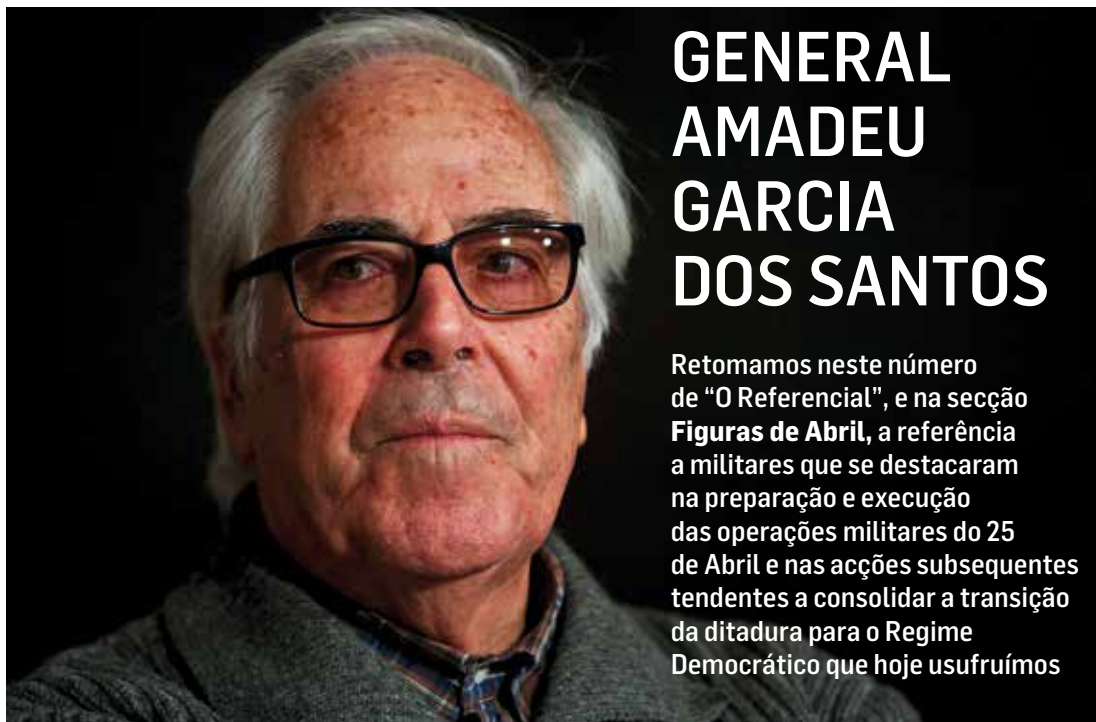
Detentor de uma habilidade que muitos colegas não tinham, a de saber escrever, Artur Gomes, além de se corresponder com a mãe e os irmãos, também redigia cartas para camaradas analfabetos enviarem às famílias e às namora-

das. Este ato de escrever cartas para os outros deu a Artur uma profunda compreensão da importância da comunicação em tempos de guerra.

Embora não tenha guardado nenhuma carta, Artur Gomes preserva as memórias das muitas que enviou. Possui um álbum de fotografias e gravou uma cassete na Guiné que, mais tarde, foi transformada em CD, um testemunho sonoro das suas experiências. O antigo soldado afirma que “as cartas que recebia da família eram fontes de força e coragem, enquanto as que enviava para as ‘madrinhazitas’ de guerra adicionavam um toque de leveza e normalidade à rotina”.

Mesmo não mantendo o contacto com os antigos colegas de batalhão, Artur Gomes lembra essas amizades com carinho. A guerra uniu homens de diferentes zonas do país, criando laços que, embora afastados pelo peso dos anos, ainda vivem na memória de cada soldado. Hoje, Artur Gomes continua a tocar guitarra e a cantar as músicas que o ajudaram a atravessar os tempos difíceis. Cada história de sobrevivência é um lembrete de que, mesmo no meio da guerra, há formas de encontrar esperança na escuridão: as cartas eram um sinal de luz.

* Estudantes de Jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social do IPL



GENERAL AMADEU GARCIA DOS SANTOS

Retomamos neste número de "O Referencial", e na secção **Figuras de Abril**, a referência a militares que se destacaram na preparação e execução das operações militares do 25 de Abril e nas acções subsequentes tendentes a consolidar a transição da ditadura para o Regime Democrático que hoje usufruímos

André Koster, Lusa

RODRIGO SOUSA E CASTRO*

DESTACAMOS NESTA EDIÇÃO o papel do general Amadeu Garcia dos Santos na preparação das condições imprescindíveis ao desencadeamento das operações militares, assumindo a responsabilidade da execução de todas as tarefas referentes à montagem dos meios que deram à operação "Viragem Histórica" uma grande eficácia nas comunicações rádio e telefónicas. Salientamos também o seu contributo cívico e político nos anos subsequentes ao 25 de Abril, quer como membro do Conselho da Revolução, quer como Chefe do Estado Maior do Exército, quer ainda em inúmeras funções de âmbito governativo e empresarial.

Pessoalmente tive a oportunidade de conviver com o general Garcia dos Santos enquanto membro do Conselho da Revolução. Tenho dele uma imagem que definiria como a de um cidadão militar intransigente no seu sentido de Justiça, exigente quanto ao cumprimento do serviço e das missões, confiante que todos os camaradas honrariam sempre a amizade que com ele partilhavam. Os textos sobre o general Amadeu Garcia dos Santos de David Castaño e Jorge Golias também falam por mim. A minha admiração pessoal e respeito pelo general Amadeu Garcia dos Santos é ilimitada.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

O CAMARADA MAIS VELHO E DE MAIOR PRESTÍGIO

General Garcia dos Santos comandou as Transmissões durante a “Operação Viragem Histórica” e teve um papel determinante nos preparativos e na ação militar de 25 de Abril de 1974 e, depois, a 25 de Novembro de 1975

JORGE GOLIAS*

AO ESCREVER SOBRE esta ilustre figura de Abril, o primeiro pensamento que me ocorre é a do camarada mais velho e o de maior prestígio da minha Arma, a Arma de Transmissões, pertencente à geração anterior à minha. Depois vem a lembrança de, na minha passagem pela Guiné, ter ainda ido encontrar o rasto do seu brilhante trabalho na montagem dos sistemas de transmissões permanentes do território em guerra – o STM - Serviço de Telecomunicações Militares. Este organismo revelou-se um autêntico serviço público, pois foi a estrutura de comunicações do território da Guiné, na ausência de estruturas civis tipo CTT/TLP.

Feito este introito, que considereei necessário, para que os leitores me situem agora melhor no papel de narrador, vou então fazer um esforço de síntese para contar a longa e brilhante história deste militar de Abril, tendo em vista que os seus dados biográficos detalhados estão no texto de David Castaño.

Lisboeta de nascimento (1935) foi-se politizando durante a juventude pelo contacto com os velhos republicanos, amigos de seu pai, cujos nomes já se perderam no olvido da sua já projectada idade.

Embora oriundo da Arma de Engenharia, iria passar à de Transmissões, então em formação,

prestando serviço durante 12 anos no antigo Batalhão de Telegrafistas, na rua de Sapadores, na Graça, que na altura do 25 de Abril de 1974 já era Escola Prática de Transmissões (EPTm). Foi este passo curricular que não só lhe deu formação na área das transmissões, mas também o pôs em contacto com os oficiais que obedeceram às suas ordens na preparação do Golpe e durante os dias 24 e 25 de Abril.

Foi por estas razões que nas vésperas do 25 de Abril Garcia dos Santos sabia da montagem em curso de um cabo telefónico para ligar o Quartel-General de Lisboa ao Colégio Militar e pediu aos oficiais responsáveis (capitão Veríssimo da Cruz, que autorizou a operação, e capitão Pena Madeira, que a supervisionou) para que fizessem um esforço suplementar para levar o cabo telefónico até ao quartel da Pontinha (Regimento de Engenharia 1), onde ficaria o Posto de Comando do Movimento, o que foi feito dia e noite, em tempo recorde. Assim se explica que os primeiros militares a ir para a rua na operação do 25 de Abril tivessem sido estes especialistas de Transmissões. Os meios rádio vieram do antigo Depósito de Transmissões em Linda-a-Velha, onde Garcia dos Santos também tinha influência.

RESPONSÁVEL DAS TRANSMISSÕES

A escolha de Garcia dos Santos para assumir a responsabilidade das Transmissões não podia ter sido melhor, como a prática veio depois a demonstrar. Fez um excelente Anexo de Transmissões à Ordem de Operações, o que levou a um bom uso dos meios que montou e por onde circularam as primeiras e decisivas notícias do

**LISBOETA
DE NASCIMENTO (1935)
FOI-SE POLITIZANDO
DURANTE
A JUVENTUDE
PELO CONTACTO
COM OS VELHOS
REPUBLICANOS,
AMIGOS DE SEU PAI**

que se estava a passar do lado do inimigo. Percebeu a importância decisiva de se saberem, no Posto de Comando, as conversas entre as Altas Entidades como instrumento fundamental para a conduta das operações.

Foi assim que no Posto de Comando se conheceram as conversas trocadas entre Marcelo Caetano e os seus ministros, se soube da fuga de dois deles por um buraco na parede do Ministério do Exército e se teve a percepção de que os responsáveis pelas forças do governo assumiam estar a perder o confronto com as forças do MFA, assim como, finalmente, se pôde seguir a própria rendição de Marcelo Caetano. Também foi, no cumprimento do Anexo de Transmissões pelos vários intervenientes, que o Posto de Comando soube, durante a madrugada e princípio da manhã, que as diversas unidades em movimento pelo país estavam sobre rodas e se soube também dos momentos em que atingiram os objectivos traçados.

Este competente desempenho levou Otelo a



Direitos reservados

Presidente da Junta Autónoma das Estradas, em 1997, nomeado pelo então ministro João Cravinho para “limpar a casa”, porque havia fortes indícios de corrupção

proclamar, mais tarde: “As Transmissões militares na noite de 24 e no dia 25 de Abril constituíram a voz e os ouvidos do MFA”.

O facto de Garcia dos Santos ter estado no Posto de Comando da Pontinha deu-lhe uma visibilidade que iria determinar as altas funções que lhe estavam destinadas. Até por se tratar de um militar inteligente, bem preparado e probo. Foi assim que, logo a seguir ao 25 de Abril, desempenhou os seguintes altos cargos: Secretário de Estado em vários governos, Chefe da Casa Militar do Presidente da República e Chefe do Estado-Maior do Exército.

Mas foi como Presidente da Junta Autónoma das Estradas (JAE), nomeado pelo então minis-

tro João Cravinho para “limpar a casa”, porque havia fortes indícios de corrupção, que deixou uma forte marca pessoal: Garcia dos Santos fez o que a sua natureza de incorruptível determinou e denunciou quem devia. Mas este procedimento acabou por ditar a sua própria demissão e ainda um processo judicial que o condenou por recusa em divulgar nomes sem provas factuais.

GRUPO DOS NOVE

Coroando este brilhante curriculum, Garcia dos Santos, ao aderir ao Grupo dos Nove, viria a ter um papel fundamental em Novembro de 1975, nas acções lideradas por Vasco Lourenço

para fazer face ao golpe do 25 de Novembro, que pôs fim ao PREC - Processo Revolucionário em Curso. E foi na consequência destes acontecimentos que acompanhou Ramalho Eanes na Presidência da República, vindo a ser membro do Conselho da Revolução e, em 1982-1983, Chefe do Estado-Maior do Exército. Depois dos episódios tumultuosos da sua passagem pela JAE, distanciou-se do espaço público e aproximou-se dos seus camaradas da Arma de Transmissões, tendo a ideia de constituir a “Comissão da História das Transmissões” (CHT), que chefiou durante a maior parte da sua existência, e integrado o “Grupo dos Amigos do Museu das Transmissões”, que permitiu preservar os equipamentos museológicos que hoje integram o Museu Militar de Elvas.

Na CHT foi co-autor dos livros “As Transmissões Militares da Guerra Peninsular ao 25 de Abril”, edição da Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM), 2008, e “Bicentenário do Corpo Telegráfico 1810-2010”, também edição da CPHM, 2010, ambos coordenados por Aniceto Afonso.

Garcia dos Santos teve depois oportunidade de deixar as suas memórias dos acontecimentos que viveu durante este intenso processo de mudança e transição em Portugal, escrevendo dois livros importantes sobre o seu percurso: “Apontamentos Políticos – Eanes e os Partidos”, em co-autoria com David Castaño, Bertrand, 2013; e “Memórias Políticas – Um Pouco do que Vivi”, Bertrand, 2011. Publicou ainda, em 1983 e em edição do Estado Maior

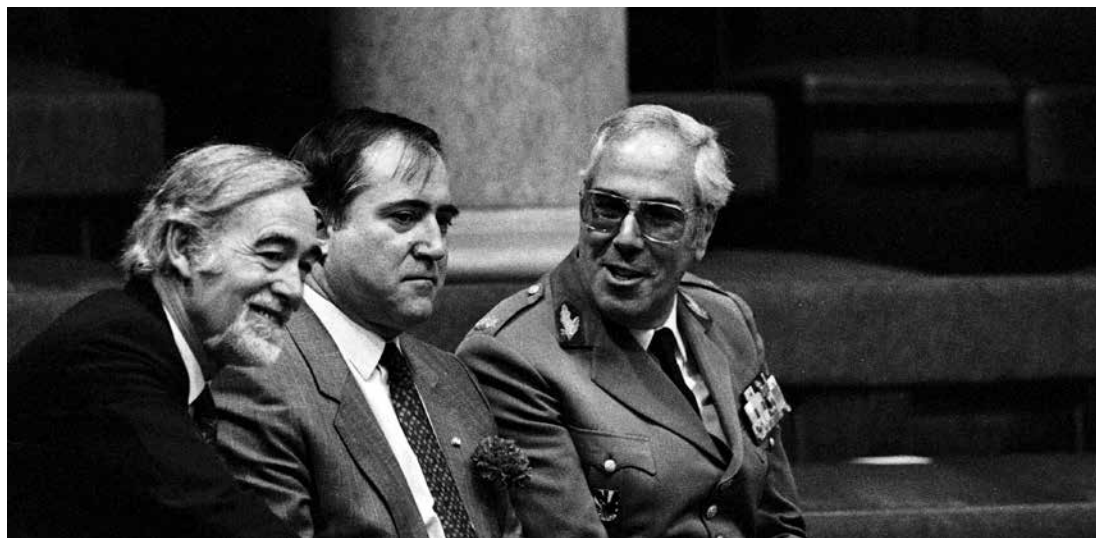
**O FACTO DE GARCIA
DOS SANTOS
TER ESTADO
NO POSTO
DE COMANDO
DA PONTINHA
DEU-LHE UMA VISIBILIDADE
QUE IRIA DETERMINAR
AS ALTAS FUNÇÕES
QUE LHE ESTAVAM
DESTINADAS**

do Exército, o livro “O Exército e a Defesa Nacional”.

Dentro do extraordinário quadro de honrarias nacionais e estrangeiras que apresenta este ilustre militar, destaca-se naturalmente a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, em 1983.

Tão poucas linhas para tão grandes feitos, com o feito maior do 25 de Abril, assim fecho este texto recordatório com o protesto da minha muito elevada consideração e estima.

* Capitão de Abril e sócio da A25A



Manuel Moura, Lusa

General Garcia dos Santos, do lado direito, com Vasco Lourenço, ao centro, e Vítor Alves

COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO POVO

General foi agraciado com 22 condecorações nacionais e estrangeiras, entre as quais se destacam a Grã-Cruz da Ordem de Avis, a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, a Legião de Honra de França e a Grã-Cruz de Mérito Militar de Espanha

DAVID CASTAÑO*

NO VERÃO DE 2012, fui desafiado pela professora Maria Inácia Rezola para colaborar na publicação de um livro de memórias do general Garcia dos Santos. No ano anterior, o general

tinha publicado um primeiro livro de memórias (*Memórias Políticas. Um pouco do que vivi*, Bertrand Editora, 2011) mas, em articulação com o seu editor, resolvera não incluir nesse volume

um relevante e interessante conjunto de apontamentos escritos que registavam as audiências concedidas pelo Presidente Ramalho Eanes aos partidos políticos entre 1976 e 1979, que mereceriam uma publicação autónoma.

Essas notas, tiradas por Garcia dos Santos na qualidade de chefe da casa militar do Presidente da República, constituem uma fonte essencial para se compreenderem os primeiros anos da jovem democracia portuguesa, que então dava os primeiros passos. A sua leitura, além de nos fornecer um detalhado retrato das relações entre os partidos e o Presidente da República, ajuda-nos a interpretar um conturbado período da história política da III República, marcado por uma sucessão de crises governativas e pelos designados governos de iniciativa presidencial, que estiveram na origem de várias polémicas e tensões entre os diferentes órgãos de soberania, numa época em que o país ainda vivia sob uma democracia tutelada e em que o Presidente da República dispunha de mais amplos poderes sobre a atividade do governo. Foi com enorme honra que aceitei o desafio. Não conhecia pessoalmente o general Garcia dos Santos, embora conhecesse o papel determinante que desempenhara nos preparativos e na ação militar de 25 de abril de 1974 e, depois, a 25 de novembro de 1975. No primeiro encontro, realizado em sua casa, no bairro dos atores, em Lisboa, estabelecemos o método de trabalho e acertámos datas. Caber-me-ia fazer o enquadramento histórico do processo iniciado a 25 de abril de 1974 até a chegada ao poder da Aliança Democrática.

INTEGROU O II GOVERNO PROVISÓRIO, NA QUALIDADE DE SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS, CARGO QUE DESEMPENHOU ATÉ AO VI GOVERNO PROVISÓRIO

À medida que ia concluindo os textos que deveriam enquadrar os relatos dos encontros entre o Presidente e os partidos, agendávamos uma reunião para “acertar agulhas”. Em nenhum desses encontros o general questionou ou procurou condicionar o conteúdo desses textos que acabariam por ser publicados integralmente, de acordo com as primeiras versões que eu lhe tinha apresentado. Jamais esquecerei essa atitude. Nunca houve qualquer condicionamento ou atitude paternalista. Garcia dos Santos cultivava e praticava a liberdade que ajudara a conquistar e a manter. Mais do que isso, Garcia dos Santos exigiu que o livro fosse publicado em co-autoria, quando no início do processo a ideia era uma simples colaboração, a elaboração de pequenas anotações ou de um prefácio que contextualizasse a transcrição das reuniões do Presidente com as lideranças partidárias.

Além deste testemunho, recupero, com ligeiras adaptações, o esboço biográfico que escrevi

para a entrada dedicada ao general Garcia dos Santos no *Dicionário de História de Portugal*. O 25 de Abril.

ESBOÇO BIOGRÁFICO

Nasceu em Lisboa, no Bairro Alto, a 13 de agosto de 1935. Ingressou na Escola do Exército e, terminado o curso de Engenharia e, mesmo sem ter concluído o tirocínio na Escola Prática de Engenharia, foi mobilizado para chefiar a delegação do Serviço de Telecomunicações Militares no Comando Territorial Independente da Guiné, onde se fixou em fevereiro de 1962. Dois anos depois regressou a Lisboa, e foi colocado no Batalhão de Telegrafistas. Nesse batalhão desempenhou as funções de adjunto da direcção do Serviço de Telecomunicações Militares e de chefe do Centro Nacional de Transmissões. Entretanto, frequentou um curso de guerra electrónica da NATO, em Itália, e fez um estágio da mesma especialidade na Bélgica. Em 1968, já como capitão, foi mobilizado como oficial de Operações do Comando de Transmissões da Região Militar de Angola, onde, pela primeira vez iria desempenhar funções na área das transmissões de campanha. No final de 1970 regressou a Portugal e voltou a ser colocado no Batalhão de Telegrafistas. Em outubro de 1973 tornou-se professor de “Tática de Transmissões” e de “Transmissões” na Academia Militar.

MOVIMENTO DOS CAPITÃES

Foi nesta instituição de ensino que foi sondado por um outro professor, o tenente-coronel

A AUSÊNCIA DE GARCIA DOS SANTOS NO V GOVERNO PROVISÓRIO É REVELADORA DO SEU DESCONTENTAMENTO PERANTE O RUMO IMPLEMENTADO PELO PRIMEIRO-MINISTRO VASCO GONÇALVES

Fisher Lopes Pires, para aderir ao “Movimento dos Capitães”. Aceite o desafio, Garcia dos Santos passou a participar nas reuniões do “Movimento” e, na sequência do “Golpe das Caldas”, estabeleceu contactos com Otelo Saraiva de Carvalho, também professor na Academia Militar, que ficara responsável pela elaboração do plano das operações militares a desencadear tendo em vista o derrube do regime, cabendo a Garcia dos Santos a parte das transmissões do golpe. No dia 15 de abril, recebeu de Otelo a “Ordem de Operações” e nos dias seguintes elaborou o “anexo de transmissões” que viria a ser distribuído a 23 de abril aos oficiais do MFA que participaram no golpe. Uma das mais importantes ações então adoptadas foi a colocação de um cabo telefónico entre o Regimento de Engenharia na Pontinha, local escolhido para posto de comando, e o Serviço de Telecomunicações Militares, o que permitiu aos revoltosos escutarem os contactos estabelecidos entre as forças que apoiavam o regime

(PIDE/DGS; Legião Portuguesa, GNR; PSP) e as comunicações entre membros do governo e as chefias militares nos dias 24 e 25 de Abril, o que constituiu uma importante mais valia para o sucesso do golpe. Por exemplo, a escuta de uma chamada entre o presidente do Conselho, Marcelo Caetano, e o CEME, general Andrade e Silva, permitiu aos capitães saber atempadamente quais as forças que o regime pretendia enviar para o Terreiro Paço, tendo essa informação sido passada a Salgueiro Maia, que foi ao encontro de uma das forças destacadas, o RC 7, e conseguiu travar os seus intentos.

Na sequência do derrube do Estado Novo, Garcia dos Santos foi nomeado delegado nas Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade (CRGE) pela Junta de Salvação Nacional, e em julho integrou o II Governo Provisório, na qualidade de secretário de Estado das Obras Públicas, cargo que desempenhou até ao VI Governo Provisório, com um breve interregno durante o V governo. Nesta qualidade acompanhou de perto as negociações que conduziram ao fim dos contratos de concessão com a Companhia das Águas de Lisboa e com a BRISA, que visavam implementar um novo modelo de relacionamento entre o Estado e as grandes empresas privadas. A ausência de Garcia dos Santos no V Governo Provisório é reveladora do seu descontentamento perante o rumo que estava a ser implementado pelo Primeiro-ministro Vasco Gonçalves e os seus seguidores, adeptos de uma aceleração do processo revolucionário que ignorava os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte.

**ENTRE 1997 E 1998
FOI PRESIDENTE
DA JUNTA AUTÓNOMA
DAS ESTRADAS,
CARGO QUE ABANDONOU
EM RUTURA
COM A TUTELA,
APÓS TER DENUNCIADO
IRREGULARIDADES
E SUSPEITAS DE
CORRUPÇÃO NESSE
ORGANISMO**

25 DE NOVEMBRO

Além de ter subscrito o documento político girizado por Melo Antunes e assinado por mais oito conselheiros da revolução, que ficaria conhecido como “documento dos nove”, Garcia dos Santos envolveu-se na elaboração de um plano operacional, coordenado pelo então tenente-coronel Ramalho Eanes, que visava garantir uma rápida resposta caso a situação político-militar se deteriorasse. Garcia dos Santos foi novamente incumbido da tarefa de preparar e assegurar as transmissões de apoio necessárias para esse cenário.

A 25 de Novembro o confronto que se desenhava no horizonte verificou-se quando os pára-quedistas da Base de Tancos, em resposta a uma decisão do CEMFA, general Moraes da Silva, que mandara passar à disponibilidade

cerca de mil camaradas seus, ocuparam diversas bases aéreas e o comando da 1.^a Região Aérea, abrindo-se assim caminho para uma clarificação da situação político-militar. Desta vez, o posto de comando ficou sediado no Regimento de Comandos, na Amadora, e o esquema de transmissões adotado foi bastante diferente do utilizado a 25 de Abril de 1974, tendo sido utilizada a rede de comunicações da Brigada de Trânsito da GNR, que dispunha de equipamentos portáteis e equipamentos montados em viaturas que permitiam uma elevada flexibilidade, que constituía uma das principais preocupações dos moderados, uma vez que estes apenas depositavam total confiança em três unidades do exército (Comandos, CIAAC e Cavalaria de Estremoz) e pretendiam garantir as melhores condições de mobilidade, num quadro que poderia implicar um recuo das forças moderadas para a zona centro e norte do país. Após a substituição de Vasco Gonçalves por Pinheiro de Azevedo na chefia do governo, Garcia dos Santos voltou a liderar a secretaria de Estado das Obras Públicas e, no verão de 1976, voltaria a assumir funções políticas quando foi nomeado chefe da Casa Militar do recém-eleito Presidente da República, Ramalho Eanes. Nesse mesmo verão, após Ramalho Eanes ter determinado que os membros do Conselho da Revolução teriam de optar entre permanecer no CR como conselheiros ou assumir plenamente funções de comando militares, Garcia dos Santos foi o oficial escolhido pelo exército para substituir o brigadeiro Pires Veloso, que preferiu continuar a comandar a Região Militar do Norte.

Em Janeiro de 1981, foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército, cargo que viria a abandonar em Novembro de 1983 na sequência de um conflito entre a presidência da República e o governo, então liderado por Mário Soares, fruto da revisão constitucional e da publicação da lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (lei n.º 29/82 de 11 de Dezembro) que, entre outros aspetos, determinava que cabia ao Primeiro-ministro, “propor ao Conselho de Ministros, conjuntamente com o Ministro da Defesa Nacional a nomeação e a exoneração (...) dos Chefes de Estado-Maior dos ramos”, constituindo esta exoneração do CEME um exemplo paradigmático do processo de subordinação do poder militar ao poder político que ajudara a preparar.

Entre 1997 e 1998 foi presidente da Junta Autónoma das Estradas, cargo que abandonou em rutura com a tutela, após ter denunciado irregularidades e suspeitas de corrupção nesse organismo. Foi agraciado com 22 condecorações nacionais e estrangeiras, entre as quais se destacam a Grã-Cruz da Ordem de Avis, a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, a Legião de Honra de França e a Grã-Cruz de Mérito Militar de Espanha.

Bibliografia:

David Castaño, “Amadeu Garcia dos Santos”, in António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos (coord.), *Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril*, vol. 7, coord, Porto, Figueirinhas, 2018, pp. 297-300.

* Investigador do IPRI-Universidade Nova

MÁGICO ABRIL

LAURA CRUZEIRO VILAÇA MARQUES

Era 1974, o ano da revolta
Portugal todo na rua
Querendo a Liberdade de volta

Já estávamos há muito em ditadura
Até que nasceu a esperança
Muitos tinham experienciado tortura
Portugal precisava de uma mudança

Tivemos uma grande revolução
Liderada pela flor encarnada
Usando a força e a determinação
A boca dos fascistas estava prestes a ser calada.

Há meio século que vivemos em Liberdade
E um obrigada não basta para agradecer
À lutadora comunidade
Que esta luta nos fez vencer.

Obrigada, lutadores de Abril
Jamais vos iremos esquecer!!!

Aveiro, abril 2024

CASA DA MOEDA



ULISSES

HERÓIS E CRIATURAS DA MITOLOGIA

AUTOR **GONÇALO VIANA**



DISPONÍVEL NOS ACABAMENTOS
OURO PROOF E PRATA PROOF



LISBOA R. Escola Politécnica, 137 • R. D. Filipa de Vilhena, 12 e 12-A

COIMBRA Rua Visconde da Luz 94, 96 e 98

PORTO R. Cândido dos Reis, 97



WWW.INCM.PT moeda.apoiocliente@incm.pt

CASA DA MOEDA

INCM
IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA



GERAÇÕES DE 70



Nesta edição, publicamos, sob a coordenação de Jorge Golias, a última Carta de Avô e as últimas Cartas de Netos. O Avô é o director desta Revista, o capitão de Abril Aniceto Afonso, que recebe respostas dos seus dois netos. Que Avô e que netos, brilhantes!

JORGE GOLIAS*

ESTA SECÇÃO COMEÇOU apenas com as cartas aos netos, mas rapidamente passou a incluir as respostas destes aos avós.

Na apresentação deixámos a ideia de que estamos a viver um tempo de fim de ciclo histórico, em que ainda não se extinguíram as marcas do anterior e já se anunciam as marcas do futuro. Hoje queremos comparar a nossa geração, de capitães de Abril, uma geração dos anos 70 do século passado, com a Geração de 70 do séc. XIX. Também eles ainda estavam a viver sob o regime monárquico, e no remanso do romantismo, mas já se anunciavam os alvores da República, do socialismo e das correntes culturais modernistas: o realismo e o naturalismo. Ambas as gerações viveram as suas fases de transição, em que a visão dos acontecimentos passados nem sempre se ajusta pacificamente à visão em perspectiva dos acontecimentos futuros.

E, navegando essa onda, elencámos os problemas que tinham afectado e mobilizado a nossa geração: a guerra colonial e a luta pela Paz, pela Liberdade e a pela Democracia. E no desenvolvimento do processo revolucionário, a luta por uma maior justiça social, o combate à corrupção, a democratização do ensino, a emancipação da mulher, etc. E, situando-nos neste fim de ciclo, olhávamos já para o seguinte, num exercício sempre difícil, mas necessário neste

propósito d'*O Referencial*, vislumbrar já os novos problemas que se iam colocar às gerações actuais: em primeiro lugar aqueles que vêm de trás e hão-de continuar, na perseguição de uma sociedade mais justa e na atenção a dar sempre à Liberdade e à Democracia. Depois, os novos problemas que já se colocam, como as alterações climáticas, a igualdade de género, e as novas formas que se adivinham de discutir os velhos fantasmas como os do racismo, colonialismo, nacionalismo, populismo, escravatura, etc. Mantemos a afirmação difícil de que a catarse colectiva destes fantasmas e demónios só se fará claramente com a extinção desta geração de Abril do século passado.

Assim se percebe bem quais foram os objectivos de luta da geração de 70 dos capitães de Abril e quais são os objectivos de luta dos jovens netos de Abril.

Foi neste contexto que se processaram as cartas aos netos de abril e que surgiram as respostas dos netos às cartas dos avós.

Hoje publicamos, sob a minha coordenação, a última Carta de Avô e as últimas Cartas de Netos. O Avô é o Director desta Revista, o capitão de Abril Aniceto Afonso, que recebe respostas dos seus dois netos. Que Avô e que netos, brilhantes!

* Capitão de Abril e sócio da A25A

QUERIDOS NETOS

LEONARDO E RAFAEL,



Direitos reservados

Nesta véspera dos vossos aniversários, escrever-vos esta carta emociona-me mais do que qualquer outra, porque penso nela como uma carta aos netos de Abril.

Quando estamos a comemorar os 50 anos desse feito, mais profundamente sentimos tudo o

que a ele nos liga, tudo o que nos envolveu, tudo o que restou em nós.

Toda a nossa vida, minha e dos meus camaradas, desde as vésperas até ao nosso dia e desde o nosso dia até ao presente, permanece presa a esse tempo inapagável das nossas memórias,

das nossas opções e dos nossos sentimentos. Sabem bem como vos transmitimos esse amor pelos valores de Abril, esse apego à Liberdade reconquistada, esse empenho permanente que a Democracia nos exige.

Eu sei que compreenderam e assumiram a afeição por esses valores, que têm traçado o vosso caminho com influências marcantes dessa herança que já depositámos nas vossas mãos, que participam na luta permanente que Abril nos merece e nos impõe.

Nós sabemos que o horizonte atual não é limpo como nós o desejámos, mas, apesar disso, confiamos que saibam construí-lo com os alicerces que vêm de Abril, como legado comum. A liberdade é sempre frágil, precisa de defensores aguerridos e militantes. Mas precisa sobretudo de comunidades informadas e resistentes, capazes de entenderem o funcionamento das sociedades, o valor dos equilíbrios, a necessidade do consenso, os limites imperativos.

A democracia também exige o empenho de todos, em todos os momentos. Ela baseia-se na participação ativa, no Estado de direito, nas leis justas, na harmonia social.

A paz, outro valor de Abril, resulta da liberdade vivida em democracia, em sociedades respeitadoras dos direitos humanos, onde o diálogo e a tolerância são conceitos de larga aplicação.

Em resumo, os princípios cultivados pelos capitães de Abril, desde o primeiro dia, esse dia do nosso contentamento, são, no essencial, a liberdade, a democracia e a paz. Ou pelo menos, no meu entendimento, são os fundamentais onde todos os outros se inserem.

O que eu desejaria nesta ocasião era poder interrogar-vos sobre a vossa avaliação dessa herança, o valor que tem para cada um de vós o contacto que tiveram oportunidade de partilhar connosco, como família de Abril que somos.

Será que os netos de Abril alcançaram o significado abrangente daquele dia mágico, do 25 de Abril de 1974, de que estamos a comemorar os 50 anos?

Será que a vossa geração compreende a fragilidade dos valores implantados desde essa data, sempre incertos, sempre instáveis, sempre exigentes?

Será que as mulheres e os homens de hoje têm consciência das novas questões que se juntam às anteriores, como a salvação do planeta, o progresso tecnológico e os seus desafios, a ascensão de ideias antissociais há muito aparentemente dominadas?

Eu sei que o vosso pensamento voa para além das minhas perguntas, que ambos têm a noção do muito que é necessário fazer, do muito que é indispensável consertar.

Esta minha carta e as vossas respostas poderão ser publicadas na revista da Associação 25 de Abril, *O Referencial*, num dos próximos números. Só preciso que me respondam o mais breve possível.

Com o amor do vosso avô,
Aniceto

OS NETOS DE ANICETO AFONSO

O avô Aniceto pergunta aos seus netos como avaliam a nossa herança, que ideia têm do que foi o dia 25 de Abril de 1974, a compreensão da fragilidade e incerteza dos valores de Abril. E indaga-os sobre a consciência que os jovens de hoje têm sobre a salvação do planeta, o progresso tecnológico, e o surgimento das ideias antissociais que pareciam dominadas.

Os netos, Leonardo e Rafael, são dois casos de sucesso e de excelência:



Direitos reservados

Leonardo Afonso Vidas nasceu em Lisboa em 1995. Frequentou o ensino básico e secundário no Colégio Militar, e fez a licenciatura em Engenharia Mecânica e o Mestrado em Engenharia e Gestão de Energia no Instituto Superior Técnico. A sua tese de Mestrado foi classificada com 20 valores e venceu o Prémio APREN 2023. Tem publicado, em coautoria, vários artigos científicos em revistas da especialidade. Fez também a licenciatura em Tecnologias de Música na Escola Superior de Música de Lisboa. Trabalha atualmente na EDP Inovação, na área de Energias Renováveis e Hidrogénio Verde.



Direitos reservados

Rafael Afonso Vidas nasceu em Lisboa em 1997. Frequentou o Colégio Militar e fez a licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial no Instituto Superior de Comunicação Empresarial e no Instituto Politécnico de Lisboa. Distinguiu-se como o melhor aluno do curso de 2019. Fez o Mestrado em Data-driven Marketing, com especialização em Digital Marketing & Analytics (aguarda apresentação de tese) no Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa. Trabalha como Analista de Marketing na empresa Vodafone.

FALAR DE LIBERDADE UM APELO À VIAGEM

RESPOSTA DO NETO LEONARDO AFONSO VIDAS

Poderei eu falar de liberdade?

Saberei descrevê-la usando as palavras certas?

Que direi de algo que não perdi? Que nunca me foi tirado?

Nasci em liberdade. Vivo em liberdade.

A liberdade que nos trouxe Abril.

Abril deu-nos visão; deu-nos esperança na democracia que construímos – e que continuamos a construir.

Deu-nos a possibilidade de pensar livremente, de falar livremente, de viver livremente, sem receios.

Deu-nos condições para sermos melhores, por nós e para os outros.

Abril abriu-nos o país. Permitiu-nos sair e viajar, não por medo, mas por curiosidade. Não para fugir de uma perseguição, mas para perseguirmos os nossos sonhos.

Olho o mundo, e a nem todos calhou essa sorte. Nem à maioria, diria.

Mas e a maioria de nós, consegue olhá-lo e vê-lo?

A maioria de nós vive como a maioria do mundo sonha viver.

Mas vemos isso? Ou somos cegos ao exterior do nosso Portugal?

E olhá-lo, esse exterior, através das televisões,

não ajuda. Essa é uma visão sempre filtrada, sempre deturpada a favor de uma narrativa de interesse. Não; esse exterior tem de ser vivido. Olhado olhos nos olhos.

Abril deu-nos a possibilidade de viajar.

De entre a inumerável lista de virtudes que nos trouxe Abril, essa considero ser uma das mais importantes.

Hoje podemos viajar – não só para procurar o que nos falta, mas também para vermos o que temos.

Parte deste texto foi escrito no Sudeste Asiático. Parte deste texto foi escrito no continente Americano. Parte deste texto foi escrito em África. Parte deste texto foi escrito na Europa. Mas em nenhum desses sítios me sinto como me sinto aqui.

De nenhum desses tantos países tenho tantas saudades como de Portugal.

Talvez se mais de nós viajassem, mais de nós apreciariam o maravilhoso país que temos.

Imperfeito, mas maravilhoso.

E isso, devemos-lo a Abril.

Nos 50 anos do 25 de Abril,

Leonardo

CARTA DE ABRIL

RESPOSTA DO NETO RAFAEL AFONSO VIDAS

Meu querido avô,

Há quanto se impunha uma carta destas? Quão benéfico é publicamente debater os nossos pensamentos sobre o meio em que vivemos e a sociedade em que nos integramos! E quão bom é poder fazê-lo sem temer consequências! Julgo que este exercício, que neste Referencial partilhamos com todos, é por si só um legado desse vosso dia.

Como sabes, nos primeiros dias de Abril passado estive em Portimão. Por lá caminhei pela praia e enterrei os pés na areia. Observei as silhuetas vigilantes das gaivotas, que do alto dos rochedos me observavam de volta, e pensei em liberdade.

As gaivotas são livres, já a Ermelinda Duarte o cantava. Mas são livres de um modo que julgo nunca termos deixado de ser. É uma liberdade instintiva, da sua natureza. Para falar de Abril e de Liberdade é necessário que se parta de um entendimento comum sobre do que estamos a falar. A Liberdade com que tu e os teus camaradas nos prendaram é um ideal amplo que engloba muitas vitórias e requer diversos ins-

trumentos, que com ela são interdependentes. A meu ver, são os seguintes os instrumentos que fazem a Liberdade e que representam as vitórias maiores que Abril trouxe:

1. **Democracia.** Não é possível ser livre, vivendo numa comunidade governada sem sufrágio universal, imune a manipulações.
2. **Leis Universais.** Uma realidade agora aparentemente banal e dada como certa, não o era há 50 anos. Só com o 25 de Abril, todos os cidadãos portugueses passaram a ser vistos da mesma forma perante a lei, independentemente do género ou etnia.
3. **Paz e Independência.** Nenhuma nação em guerra, no seu território ou em alheio, é livre. A guerra não resolve conflitos, agrava-os. A Revolução dos Cravos não trouxe apenas a paz, instrumento cabal da Liberdade, mas também o reconhecimento da independência e autodeterminação dos povos das colónias. A Liberdade nunca poderá ser exclusiva de um povo ou de uma classe.
4. **Dignidade.** Frequentemente negligenciada como vitória de Abril, a dignidade é obvia-

mente um instrumento tão fulcral como necessário à Liberdade. Tu e outros como tu foram, desde início, defensores de inúmeras ferramentas da dignidade, como o salário mínimo, a educação e a saúde tendencialmente gratuitas, o direito às férias, à greve e a tanto mais.

5. **Expressão e Atividade.** Não podia faltar. O direito que aqui exerço ao escrever esta carta. O direito de falar, de pensar em voz alta, de criticar e dialogar, mas também o direito de agir e fazer.

Meu querido avô, peço-te que me perdoes por limitar um mundo novo que possibilitaste com os teus amigos, a cinco pontos. Ainda que tu o tenhas limitado apenas a três. Talvez a eterna modéstia dos capitães contribua para os barulhos que se fazem ouvir, cada vez mais próximos. Mas faz parte, não seríamos livres se não dêssemos a liberdade aos outros. Haverá sempre os ignorantes, os oportunistas e os saudosos. Pudera... A inveja é tão grande como a conquista, e sei que não há nenhuma tão relevante para Portugal como o 25 de Abril.

Os desafios de hoje são novos. Teremos de nos preparar para combater séculos de poluição; para lutar por mais direitos e igualdade para

todas as pessoas; para enfrentar os desafios da tecnologia que ameaçam reformar o mercado de trabalho; e infelizmente, como sempre, para lidar com o prelúdio de mais guerra.

Sim, a Liberdade é frágil. Os seus instrumentos são constantemente postos em causa. Pelo mundo fora levantam-se ecos daqueles que a querem negar, mas só aos outros. E nós estamos cá. Os filhos, os netos e os bisnetos de Abril estão cá. Faremos outro Abril se for preciso, lembrando sempre que a Liberdade é preciosa. Que a Liberdade só se tem quando se exerce. Que como qualquer direito é um dever pô-la em prática. Que é nossa e que nunca mais a largaremos. E que um povo unido também tem uma memória coletiva que não foi, nem nunca será, esquecida.

Rafael

DUAS CARTAS DIFERENTES E INTELIGENTES

Conclusões sobre as cartas dos netos de Aniceto Afonso e fecho desta secção que se pensa ter atingido os objectivos

JORGE GOLIAS*

São duas cartas diferentes e inteligentes.

O Rafael, que se fixa inicialmente na abordagem da complexidade do conceito de Liberdade, sistematiza a sua resposta em cinco pontos: A Democracia, como condição *sine qua non* da Liberdade; As Leis Universais, que legitimam a igualdade de género e de etnia; A Paz e a Independência das ex-colónias, como entendimento perfeito dos propósitos de Abril; A Dignidade, como instrumento gerador de direitos como o salário mínimo, a educação e a saúde, os direitos como a greve, as férias, etc.; A Expressão e a Actividade, que fundamentam o direito de escrever e de falar, de pensar em voz alta, de criticar e de dialogar, mas também de agir e de fazer.

O Leonardo simplifica mais a sua análise e elenca a **faculdade de viajar** como a mais importante virtude possibilitada por Abril. Que é, afinal, outra maneira de explicitar os méritos de viver em Liberdade e em Democracia. Sublinha o facto de esta carta ter sido escrita em quatro conti-

nentes e conclui que assim se percebe melhor a maravilha do país que temos. As suas opiniões mergulham com certeza no que observou nos lugares que visitou e pela constatação do muito que a humanidade precisa fazer para que todas as pessoas tenham oportunidades de acesso a uma vida digna e tranquila. Pela sua opção profissional ele está bem colocado para pensar um mundo diferente, um mundo que é necessário construir, um mundo que exige conhecimento mútuo, visão de futuro e decisões corajosas.

FIM DA COORDENAÇÃO

Assim se dá por encerrada esta Secção sob minha coordenação, que se pensa ter atingido os objectivos e que, em muitos casos, colocou avós e netos frente a frente na A25A, a Casa da Liberdade, dialogando entre si, e apresentando-se perante atentas plateias de gente da Liberdade e da Democracia, incluindo capitães de Abril.

* Capitão de Abril e sócio da A25A

CONVERSA DA NETA LÚCIA COM O AVÔ ANTÔNIO

ANTÔNIO INÁCIO C. NOGUEIRA

Direitos reservados



I

Eu nasci em liberdade,
Disse-me a minha mãe,
E acrescentou mais além,
Disso debes ter vaidade.

II

Nisso fiquei a pensar,
E voltei a perguntar;
Mãe, afinal, o que foi o 25 de Abril?
Foi o dia da revolução,
Dos cravos vermelhos, da sedução,
Da igualdade, do coração,
Do pão, saúde, habitação.
Filha, devia ser assim, pois então!
Tudo isto há 50 anos, Abril trazia no coração.

III

Então, mãe, eu sou livre,
Livre como um passarinho,
Passarinho que fez ninho,
No mês das águas mil,
Das liberdades sem fim.
Que bom mãe ser criança assim!

IV

Afinal, tudo chegou a mim,
P'lo ventre da minha mãe.
Liberdade de ser,
De aprender,
Sentir, pensar, decidir,
Ao encontro do outro ir.

V

Que bom ter havido aquele dia de Abril há
50 anos!...

MERITOCRACIA

A meritocracia diz que devemos recompensar quem merece. E quem é que merece para os defensores da meritocracia? Quem trabalha mais, quem se esforça mais, independentemente da sua origem social

ARMANDO J. GARCIA PIRES*

TAL COMO DEMOCRACIA SIGNIFICA poder do povo, do grego *dēmos* (povo) e *kratos* (poder), meritocracia significa “poder do mérito”. Ou seja, a meritocracia diz que devemos recompensar quem merece. E quem é que merece para os defensores da meritocracia? Quem trabalha mais, quem se esforça mais, independentemente da sua origem social. E por que devemos premiar quem se esforça mais? Porque estes contribuem mais para o avanço da sociedade, beneficiando assim todos.

Difícil não concordar com esta proposição, dirão alguns... Mas será assim tão linear? Primeiro, será que quem vence é sempre o melhor e também quem trabalha mais e se esforça mais? E mesmo que tal seja verdade, quanto devemos premiar os que mais merecem? É uma recompensa justa que 1% da população tenha mais de metade da riqueza mundial só porque supostamente trabalham mais e se esforçam mais? E recompensar aqueles com mérito, isto é, criando desigualdades, é o melhor mecanismo para que outros com mérito consigam também subir a escada social? Ou será que antes quem se instala no topo, com mérito ou sem ele, dificilmente cai de lá, mesmo que deixe de ter mérito?

ORIGEM DA IDEIA DE MERITOCRACIA

A ideia de meritocracia surgiu no livro *A Ascensão da Meritocracia* (1958) do sociólogo britânico Michael Young. Ao contrário de hoje, quando meritocracia tem uma conotação positiva, Young utilizava esta palavra num sentido negativo e crítico. Se a aristocracia, poder dos melhores (do grego *áristos*) é má, será a meritocracia realmente muito diferente ou até melhor que a aristocracia, perguntava Young. Para Young meritocracia não seria muito diferente da aristocracia, e como tal, caso a meritocracia se implantasse previa ele que teríamos um futuro distópico, no qual as desigualdades sociais e a estratificação iriam aumentar, tal como acontece com a aristocracia.

Com o surgimento das ideias neo-liberais nos anos 80 com Reagan e Thatcher, a ideia da meritocracia foi recuperada no sentido positivo que hoje conhecemos. O neo-liberalismo argumenta que o mecanismo do mercado, através da livre concorrência, é o melhor para a redistribuição dos rendimentos e para a selecção das melhores empresas e das pessoas mais capazes. Esta fé nos mercados e na livre concorrência levou à globalização, desregulamentação



José Coelho, Lusa

A sociedade como sabemos precisa de diversidade para funcionar, precisa de todos, não só dos que têm o suposto “mérito”

dos mercados financeiros, redução do estado social, redução dos impostos às empresas e ao capital, e redução do poder dos sindicatos. Neste sentido, a livre concorrência é vista como benéfica porque permite aos melhores, aos que mais se esforçam e mais trabalham, ascender ao topo da hierarquia independentemente do seu estrato social.

QUEM VENCE É MESMO O MELHOR E É QUEM TRABALHA E SE ESFORÇA MAIS?

Qual é a primeira condição para quem é melhor vença justamente? Que todos tenham as mesmas oportunidades, que todos partam da mesma posição de igualdade. Numa corrida de atletismo, se um corredor partir à frente dos outros e vencer, ninguém dirá que ele foi

o melhor ou se esforçou mais. Mas se numa corrida de atletismo é possível pôr todos os corredores em pé de igualdade na linha de partida, é tal possível na sociedade? Como a sociedade é desigual, tal é impossível. Aliás, o próprio objectivo da meritocracia é que a sociedade seja desigual, que os que merecem sejam recompensados com mais. E de facto os próprios defensores da meritocracia nem sequer na pré-primária propõem que todas as crianças frequentem a mesma escola. Então como dar as mesmas oportunidades a todas as crianças e a jovens? Os defensores da meritocracia nunca conseguiram, ou não querem, dar uma resposta satisfatória a este desafio.

De facto, alguém da dita classe meritocrática, que venceu na vida, aceitaria que o seu filho

descesse na escada social? Iriam estes abdicar dos privilégios que têm em nome de uma ideologia meritocrática? Naturalmente que não, todos querem o melhor para os seus filhos, é humano.

A mobilidade social a nível mundial é de facto bastante baixa. Como demonstrado pelo economista Gregory Clark, esta baixa mobilidade social não tem mudado ao longo dos tempos, ou seja, hoje as famílias ricas são basicamente as mesmas de alguns séculos atrás. Guerras, revoluções e mudanças políticas, como a democracia, não mudaram os privilégios antigos. Em Portugal estima-se por exemplo que sejam precisas cinco gerações para que crianças de famílias mais desfavorecidas consigam potencialmente atingir o rendimento médio. Mais, os países que se dizem mais meritocráticos, como os EUA (o dito sonho americano) têm até uma mobilidade social muito mais baixa que na velha (aristocrática) Europa.

Este é um dos problemas da meritocracia, o elevador social/meritocrático pode por vezes até funcionar para subir, mas raramente funciona para descer: algumas pessoas até podem subir, mas depois de chegarem lá, quer eles, quer os descendentes, dificilmente descerão. Ou seja, como Young argumenta, meritocracia é apenas um nome mais bonito que aristocracia, mas, na prática, é semelhante.

Mas mesmo que fosse possível dar oportunidades iguais a todos e que o elevador social tanto funcionasse para cima como para baixo, seria tal na mesma justo? Damos apenas alguns exemplos, mas há muitos mais. Estima-se que

**O EFEITO
MAIS PERNICIOSO
DA MERITOCRACIA
É QUE IMPLICITAMENTE
ACUSA QUEM
NÃO TEM SUCESSO**

20% da escolaridade de uma pessoa se deva a factores genéticos. Devemos castigar quem não nasceu com os genes certos? A evidência empírica mostra que os homens mais altos têm mais sucesso na vida, mesmo depois de introduzir outros factores, como inteligência, habilidade e educação. Devemos punir os homens baixos? Um outro estudo mostra que na Alemanha pessoas com o sobrenome Kaiser (rei, imperador) têm mais sucesso do que pessoas com sobrenomes comuns como *Koch* (cozinheiro). Devemos castigar as pessoas por terem um sobrenome que não soa a importante? Há também estudos que demonstram que factores aleatórios (vulgo sorte e azar) que acontecem na vida de uma pessoa (como morte de um pai ou de uma mãe, abusos, bullying, um acidente de automóvel) podem pôr em desvantagem estas pessoas, mais tarde, na vida adulta. Devemos punir estas pessoas duas vezes, só porque assumimos que se não venceram foi porque não se esforçaram? Um estudo de Richard Reeves e Isabel Sawhill mostrou que pessoas com o mesmo curso superior, as que ganham mais vêm de famílias mais ricas. Por-

quê? Porque estas têm melhores contactos e capital social, *networking* em inglês, vulgo cunha em português. Onde está o mérito em ganhar mais só por ser de uma família rica, quando estas têm as mesmas competências e mérito que outros que vieram de estratos sociais mais baixos? Como demonstrado em vários estudos pela economista Linda Vesterlund, os homens têm mais confiança que as mulheres e são mais competitivos, mesmo quando têm as mesmas competências e habilidade que as mulheres. Como quem tem mais confiança e é mais competitivo, os homens sobem mais na actividade profissional, isto explica em parte os salários mais baixos das mulheres. Terão por isso os homens mais mérito que as mulheres?

ÉS POBRE PORQUE NÃO TE ESFORÇASTE/ TRABALHASTE O SUFICIENTE PARA SER RICO?

O efeito mais pernicioso da meritocracia é que implicitamente acusa quem não tem sucesso: “a culpa é tua, se te tivesses esforçado e trabalhado serias também rico”. E todos sabemos quais são os efeitos desta culpa, é uma letra escarlata que diz que os que vencem são moral e eticamente superiores aos que não vencem. Como se bastasse tentar para vencer.

Esta culpa é uma ideia totalmente anti-democrática que neutraliza a cola que une uma sociedade. Sem esta cola, a democracia entra em risco. Os populistas têm-se alimentado de muitas coisas, como o racismo, mas é simplista pensar que todos os que votam nos partidos populistas o fazem apenas por questões de racismo. Esquecemos que os partidos

ALGUMAS DAS PESSOAS MAIS RICAS DO MUNDO SÃO GESTORES DE FUNDOS ESPECULATIVOS QUE TÊM A MANIA DE CRIAR CRISES CÍCLICAS NA ECONOMIA MUNDIAL

populistas têm atraído eleitorado de esquerda. Alguns municípios de França que foram durante décadas do Partido Comunista são hoje dominados por partidos de extrema-direita. O mesmo aconteceu na Inglaterra onde o Brexit teve grande expressão no eleitorado que antes votava nos Trabalhistas e onde os sindicatos tinham grande implantação (como por exemplo em antigas cidades mineiras).

Esta mesma ideia é defendida pelo filósofo Michael Sandel. Ele argumenta que dantes havia um maior respeito pelo trabalho, seja que trabalho fosse, mesmo os menos qualificados. Sempre houve desigualdades, sempre houve os senhores doutores, mas segundo ele, pelo menos nos Estados Unidos, especialmente nas comunidades rurais, todos os que trabalhavam (do carteiro, ao professor, ao mecânico) tinham respeito na comunidade. Actualmente só a elite é gente, só a elite é respeitada e venerada. Por isso Sandel apelida a meritocracia de tirania do mérito. Esta arrogância da elite, quer de direita quer de esquerda, serve apenas para defender os interesses da própria elite, para justificar e manter os seus privilégios. Deste modo esta

elite pôs-se a jeito dos movimentos populistas, e deu-lhes espaço político para conquistar votos por quem se sente excluído. Alguém pode dizer que uma empregada de limpeza que todos os dias se levanta às cinco da manhã para apanhar transportes públicos, e que demora duas horas para ir para o centro da cidade não se esforça, não merece? Só o empresário, o administrador público, o *influencer*, o desportista de alta competição é que se esforçam, só estes contribuem para a sociedade? Durante a pandemia vimos bem quem eram os trabalhadores essenciais.

A arrogância da elite é, de facto, tanto de esquerda como de direita. Se a meritocracia inicialmente teve mais saliência no movimento neo-liberal de Reagan e Thatcher, a verdade é que mais tarde foi também adoptada pela esquerda, com Blair e outros que promoveram a terceira via, a globalização e a liberalização económica. Esta terceira via achava que as desigualdades sociais se podem esbater apenas e simplesmente com a educação. Obama disse: “Podes conseguir se tentares”. Isto implica que se não conseguiste, é porque não tentaste, e como tal tens culpa de não teres conseguido? Mas esquecemos que nem todos têm igual acesso à educação, que nem todos têm igualdade de oportunidades, que nem todos têm a mesma queda para estudar (somos diferentes), e que a sorte tem um papel importante (mesmo que a sorte seja restrita à roleta do ADN). Mas o que seria uma sociedade onde todos tivessem um curso superior, ou todos fôssemos génios da física? A sociedade como sabemos precisa de

diversidade para funcionar, precisa de todos, e não só dos que têm o suposto “mérito”.

Quem defende a meritocracia esquece-se também de que a globalização e a liberalização económica conduzem a uma competitividade e a uma luta sem quartel pela atracção de investimento e emprego. Como em todas as lutas há perdedores e vencedores, e que os perdedores nem sempre se esforçaram menos, ou seja, não têm culpa de ter perdido. Basta ver no desporto, quantas vezes a melhor equipa perde? Por exemplo, em Detroit nos EUA, durante anos, o governo disse às pessoas para ganharem competências de operário fabril na indústria automóvel. Quando nos anos 80 e 90 do século passado veio a competição do Sudoeste Asiático e da China a indústria automóvel nesta cidade foi dizimada. Tiveram estas pessoas culpa de o contexto económico ter mudado em tão curto espaço de tempo?

Vários estudos demonstram que uma pessoa com 40 ou mais anos de idade que perca um emprego, por mais formação (esforço) que faça depois, vai ter muitas dificuldades em arranjar um novo emprego. Para muitas pessoas de Detroit tal facto implicou mudar de cidade, vender a preço de saldo a casa que tinham comprado com tanto esforço e custo do trabalho (pois com a desindustrialização de Detroit o mercado imobiliário na cidade afundou-se) e ocorrerem perdas enormes em termos económicos, de laços familiares e sociais. Podemos acusar estas pessoas de não terem feito o suficiente? Alguns dirão “é a vida”, ou seja, é o mercado a funcionar. Deixem-me ser populista: qual a



Platão, filósofo clássico da Grécia antiga, não defendia a meritocracia, mas sim a especialização da sociedade

razão por que não dizemos, então, o mesmo “é a vida” quando um banco ou uma instituição financeira vão à falência, e, antes pelo contrário, enterramos lá dinheiro dos impostos de todos? Porque não dizemos “é a vida” quando um gestor de topo, privado ou público, é despedido, e, antes pelo contrário, damos-lhe uma indenização choruda? Se dizemos ao comum dos mortais (com salários magros) “tens que ter um pé-de-meia para um dia de chuva”, porque não dizemos a estes com salários com vários zeros que têm também de poupar para um dia de chuva? Se alguém pode poupar são aqueles que ganham mais.

QUANTO MERECE O MÉRITO GANHAR DE SALÁRIO? A MERITOCRACIA PROMOVE O MÉRITO?

Mesmo que depois de tudo o exposto acima não convença os defensores da meritocracia, estes têm de colocar duas perguntas que raramente colocam. Quanto merece o mérito ganhar? A meritocracia promove o mérito?

Primeira pergunta: quanto merece o mérito ganhar? Algumas das pessoas mais ricas do mundo são gestores de fundos especulativos que têm a mania de criar crises cíclicas na economia mundial, que depois todos nós temos de pagar. Merecem estas pessoas ganhar os

milhões que ganham? Mesmo que mereçam, justifica-se que ganhem assim tanto mais? Esforçam-se eles por acaso milhões de vezes mais do que o comum dos mortais? Trabalham por acaso eles milhões de horas mais do que o comum dos mortais? São por acaso eles milhões de vezes mais inteligentes do que o comum dos mortais? Que se saiba o QI segue uma distribuição estatística normal na sociedade (com média de 105 e desvio padrão 12), é impossível todos os ricos terem um QI de 160, e de facto não têm.

Do mesmo modo por que razão os impostos sobre o trabalho são normalmente superiores ao imposto sobre o capital na maioria dos países? Os super-ricos derivam a maior parte dos seus rendimentos de rendimentos de capital. Que se saiba, ter rendimentos do capital não implica grande esforço, até porque os detentores de capital delegam em investidores profissionais para fazer os seus investimentos. Que mérito há nos rendimentos do capital quando muito deste é até herdado (mais uma vez a lotaria do nascimento)? Que demérito há nos rendimentos do trabalho para ser mais taxado? Segunda pergunta: a meritocracia promove o mérito? A resposta é: a mobilidade social é muito superior em países mais igualitários como nos da Escandinávia, do que nos ditos países meritocráticos como os EUA. Se os neo-liberais querem mesmo implantar uma sociedade mais próxima da meritocracia (pois totalmente meritocrática é simplesmente uma utopia por todas as razões apontadas acima) têm também de defender uma sociedade mais igualitária,

**SE QUEREMOS
VALORIZAR
O MÉRITO TEMOS
DE VALORIZAR
TODO O TIPO
DE TRABALHO,
NÃO APENAS
O DE ALGUNS,
O TRABALHO DAS ELITES.**

com menos desigualdades sociais e salariais. É neste aspecto que vemos que os neo-liberais não estão a ser sérios na defesa da meritocracia, pois eles não têm políticas nenhuma para promover a igualdade social, além da mera fórmula, vai tirar um curso superior, esforça-te e trabalha arduamente e serás recompensado. Olhemos para a sabedoria dos antigos, o filósofo clássico Platão e o seu livro *A República*. Ele não defendia a meritocracia, mas sim a especialização da sociedade. Se alguém é bom nos negócios deve ir para os negócios, se alguém é bom na política deve ir para a política, se alguém é bom na agricultura deve ir para agricultura e por aí fora, independente da classe onde nasceu. Mas ele não defendia que o homem de negócios ou político devia ganhar exponencialmente mais que o agricultor. Para Platão, numa sociedade democrática todos são importantes, todos os trabalhos merecem ser valorizados. Isto não só porque todos são seres humanos e

merecem o nosso respeito, mas também porque todos são necessários para que a sociedade funcione. Sem respeito por todo o tipo de trabalho damos lugar aos populistas e destruímos a democracia. A meritocracia faz exactamente isto – dizer que uns merecem mais do que outros. Se queremos valorizar o mérito temos de valorizar todo o tipo de trabalho, não apenas o de alguns, o trabalho das elites.

COMO CORRIGIR ENTÃO OS DEFEITOS DA MERITOCRACIA?

Para a meritocracia funcionar tem de haver duas condições: 1) o elevador social tanto vai para cima como para baixo, ou seja, “concorrência imparcial” - de outra maneira a meritocracia é igual à aristocracia; 2) igualdade de oportunidades - de outro modo as elites estarão sempre em vantagem independentemente do mérito. Para estas duas condições funcionarem precisamos de uma série de políticas relacionadas com a educação, impostos e redistribuição. Para haver concorrência imparcial, o estrato/estatuto social-económico tem de deixar de ser tão central nas oportunidades de emprego e negócios. Por exemplo, nalguns países, os CVs para empregos públicos são anónimos para não ser possível escolher alguém com base no seu apelido, género, ou cor da pele. De igual modo, “instituições” sócio-culturais como a cunha têm de ser fortemente combatidas. Na questão da igualdade de oportunidades temos várias dimensões, pois como se disse acima são os países mais igualitários que têm maior mobilidade social. Primeiro, o acesso ao

**O ACESSO
AO ENSINO
DE QUALIDADE
TEM DE SER O MAIS
UNIVERSAL POSSÍVEL
E NÃO FICAR
LIMITADO POR QUESTÕES
DE RENDIMENTOS
OU HABITAÇÃO**

ensino de qualidade tem de ser o mais universal possível e não ficar limitado por questões de rendimentos ou habitação. Neste caso urgem políticas de bolsas e/ou empréstimos a estudantes e residências estudantis e uma avaliação profunda do acesso dos mais desfavorecidos às escolas mais elitistas. Segundo, tem de haver maior equilíbrio entre a tributação do capital e do trabalho, pois neste momento beneficia-se o capital. Terceiro, têm de se desenvolver políticas de redistribuição que dêem uma rede social de segurança para quem é afectado pela globalização e pela desregulamentação dos mercados financeiros. Isto é também essencial para combater os efeitos nocivos na habitação dos vistos gold e do turismo de massas. Desafio os meritocráticos a implementarem estas políticas, e só depois poderão eles falar de meritocracia com seriedade.

* Professor universitário, sócio da A25A

ABRIL

PILAR MOREIRA*

Abril!
Chama que nasceu do meio das cinzas,
Se acendeu
Cresceu
Ergueu bem alto
E clamou: LIBERDADE.
Tentou irromper por toda a parte
Desfazer obstáculos,
deixar ser GENTE.

Queimou escolhos,
P'ra permanecer intacta.
E ainda desafia a GENTE toda
A tornar VERDADE
A FRATERNIDADE
Nascente em cada casa
Garantindo nela Pão, Esperança
E empenho na construção de um MUNDO NOVO.

* Irmã Doroteia



Caras(os) Associadas(os) e Amigas(os)

O nosso Associado Dr. Dimas Simas Lopes, natural da Ilha Terceira – Açores, onde reside, médico e artista plástico com vasta obra criada, de que se destacam as várias esculturas distribuídas pelas ilhas dos Açores, no Continente e em outros destinos, quis assinalar como homenagem aos 50 Anos do 25 de Abril, a oferta aos Capitães de Abril, de uma escultura em madeira de criptoméria dos Açores, pintada, com 1,80 X 1,25 m, constituída por duas placas de 50 cm e 75 cm de largura, que articulam na parte posterior, a qual passou a reforçar o já significativo património artístico da A25A e se encontra exposta na nossa Sede.

Considerando o simbolismo desta obra de arte, foi acordado com o seu autor e com a colaboração do Centro Português de Serigrafia, realizar-se uma série de Serigrafias com a imagem desta obra escultórica, trabalho que foi executado com mestria e carinho, resultando numa nova e bela obra de arte.

Ao aproximarmo-nos do 50º Aniversário do “dia inicial, inteiro e limpo”, a A25A decidiu disponibilizar aos seus Associados, durante um período limitado, até ao final do mês de Setembro de 2024, a sua aquisição com 50% de desconto.

Com cordiais saudações de Abril
A Direcção

POLARIDADES GEOPOLÍTICAS

Hoje, é impossível esconder a grande crise económica, financeira e social que a União Europeia está a atravessar. A única forma de a resolver exige novas e surpreendentes políticas que recuperem a paz, a dignidade e a independência perdidas

JOSÉ COSTA NEVES*

Não sei como será a terceira guerra mundial, mas sei como será a quarta: com pedras e paus.

Albert Einstein

UM OLHAR SOBRE O PASSADO

Durante milénios, a humanidade passou por frequentes, complexas e profundas transformações de ordem ambiental, política, social e cultural, incluindo a ascensão, queda e extinção de grandes impérios e civilizações. Por agora importa apenas sublinhar que, no decurso da designada *Idade Moderna* (1453 a 1789), alguns Estados do continente europeu, cultores das artes da guerra e das ciências de navegação marítima, resolveram cruzar os mares em demanda de fortuna noutras regiões do planeta, iniciando um impetuoso período de domínio colonial que se prolongou por toda a *Idade Contemporânea*, com consequências que ainda hoje

perduram. Durante séculos, esses Estados dominaram e exploraram sistematicamente, em benefício próprio, a mão-de-obra e os recursos naturais dos povos que colonizaram.

Durante esse período, o sistema multipolar continuou a prevalecer, só que com características cada vez mais globalizantes.

Porém, a ambição desmedida de poder e expansionismo de alguns desses Estados incidiu também sobre o próprio continente europeu, dando origem à I Guerra Mundial (1914-1918). Findo o conflito, a Europa tinha desbaratado a prosperidade e o progresso alcançados à custa das colonizações e encontrava-se numa situação de exaustão e falência. Além disso, quatro



Direitos reservados

Os BRICS propõem a implementação progressiva de uma futura ordem democrática inclusiva que respeite a diversidade civilizacional, independência, soberania, história, cultura e tradições nacionais nas suas relações interpares

grandes impérios tinham desaparecido – o alemão, o austro-húngaro, o russo e o otomano – ao mesmo tempo que surgiam novas ideologias e se destacavam na cena política mundial novos e decisivos protagonistas, designadamente os Estados Unidos da América (EUA), ex-colônia britânica, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O mundo, porém, permaneceu multipolar, incluindo vários impérios coloniais europeus.

Cerca de duas décadas depois, deflagrava a II Guerra Mundial (1939-1945), novo flagelo iniciado oficialmente no dia primeiro de Setembro de 1939 com a invasão da Polónia pela Ale-

manha. Sentimentos de irredentismo e racismo conduziram o povo alemão para mais esta aventura bélica, que só terminou com a derrota incondicional das chamadas “Forças do Eixo” imposta pelas “Forças Aliadas”. O conflito terminou com a rendição incondicional do Japão em 15 de Agosto de 1945, originando novas e profundas alterações geopolíticas, geoestratégicas e geoeconómicas.

Os principais agentes dessas mudanças estruturais foram os Estados Unidos da América e a União Soviética, que tinham emergido do conflito como superpotências militares e económicas, ambas dispostas a disputar entre

si o domínio do planeta numa lógica bipolar, que ficou conhecida por Guerra Fria. O mundo atravessou então um período de complexas tensões militares entre as duas novas superpotências, relegando para segundo plano os tradicionais Estados imperiais europeus. Esta bipolaridade só terminou com a queda do Muro de Berlim (1989) e a consequente dissolução da União Soviética (1991).

A partir desse momento, os EUA, aproveitando-se das vulnerabilidades do seu principal concorrente, assumiram-se como poder unipolar global de contornos claramente imperialistas, desenvolvendo conceitos e estratégias belicistas assentes numa visão maniqueísta do mundo, que dividiram entre países “bons” – os que aceitavam a sua hegemonia – e os “maus” – todos aqueles que a contestavam. Com base nesta classificação simplista, mas utilitária, desenvolveram rapidamente, com inquestionável mestria, competência e determinação, sistemas globais de poder militar, económico, financeiro e científico-tecnológico, que perderam até ao presente.

O futuro é incerto. No entanto, tendo em conta a ascensão da China à posição de superpotência mundial e a surpreendente recuperação da Federação Russa, três cenários podem acontecer: o advento de um novo império mundial liderado pela China, o regresso a um sistema bipo-

ESTA BIPOLARIDADE SÓ TERMINOU COM A QUEDA DO MURO DE BERLIM (1989) E A CONSEQUENTE DISSOLUÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA (1991)

lar protagonizado pelos EUA-Rússia ou pelos EUA-China, em qualquer dos casos dando início a um período do tipo “guerra fria”, ou a aurora de um novo mundo multipolar que integre a China, a Federação Russa e um número substancial de outras nações economicamente desenvolvidas e/ou em vias de desenvolvimento.

ATRIBUTOS DA NOVA ORDEM MULTIPOLAR

Há cerca de três décadas, com a perspectiva de declínio dos EUA, vários países recentemente industrializados começaram a exprimir a sua insatisfação relativamente ao modo de funcionamento do actual sistema económico, financeiro e comercial dominado pelos EUA¹. Por isso, foi sem surpresa que quatro deles – Brasil, Rússia, Índia e China – resolveram, em 2001, associar-se e estabelecer novas bases de coope-

1 Em Julho de 1944, já muito perto do final da II Guerra Mundial, as nações aliadas assinaram o acordo de Bretton Woods, que estabeleceu as bases da política económica e financeira mundial e permitiu aos EUA, através das instituições criadas para o efeito – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco Mundial para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), etc. – assumirem a liderança e o controlo do sistema capitalista.

ração e desenvolvimento. Dez anos mais tarde, a África do Sul ingressou no grupo, que passou a responder pela designação BRICS.

Esta associação multilateral, beneficiando de uma atitude hedonística, arrogante e dominadora com que os EUA encaram o mundo à sua volta, foi-se expandindo e ganhando credibilidade internacional, sendo hoje o centro de um importante movimento renovador, que pretende transformar o mundo unipolar em multipolar. Basicamente, os BRICS propõem a implementação progressiva de uma futura ordem democrática inclusiva, que impeça a interferência abusiva da ameaça militar no funcionamento da diplomacia e da negociação em geral, obedeça ao direito internacional e à Carta da Nações Unidas, e respeite a diversidade civilizacional, independência, soberania, história, cultura e tradições nacionais nas suas relações interpares².

Notemos que alguns dos propósitos dos BRICS atrás referidos já constam da Carta das Nações Unidas, documento subscrito após a II Guerra Mundial pelos fundadores da Organização das Nações Unidas: *Nós, os povos das nações unidas, [estamos] resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra e a [respeitar] o princípio da igualdade de direito entre nações*

*grandes e pequenas, da resolução das controvérsias internacionais por meios pacíficos e a impedir o recurso à ameaça e ao uso da força nas relações internacionais*³.

No entanto, os BRICS não se têm limitado a inovar em termos conceptuais. Sob o ponto de vista prático, também começaram a testar métodos de pagamento alternativos ao dólar americano, usando o ouro e moedas nacionais, e a preparar a criação de uma nova moeda de reserva global, de um novo banco mundial de desenvolvimento e de um novo sistema financeiro internacional alternativo ao de Bretton Woods.

A incompatibilidade entre o modelo proposto pelos BRICS e o que ainda vigora é flagrante. Enquanto o primeiro defende um sistema multipolar democrático, igualitário, justo, progressista e baseada no diálogo livre entre Nações, o actual é impositivo e recorre a guerras de legalidade e legitimidade discutíveis, a interferências abusivas na vida interna das Nações, à promoção e financiamento de conflitos sociais para derrubar Governos recalcitrantes e à aplicação de sanções económicas a todos aqueles que resistam⁴.

Cremos que os EUA e os seus aliados não vão abdicar pacificamente da hegemonia mundial

2 De 22 a 24 de Outubro passado, realizou-se em Kazan, na Rússia, a 16ª cimeira dos BRICS. Estiveram presentes delegações de 35 países e seis organizações internacionais.

3 Ver Preâmbulo e artº 1º, n.º 2, art.º 2º, n.º 3 e n.º 4.

4 Sem grande margem de erro, os Estados Unidos dispõem de cerca de 750 bases militares, distribuídas por 80 países e territórios, enquanto a Rússia dispõe de cerca de 35 e a China de apenas 8. Este facto e a progressiva expansão da NATO no norte da Europa, contribuíram para que a Rússia anexasse a Crimeia em 2014 e, em 2022 iniciasse a “Operação Militar Especial” contra a Ucrânia.

de que dispõem e, pese embora os BRICS assumirem que são *parceiros e não adversários do Ocidente*, o velho e o novo mundo vão entrar em choque, podendo conduzir a humanidade a uma catástrofe nuclear global, sem vencidos nem vencedores.

EUROPA: MIOPIA POLÍTICA E SUBMISSÃO AO PODER HEGEMÓNICO DOS EUA

Em Setembro de 1990, escrevemos no Boletim n.º 4 do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (IAEFA) que *o mundo bipolar [estava] a ceder lugar a outro multipolar, no qual a Comunidade Europeia [estava] a despontar como um dos novos polos de poder*. Mal nós sabíamos que, alguns anos depois, o luminoso sonho europeu iria desvanecer-se e ser substituído por sonhos alheios que nada têm a ver com as suas geografias, povos, culturas e interesses essenciais. Hoje, a União Europeia é um obediente satélite dos Estados Unidos da América, controlado pela OTAN, o seu fiel braço armado.

Aos poucos, a Europa foi-se desviando dos desígnios de paz, esperança e prosperidade que a orientaram após a II Guerra Mundial, subordinando-se às políticas imperiais e expansionistas dos EUA, norteadas pela aplicação ao mundo inteiro da velha doutrina Monroe (1823).

O distanciamento entre os povos europeus e as elites que os governam aumentou, bem como os níveis de insatisfação, insegurança, conflitualidade e empobrecimento. A situação exige uma reflexão séria e urgente sobre as razões do envolvimento em conflitos militares por procuração, privação de recursos energéticos bara-

**O DISTANCIAMENTO
ENTRE OS POVOS EUROPEUS
E AS ELITES
QUE OS GOVERNAM
AUMENTOU, BEM COMO
OS NÍVEIS
DE INSATISFAÇÃO,
INSEGURANÇA,
CONFLITUALIDADE
E EMPOBRECIMENTO**

tos, acesso a mercados estrangeiros essenciais e a imposição de sanções a países terceiros, de previsível efeito *boomerang*.

Hoje, é impossível esconder a grande crise económica, financeira e social que a União Europeia está a atravessar. A única forma de a resolver exige novas e surpreendentes políticas que recuperem a paz, a dignidade e a independência perdidas. Para isso, a UE não pode deixar de ter em conta a existência dos BRICS, e lembrar-se que *o mundo é uma Família* e que, contrariamente à opinião de Fukuyama, *o fim da História* não está para acontecer.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

PEDRAS FALANTES

RAUL MENDES

Amigas, o que é isto?
Tanta gente por cima de nós!
Não, nunca tinha visto.
Nem no tempo das nossas avós.
- Vamos escutar este peão.
O povo saiu à rua.
Tanto soldado, carros de assalto.
Que cenário inesperado.
- Dizem que é uma revolução!
Nem pessoa, nem pedra.
Nem pensamento, nem coração.
Só em sonho, só em imaginação!
Na realidade, não!
E o peão dizia:
- Estou a sonhar!...
Esfregava os olhos.
Molhava as mãos.
Sim irmão é verdade.
É uma Revolução.
É abril da liberdade!

50 anos de abril

À BEIRA DE IR PARAR À GUERRA COLONIAL

O meu profundo agradecimento aos capitães de Abril tem raízes e motivos diversos que convergem todos na palavra mais bela de todas, a palavra Liberdade

JOSÉ FANHA*

ACABADO DE ENTRAR no Colégio Militar, eu tinha 10 anos em 1961.

Nesse ano deu-se a invasão da Índia portuguesa, o começo da Guerra em Angola, o desvio do navio Santa Maria, o assalto falhado ao quartel de Beja e o desvio do avião de Casablanca para vir distribuir propaganda sobre Lisboa.

Com tudo isto, o regime salazarista levou um abanão que, infelizmente, não o fez cair.

Alguns anos mais tarde, já estudante de arquitectura, eu vivia apaixonadamente os valores da minha geração universitária, que era a geração do rock, dos hippies, da revolta das juventudes pela Europa fora e, entre outras coisas, da contestação à Guerra do Vietname.

Para muitos de nós havia um paralelo entre a nossa Guerra Colonial e a Guerra do Vietname e, por isso mesmo, adoptávamos convictamente os slogans e as canções contra esta última.

Entretanto, a PIDE era uma presença mais ou menos constante nas faculdades, nos cafés, e

em toda a parte. O medo existia, e era palpável nos nossos pais quando se apercebiam da nossa inquietação e rebeldia.

Tantas e tantas vezes, à saída de casa, a minha mãe me dizia: “Tu vê lá o que dizes nos cafés, meu filho!”

Eles andavam por lá de ouvido à escuta...

Na Escola Superior de Belas Artes o protesto tinha sempre um rosto de festa difícil de entender pelos bufos. No entanto, havia um contínuo atento a qualquer desmando. Era o Fernandes. Melhor dizendo, o PIDE Fernandes que nos vigiava e denunciava quando era caso disso. Eu próprio sofri na pele uma denúncia que podia ter-me dado cabo da vida.

Terceiro ano, 1972. Um belo dia realizou-se uma Reunião Geral de Alunos na escadaria da Escola. Não me lembro quem me acompanhou, mas calhou-me dirigir a reunião. Creio que não se discutiu nada de muito especial. O que é facto é que o PIDE Fernandes andou de



Tiago Petinga, Lusa

“Eu queria acabar o curso e ter tudo organizado para me pôr a andar logo, logo, para um uma viagem complicada e um destino que podia ser Paris, Amesterdão ou Estocolmo”

olho em mim e, à saída da Escola para o Largo da Biblioteca, ao olhar para trás eu vi-o a apontar-me ao director da Escola.

Não liguei muito, mas a verdade é que uns 15 dias depois recebi uma carta a dizer que estava suspenso por ter sido “particularmente responsável por actos de indisciplina colectiva.”

A suspensão na Faculdade implicava seguir imediatamente para a tropa e, como ex-aluno do Colégio, estava dispensado de fazer a recruta, o que queria dizer que marchava para a guerra em oito dias.

Não aconteceu e estou eternamente grato ao escultor e Mestre Lagoa Henriques, membro do Conselho Pedagógico que, com o seu veto, conseguiu passar o castigo de suspensão para “repreensão por escrito” e, assim, me salvou

da guerra e me permitiu chegar ao 25 de Abril sem ter de fugir para o estrangeiro, que sempre tinha sido o meu projecto de futuro e de muitos companheiros que não estavam minimamente motivados para a guerra.

Eu queria acabar o curso e ter tudo organizado para me pôr a andar logo, logo, para um uma viagem complicada e um destino que podia ser Paris, Amesterdão ou Estocolmo.

Aliás, por pouco mais de um ano, o 25 de Abril salvou-me dessa opção que não era nada fácil de tomar e muito menos de organizar.

Por isso, o meu profundo agradecimento aos capitães de Abril tem raízes e motivos diversos que convergem todos na palavra mais bela de todas, a palavra Liberdade.

* Poeta, sócio da A25A

BALADA SOBRE AS BOMBAS INTELIGENTES

Se as bombas inteligentes
fossem mesmo inteligentes
não eram bombas.

Eram fraldas descartáveis,
meias de ligas,
sandálias,
cafeteiras, fósforos, colheres,
lenços ao pescoço,
búzios na areia,
lençóis de linho,
livros de poesia,
coisas úteis, verdes,
brancas,
coisas de água e vento.

Se as bombas inteligentes
fossem mesmo inteligentes
eram flores,
simplesmente flores,
sem simbolismos nem lirismos,
flores concretas
a tremer no ar tépido da tarde,
flores com abelhas a zumbir à volta,
flores azuis, nascidas da terra,
flores amarelas, roxas, violetas,

margaridas, cravos, miosótis,
rosas repetidas
para além de todas evidências.

Se as bombas inteligentes
fossem mesmo inteligentes
explodiam ininterruptamente
em cada Primavera
e mesmo que não fosse Primavera
explodiam
pelo simples e desvairado prazer
de lançar em todas as direcções
ogivas carregadas
de brisas cantantes,
águas felizes
e pólen.

José Fanha
(In *Poemas da Linha da Frente*)



ANGOLA: 25 DE ABRIL TARDOU, MAS CHEGOU

Levou tempo até que os ideais do 25 de Abril chegassem a Angola e, em particular, ao Leste, onde nos encontrávamos integrando um Destacamento de Fuzileiros Especiais

ANTÓNIO VASCONCELOS RAPOSO*

EM ANGOLA, e mais pormenorizadamente no Leste, o 25 de Abril chegou muito para lá da data em que tudo ocorreu em Lisboa. Muito poucos sabiam o que se passara, mas destes, muito poucachinho se escutava. A generalidade nada sabia, sobretudo para quem vivia em Unidades militares isoladas umas das outras. A PIDE continuava a exercer a repressão como sempre o fizera. Continuavam a chegar as ordens de missão com a mesma linguagem de destruir o IN [abreviatura de inimigo].

E, como sempre, onde falta a informação objetiva e concreta proliferam os boatos e as invenções daqueles que pretendiam a todo o custo prolongar a guerra.

Em Luanda decorriam reuniões de esclarecimento para os que por lá se encontravam. Afinal, um importantíssimo oficial muito envolvido nas mudanças ocorridas em Lisboa, aterrou em Luanda a afirmar que o 25 de Abril não é

para dar “a independências às colónias do pé para a mão”. Iria ser realizado um referendo às populações e como resultado do mesmo é que seriam tomadas decisões. Um oficial da Armada serenamente interpelou o senhor major perguntando como iriam organizar os cadernos eleitorais numa população tão dispersa no território como era o de Angola. Silêncio.

Outras afirmações iam chegando de quem regressava de férias: “a PIDE não vai terminar, irá ser transformada”; outra “o 25 de Abril não foi feito para libertar os comunistas das prisões, só poderá acontecer após uma detalhada análise de cada cidadão”. A história dos acontecimentos encarregou-se de clarificá-las e desmentir.

Levou tempo até que os ideais do 25 de Abril chegassem a Angola e ao Leste, em particular, local onde nos encontrávamos integrando um Destacamento de Fuzileiros Especiais n.º 2.

Regressavam cada vez mais oficiais e mari-



Direitos reservados

O DESTACMARLUNGUÉ era uma Unidade de Fuzileiros Especiais onde decorria, com todo o rigor e disciplina, o funcionamento de uma força de elite das Forças Armadas Portuguesas

nheiros fuzileiros que relatavam a experiência vivida naqueles dias. Não fora esta via e nada chegaria sobre os acontecimentos em Portugal. Algumas perguntas se levantavam: se em Lisboa se grita o fim da guerra qual a razão para continuarmos a receber ordens para realizar missões com o objetivo de destruir o inimigo? As generalidades das companhias do Exército, nomeadamente na linha Luso Gago Coutinho, eram comandadas por oficiais milicianos. Alguns eram portadores de uma formação política de esquerda muito consistente, o que deu origem à organização de alguns encontros nos quais eram prestadas informações muito mais esclarecedoras do que o silêncio vigente dos chefes militares. Lentamente, mas de forma compreensível, o espírito do 25 de Abril foi chegando ao Leste de Angola.

DESTACAMENTO DE MARINHA DO LUNGUÉBUNGO

O DESTACMARLUNGUÉ era uma Unidade de Fuzileiros Especiais onde decorria, com todo o rigor e disciplina, o funcionamento de uma força de elite das Forças Armadas Portuguesas. À data do 25 de Abril encontrava-se a cumprir a comissão o Destacamento de Fuzileiros Especiais n.º 2 (DFE2) e um pelotão de apoio da Companhia de Fuzileiros n.º 6. A vida desta Unidade de Fuzileiros decorria de acordo com os princípios que sempre nortearam as atividades típicas de uma tropa especial da Marinha. As noites, ao longo de muitos meses, foram momentos de grandes conversas, cujos temas abordavam as preocupações com a vida difícil das famílias e tantos outros assuntos. Decorriam, igualmente, e muito antes do 25 de



Direitos reservados

Destacmarlungué era uma Unidade de Fuzileiros Especiais onde decorria, com todo o rigor e disciplina, o funcionamento de uma força de elite das Forças Armadas Portuguesas

Abril, conversas de cariz político e de discussões em torno da guerra.

A chegada do 25 de Abril escancarou as portas para maior profundidade na discussão das coisas que se iam sabendo. O aumento progressivo dos oficiais, sargentos e praças que regressavam de férias permitiram uma melhor compreensão dos acontecimentos assim como a introdução de um novo e mais significativo vocábulo: a “Revolução dos Cravos”.

Entre os fuzileiros havia alguns que possuíam uma forte formação política, como mais tarde

se provou ao integrarem as comissões das praças da Marinha.

Com base nos conhecimentos consolidados sobre a “Revolução dos Cravos”, um grupo de fuzileiros reuniu-se e decidiu abordar o comandante para solicitar autorização, que se logrou ser concedida, para realizar uma reunião alargada a toda a unidade. O objetivo seria prestar os esclarecimentos necessários para, no dia seguinte, ser votada uma proposta que refletisse a perceção, dos que ali se encontravam, de que a guerra nunca seria a solução para a situação

que se estava a viver. O enquadramento e fundamento da proposta encontrava-se totalmente alinhada com o texto do Programa do MFA, chegado, officiosamente, ao Lunguébungo em junho de 1974.

APROVAÇÃO DE UMA IMPORTANTE MOÇÃO

Escrevemos em 2013 no livro *Fuzileiros Especiais. prontos para o combate* publicado pela Âncora Editora, páginas 171 a 175 o que cito:

“(…) persistia a convicção da guerra ter acabado e, como consequência das muitas tardes e noites de discussões sobre os diferentes aspetos sociais, militares e políticos que se viviam, realizou-se, no DESTACMARLUNGUÉ, uma reunião com todos os fuzileiros presentes na unidade onde foram prestadas todas as informações acerca do que se sabia sobre o Movimento das Forças Armadas e do programa que o mesmo tinha apresentado aos portugueses.

Foi uma reunião bastante rica na qualidade das intervenções onde se salientaram, com bastante evidência, alguns marinheiros FZE que possuíam uma “outra” formação política.

Desta reunião ressaltou a apresentação de uma proposta onde se defendia o fim da guerra e o reconhecimento à autodeterminação e independência de Angola. Foi igualmente decidido que a votação seria secreta e que se iria realizar ao longo do dia seguinte”.

Saliente-se que no último ponto da proposta constava que deveria ser dado “conhecimento do resultado final da votação a todas as unidades presentes em Angola e aos respetivos Comandos Militares”.

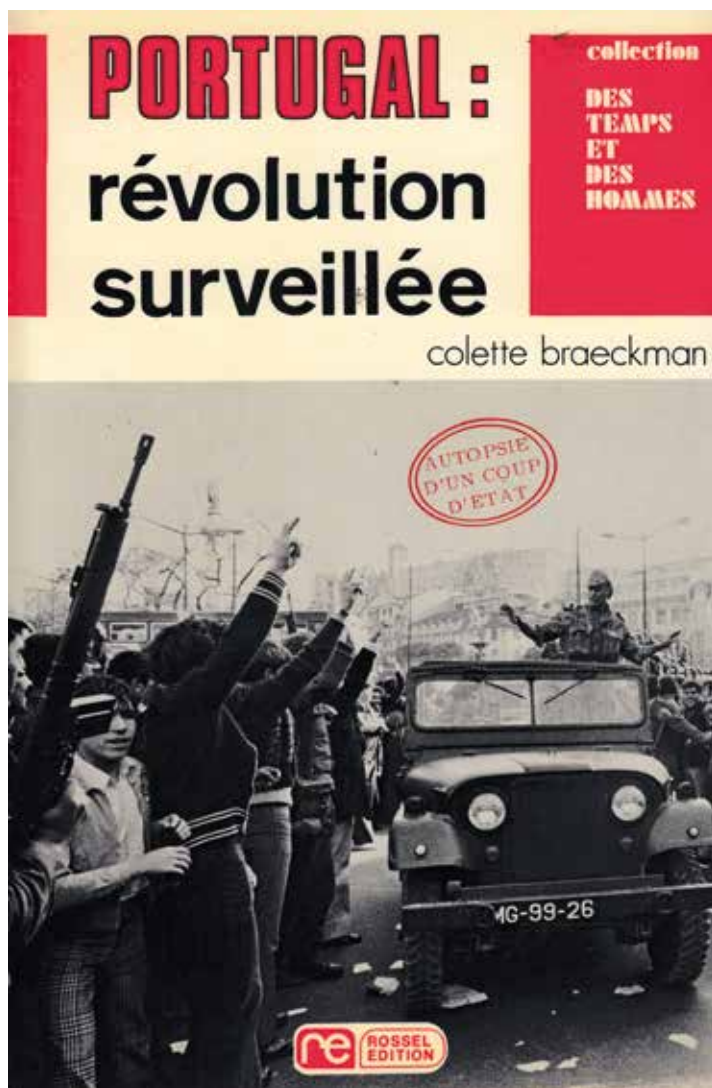
Um oficial, um sargento e um representante das praças acompanharam a urna, fechada e selada durante todo o período em que a mesma esteve aberta, para que os fuzileiros exprimissem o seu voto. Tudo decorreu com a maior tranquilidade e, na segunda semana do mês de julho de 1974, no Destacamento de Marinha do Lunguébungo, realizou-se a votação que teve quatro votos contra, oito votos em branco e uma centena de votos a favor.

Divulgado o resultado, devidamente enquadrado, surgiram as felicitações de algumas unidades, olhares de grande desconfiança de outras e uma inspeção mandada realizar ao DFE2 pelo Comando Naval de Luanda. Inspeção concretizada, por um capitão-tenente que viveu dias de grandes constrangimentos pois ninguém respondia à questão “quem foram os agitadores para que a proposta surgisse”, além do mais, a Unidade continuava os seus trabalhos com a maior disciplina.

Reforçamos, neste artigo, o que afirmamos em 2013:

Para a história dos acontecimentos ocorridos nos pós 25 de Abril de 1974, foi no Destacamento de Marinha no Lunguébungo que pela primeira vez praças, sargentos e oficiais participaram em conjunto, de forma democrática e disciplinadamente, numa mesma votação secreta, com o voto depositado em urna e cujo impacte ultrapassou, em muito, os muros do Posto dos Fuzileiros Especiais do Lunguébungo”.

* Professor, 2.º tenente RN FZE (1972-1975)



Colette Braeckman (n. 1946) foi durante muito tempo grande repórter do quotidiano *Le Soir*, nomeadamente na África subsaariana. É uma das grandes especialistas do etnocídio no Ruanda. Foi correspondente do *Journal de Genève* em Bruxelas de 1974 a 1985. Tem uma vasta obra publicada. Este livro, baseado nas várias reportagens que realizou para este jornal belga, tanto em Portugal, como nas suas antigas colónias, foi editado em Bruxelas em maio de 1975.

UMA JORNALISTA BELGA NO PORTUGAL DE ABRIL

Colette Braeckman foi uma jornalista que acompanhou em Lisboa a Revolução dos Cravos, em 1974, e fez reportagens para o jornal onde trabalhava

RETO MONICO*

EM MAIO DE 1974, o *Journal de Genève* publica três artigos da jornalista belga Colette Braeckman ao regressar da capital portuguesa. No primeiro, debruça-se sobre a guerra e a emigração. Na introdução, constata que depois da “euforia cega dos primeiros dias”, o “contentamento é agora mais grave”. Pensa-se no futuro e tenta-se perceber as origens da queda de “um regime carcomido”. Braeckman tem uma opinião muito clara a esse respeito e censura severamente o regime salazarista. Este morreu “por causa das suas próprias contradições”, dos “bloqueios acumulados que provocaram a progressiva paralisia do sistema e, finalmente, a sua explosão”.

A autora incide a sua análise na “realidade quotidiana de um povo miserável, o menos desenvolvido da Europa”. Sublinha a baixa demográfica do país, a inflação, denuncia os baixos salários reais, “o despovoamento” do interior, os baixíssimos ordenados das camponesas, “obrigadas a sustentar a agricultura”, sem os homens emigrados ou recrutados para a guerra em África. Nota que mais do que 100 mil jovens “tomaram o caminho da Europa para

fugir a um serviço militar de quatro anos, dois ou três dos quais” na frente de combate em Angola, Moçambique ou na Guiné.

Como quase todos os observadores internacionais, Colette Braeckman, escreve que, apesar de todas as “contradições políticas, económicas e sociais que gangrenavam a mais velha ditadura da Europa”, o que fez cair o regime foi a guerra em África. A jornalista, após ter falado com um jovem comandante depois da saída em falso de março, não tem dúvidas: as tropas eram “cada vez menos combativas” e os chefes estavam “desencorajados” pelo impasse militar de uma guerra que era “impossível ganhar”, sem esquecer “a amargura dos colonos brancos”, que acusavam a tropa de não os defender.

SPÍNOLA E OS CAPITÃES

O segundo artigo¹ trata das relações entre o Movimento dos Capitães e Spínola. No início do texto, faz uma afirmação pelo menos precipitada: “Se o movimento do 25 de abril foi vitorioso, com a perfeição de um mecanismo de relógio, é porque as duas correntes, que trabalharam na tropa, se juntaram de repente: a

1 «Révolution au Portugal (II). Derrière le coup d’État : autant les capitaines que Spínola» [Por trás do golpe de Estado tanto os capitães como Spínola], 17 de maio.

vaga spinolista e o movimento dos capitães”. Na primeira parte, faz uma breve biografia do General, sublinhando o seu papel na Guiné, as suas relações com o industrial Champalimaud, a importância do seu livro e a irritação “de um certo número de oficiais superiores” após o seu afastamento. No entanto, foram essencialmente os tenentes e os capitães que organizaram as operações para o derrube da ditadura salazarista.

Também sobre este tema, a jornalista — que se baseia nas declarações do comandante António Neias — escreve algo muito discutível. Na sua opinião, foi graças aos oficiais milicianos — todos universitários — que as ideias progressistas se difundiram no seio da tropa! Braeckmann ignora que o protesto se iniciou com a revolta dos oficiais do quadro e que estes tinham sido formados na Academia Militar, que tem um nível universitário.

Após ter notado que o segredo da conspiração foi mantido, “apesar da polícia política”, põe em evidência que, no 25 de Abril, em poucas horas, “sem derramamento de sangue”, o regime velho de meio século foi derrubado e, sobretudo, que “foram os capitães que dirigiram” as operações. Aliás, estes continuam a “controlar a situação”. A Junta aparece em frente das câmaras da televisão, mas são eles que, “na sombra”, vigiam, para que o seu programa seja rigorosamente aplicado. Por outras palavras, “na realidade, os generais Costa Gomes e

Spínola, eram unicamente os mandatários dos seus inferiores hierárquicos, os executantes do seu programa”.

A articulista considera, no entanto, que Spínola tem ainda algum trunfo na manga, nomeadamente por causa das suas relações anteriores com Champalimaud, “que lhe garante um certo apoio dos meios empresariais desejosos de se virarem para a Europa e o Mercado comum”. No fim do artigo, a jornalista faz uma pergunta pertinente ao comandante Neias, relativamente a prováveis divergências, num futuro próximo, entre “os capitães reformistas” e os homens que, como Spínola, “são um produto do antigo regime”. O oficial não tem dúvidas: o MFA “tem os meios para obrigar os militares mais à direita a aceitar o resultado das consultas populares, nomeadamente no que diz respeito às guerras coloniais”.

OS PARTIDOS POLÍTICOS

A primeira parte do último texto² trata da questão relativa aos partidos políticos. Destaca o apoio popular manifestado no 1.º de Maio às forças de esquerda e sublinha a moderação dos dirigentes do PCP. Nota também que, se a esquerda ocupa muito espaço e está no centro das atenções, constituíram-se outros grupos e formações. E, como o afirma Miller Guerra, a direita poderá voltar e formar “grupos políticos de centro-direita ou democrata-cristãos”, o que lhe permitiria regressar ao poder.

2 «Révolution au Portugal (III). “Maintenant, on sait pourquoi on travaille”» [Agora, sabemos porque trabalhamos], 18 de maio.

Aqui, Braeckman sobrestima amplamente a força e o poder dos agentes da PIDE, que ainda não foram presos, e das “forças económicas e sociais” que apoiavam o antigo regime. Segundo a articulista, estas poderiam unir-se, com a “ajuda discreta do regime franquista” e “atingir os centros vitais da revolução”!

Nos últimos parágrafos, volta ao complexo tema colonial, sobre o qual não há unanimidade, tanto entre os novos dirigentes, quanto nos diferentes partidos políticos. Como acabar com a guerra? Como irão reagir os “500 mil colonos brancos”? Sobre este assunto, tal como Jean-Claude Buffle no jornal genebrino a 30 de abril, a jornalista de *Le Soir* fala de dois riscos: o de uma revolta como a da O.A.S. na Argélia e o de uma “secessão de tipo rodesiano” em Angola e em Moçambique.

Depois de ter realçado o facto de que as medidas que deverão ser tomadas pelo futuro Governo vão ser “impopulares e difíceis de aceitar”, Colette Braeckman conclui com uma nota positiva:

“A revolução à portuguesa está feita, mas Portugal precisa de ser reconstruído. Felizmente, ali, toda a gente está consciente das dificuldades e sublinha: ‘agora sabemos porque trabalhamos’. Isto é já por si um programa”.

Conclusão

Se, no primeiro artigo, a jornalista faz uma análise ponderada e equilibrada da situação, nos dois outros textos, alterna observações pertinentes com outras muito arriscadas. Colette Braeckmann atribui uma importância desme-

**“NA REALIDADE,
OS GENERAIS
COSTA GOMES
E SPÍNOLA
ERAM UNICAMENTE
OS MANDATÁRIOS
DOS SEUS INFERIORES
HIERÁRQUICOS,
OS EXECUTANTES
DO SEU PROGRAMA”**

dida aos oficiais milicianos na génese do processo revolucionário, ignora totalmente o alto nível de formação dos oficiais de carreira, e dá excessivo relevo a um eventual perigo para a Revolução portuguesa, representado pelos partidários do antigo regime. Isto revela certas falhas na informação, mas é sobretudo mais uma prova de que, mesmo para quem esteve em Portugal nesta primavera de 1974, em pleno processo revolucionário, era quase impossível seguir e dominar completamente o desenrolar vertiginoso dos acontecimentos.

* Professor e historiador, sócio da A25A

O 25 DE NOVEMBRO NA IMPRENSA DA SUÍÇA ITALIANA



Direitos reservados

Jornalistas estrangeiros foram noticiando as mudanças em Portugal depois da Revolução dos Cravos

De abril de 1974 às eleições presidenciais de 1976, Portugal esteve várias vezes nas primeiras páginas dos diários itálicos helvéticos, não só nas notícias e nas manchetes, mas também nas análises e nos editoriais. Isso aconteceu igualmente na esmagadora maioria da imprensa regional, tanto de língua alemã como de língua francesa

RETO MONICO*

O FALHANÇO DA REVOLTA dos paraquedistas e a imediata reação das tropas fiéis ao VI Governo Provisório, com o pleno apoio do Presidente, constituem uma viragem no processo iniciado a 25 de Abril de 1974. Sabemos que estes factos suscitaram e suscitam polémicas¹. Já estudámos como a imprensa internacional trata deste acontecimento² e, mais recentemente, apresentámos o ponto de vista do embaixador suíço em Lisboa³. Neste estudo vamos analisar quatro comentários da imprensa do Cantão de Ticino sobre este brusco travão à Revolução dos Cravos.

Ao colocar as rédeas até no mais enigmático dos protagonistas da Revolução dos Cravos, o General Otelo Saraiva de Carvalho, o Presidente Costa Gomes confirmou completamente a alcunha de «rolha» que lhe foi atribuída no seio do exército: ele fica sempre à tona e quem não se quiser afundar de maneira lamentável, mais cedo ou mais tarde, terá de contemporizar.

É assim que começa o editorial de dia 29 do *Giornale del Popolo*, diário católico de Lugano, intitulado “Os cravos também murcham”, que censura Otelo. Este, no início, fingiu aceitar a decisão do executivo que lhe tinha tirado o comando da Região Militar de Lisboa, mas, em seguida, ficou só “com um núcleo de soldados fiéis de extrema-esquerda para tentar o ‘rugido’ decisivo”. Estigmatiza também o recuo precipitado e pouco digno do PCP — que queria afastar do poder Costa Gomes e os moderados⁴ — e assevera que o Presidente e os partidos estão a tentar salvar o país da crise, nomeadamente económica.

No segundo parágrafo, interroga-se se este será “o último ato do conturbado período pós-revolucionário”. Afirma que Costa Gomes saiu reforçado, mas realça o facto de a situação económica ser catastrófica, com 60% das atividades económicas nacionalizadas. Por conseguinte, será preciso “experiência e coragem”, e sobre-

1 Maria Inácia REZOLA, *25 de Abril. Mitos de uma Revolução*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, pp. 251-270.

2 Reto MONICO, *O 25 de Abril : os relatórios secretos da Embaixada suíça (1974-1976)*, Lisboa, Âncora Editora, 2023, pp.101-111.

3 Joaquim VIEIRA & Reto MONICO, *Nas Bocas do Mundo. O 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional*, Lisboa, Tinta da China, 2014, pp. 318-336.

4 Esta visão dos acontecimentos afigura-se assaz duvidosa.



“Mais um dia quente no processo político português.

Sufocada em Lisboa a revolta dos paraquedistas.

O Gen. De Carvalho demitido das suas funções”, *Giornale del Popolo*, 27 de novembro.

tudo uma ajuda externa para “enfrentar todos os problemas” sem precipitar o país no caos. Estes contributos financeiros da CEE e dos Estados Unidos estão ligados à evolução da política interna lusa, nota o editorialista. Este põe em relevo o facto do Presidente, com o afastamento de Otelo, ter começado a demolir as estruturas da extrema-esquerda. Agora tem de continuar fazendo o mesmo com o pequeno grupo de altos oficiais ligados “às minorias políticas revolucionárias”.

O texto termina com uma nota de esperança: “Perante esta situação e as dificuldades quotidianas, o povo luso fez prova de moderação”, pois não gosta de fanatismos ideológicos e de indisciplina, nomeadamente nas Forças Armadas.

A 29, no *Corriere del Ticino*, Francesco Ricciu afirma perentoriamente que os principais derrotados⁵ desta “dura prova dos últimos dias”

são, além de Otelo, “os militares radicais, os pequenos grupos habituados às barricadas e o Partido Comunista”.

O articulista condena o duplo jogo do PCP que, no último minuto, tentou dissociar-se da iniciativa subversiva dos paraquedistas, afirmando “que foi um grave erro” querer o confronto armado quando não se dispõe de uma força suficiente. Porém, escreve Ricciu, nas semanas anteriores, os comunistas tiveram uma atitude completamente diferente e “incentivaram os motins extremistas”.

Nota que Cunhal, atado à sua ideologia maximalista, além de não ter aceite os resultados das eleições de abril de 1975, cometeu um grande erro: depois da queda de Vasco Gonçalves, pensava poder aproveitar as rivalidades no seio das Forças Armadas, mas “não avaliou plenamente o significado da vitória” do Grupo dos Nove. O outro vencido é Otelo, “campeão de uma ideo-

5 «Gli estremisti sconfitti» [Os extremistas derrotados]

Il Portogallo è forse a una svolta decisiva Costa Gomes più forte dopo il fallito putsch

“Portugal talvez esteja face a uma viragem decisiva.
Costa Gomes fortalecido após o golpe falhado”, *Corriere del Ticino*, 27 de novembro.

logia trapalhona” e abstrata — a aliança Povo/MFA — inconsistente e irrealista.

Como muitos observadores, o articulista destaca o papel do Presidente. Sendo um matemático, sabe fazer as contas e “medir as relações de força”: por conseguinte, não é de admirar que tenha atuado “no momento considerado seguro” e que tenha apostado no “cavalo certo”, o grupo à volta de Melo Antunes, que representa, em síntese, a massa heterogénea que votou no PS e no PPD: “É [essa] mesma massa que está decidida a manter Portugal na Europa com a instauração de um sistema político constitucional pluralista”.

Lutar “contra esta realidade é fazer o jogo da reação”, adverte o jornalista que cita as declarações de Spínola o qual queria “libertar Portugal do marxismo”. Em suma, a extrema-direita — “sempre forte e à espreita” — podia eventualmente aproveitar-se da situação.

No fim do texto, o autor exprime o desejo de que os políticos e os militares, tendo em conta as experiências de tantos meses desde o 25

de Abril, possam agora tirar as devidas lições e trabalhar “na realidade factual e não na utopia, sem restrições mentais e manobras obscuras”.

BARALHAR DE CARTAS

A 27, o trissemanário *Eco di Locarno* publica um extenso artigo, “Baralhar de cartas em Portugal. Houve um golpe, mas falhou”, com um retrato de Otelo, “filo-castrista, considerado o chefe dos militares de esquerda” que “jogou a sua carta secreta (o golpe dos paraquedistas) mas que parece ter perdido”.

Explica os acontecimentos e as medidas tomadas pelas autoridades e no fim, evidencia a satisfação do PS e do PPD, tal como a clara desorientação dos comunistas:

É evidente que, também nesta ocasião, o rígido dogmatismo comunista apostou no cavalo errado, como já aconteceu com [...] Vasco Gonçalves. O castrismo arrogante de Otelo de Carvalho revelou-se mais fraco do que o previsto. Os seus homens não atuaram em conjunto, e os poucos que o fi-

zeram, deram ao governo um formidável pretexto para intervir.

“Portugal: viragem à direita”, é o título do artigo do semanário *Azione*. O autor nota que os militares tomaram as rédeas do país, na altura em que Portugal estava “a tender definitivamente para o caos”.

Escreve que não foi nem uma verdadeira revolta, nem um golpe de esquerda: mediram-se as forças de cada campo e, no fim da contagem, os moderados e as direitas ganharam. Assim, os militares, apesar dos inúmeros erros cometidos, conseguiram salvaguardar a característica incruenta da Revolução portuguesa. Se tivesse ocorrido uma verdadeira insurreição, adianta o editorialista de Locarno, teria havido um banho de sangue.

Realça o facto de Costa Gomes se ter posto do lado do Executivo e de Otelo, “o espantalho dos moderados”, ter sido degradado e afastado. Agora abre-se o caminho para “finalmente normalizar a vida política” lusitana.

Os militares ganharam alguns pontos, mas não é suficiente: será preciso governar verdadeiramente o país. Como o seu colega do *Giornale del Popolo*, destaca a desastrosa situação económica: uma ajuda externa é indispensável para evitar a “catástrofe”. Talvez, esta “viragem moderada de Lisboa” possa ter uma influência positiva na CEE e desbloquear futuros créditos.

BREVE NOTA FINAL

De abril de 1974 às eleições presidenciais de 1976, Portugal esteve várias vezes nas primei-

ras páginas dos diários itálofonos helvéticos, não só nas notícias e nas manchetes, mas também nas análises e nos editoriais. Isso aconteceu igualmente na esmagadora maioria da imprensa regional, tanto de língua alemã como de língua francesa.

Nestes quatro artigos sobre o 25 de Novembro fica patente que os jornalistas tomam conta da mudança operada em Lisboa com a vitória dos moderados. Além disso, realçam o papel de Costa Gomes e vincam a grande derrota de Otelo, dos esquerdistas e do PCP.

Desejam que Portugal possa ter governantes capazes de terminar o processo de transformação democrática, fundamental para obter a indispensável ajuda económica do Ocidente, com o fim de evitar o colapso da economia lusa.

* Professor e historiador, sócio da A25A

O DIA DA MAIS BELA REVOLUÇÃO

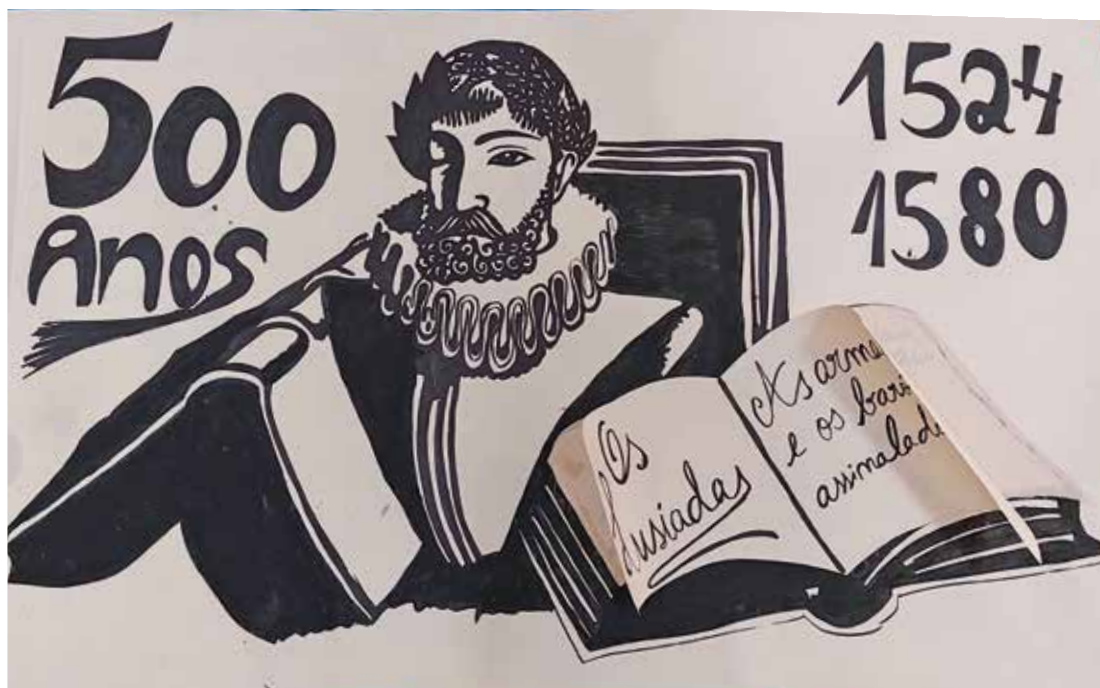
MARÍLIA GONÇALVES

Nasceu uma criança e era Abril
Nasceu talvez tão cedo e era tarde
nasceu quando era o mês das águas mil
no dia incendiado em Liberdade.

Nasceu duma promessa por fazer
Que estava por cumprir em cada olhar
Nasceu uma criança por haver
Nasceu uma criança pra sonhar.

Nasceu mas tão real, tão verdadeira
Que era o futuro ali à nossa mão
Onde afinal nascia a Terra inteira

Nascia uma criança e era o pão
E era a Luz a arder de tal maneira
O dia da mais bela Revolução.



Tal como a Inglaterra tem Shakespeare, a Itália Dante, a Espanha Cervantes, nós temos Camões que é inigualável

LUÍS VAZ DE CAMÕES

E O 25 DE ABRIL

Ano de duas celebrações históricas que urge lembrar, interiorizar e analisar em conjunto: o nascimento de Luís Vaz de Camões e o Cinquentenário do 25 de Abril

PAULO SALGADO*

NA DATA CERTA, 9 DE SETEMBRO, estive-mos, a minha mulher e eu, no Monte Sobral, no 51.º aniversário da primeira grande e marcante reunião dos capitães. Por essa altura, mas em 1972 e 1973, vivíamos na Covilhã, assistíamos a alguns encontros promovidos pelo grande jornalista António Paulouro, diretor do *Jornal do Fundão*, nesta cidade. Num desses encontros, foi interessante ouvir as discussões entre Óscar Lopes e Lopes Graça acerca da novidade que trazia o autor, com António José Saraiva, da *História da Literatura Portuguesa*. Dissertava Óscar Lopes, de forma eloquente e suave, como era nele habitual, sobre a *Gramática Simbólica do Português* (confesso: para mim era uma novidade que dificilmente compreendia...). Vivamente, como era seu timbre, Lopes Graça atirava-se ao ‘novo processo linguístico’ (desculpem os linguistas falar em ‘processo’), afirmando – recordo bem – que, mais do que semântica formal, era preciso ideias revolucionárias, porventura olvidando que a nova proposta do seu amigo era revolucionária. Aparentemente, o compositor estava esquecido da obra total, à época, do mestre Óscar Lopes que, em 1999, escrevera um estudo sobre Camões e outros grandes escritores (Eça de Queirós, Raul Brandão, Aquilino Ribeiro, Fernando Pessoa).

Também neste ano de 2024, se impôs uma visita à bibliografia Camoniana, de um acervo que Vasco Graça Moura reuniu, evento que teve lugar na Casa dos Livros – Centro de Estudos da Cultura em Portugal da Universidade do Porto. Como constava da apresentação do evento, “uma obra rica, valiosa, eclética, insubstituível, do tradutor”, ensaísta e romancista que foi Graça Moura.

DUAS DATAS HISTÓRICAS PARA REFLETIR

Pois é, ano de duas celebrações históricas que urge lembrar, interiorizar e analisar em conjunto: o nascimento de Luís Vaz de Camões e o Cinquentenário do 25 de Abril. Para registo em *O Referencial* e lembrança aos leitores (como alguém afirmou no Monte Sobral: sem registos, não há factos históricos, História). Os ensaístas – estou a lembrar-me de Eduardo Lourenço (*Labirinto da Saudade*) – e os historiadores saberão estabelecer as razões desta relação íntima, porque se impõe uma revisitação ao que de comum existe entre a obra de Camões (não apenas *Os Lusíadas*, como também a Lírica, por exemplo, a sua *Elegia autobiográfica*), que é nem mais nem menos do que o “espaço imperial” que Lourenço refere de forma tão límpida: “Tal aventura – do famigerado império – agora

terminada, com a sua carga de ilusões, pesadelos ou malefícios, foi também, queiramo-lo ou não, *história comum*” (*Imagem e miragem da Lusofonia*, Gradiva, 2004, p. 119).

Socorro-me de alguns factos a propósito de Camões e do 25 de Abril.

1.ª SOBRE CAMÕES

a) Terá nascido em Lisboa, mas outras localidades o reclamam, o que levou Torga a escrever e clamar, em 1987: “Há tempos, quando um erudito se indignava diante de mim com a leviandade de se atribuírem, a torto e a direito, berços de natalidade ao poeta, retorqui-lhe que, em meu entender, era bom que todas as cidades e aldeias de Portugal lhe disputassem a origem” (1987, Coimbra, após a sua deslocação a Macau). Uma vida atribulada encheu o seu percurso: Lisboa, Coimbra, Norte de África, Oriente (Macau-gruta?). Em vida, apenas foram publicadas algumas odes e duas peças de teatro e *Os Lusíadas*, em 1572, que dedicou ao jovem rei D. Sebastião. Só posteriormente a sua obra poética *Os Lusíadas* foi objeto de dezenas de publicações. Refere Jorge de Sena (*O Pensamento de Camões*, pg.36-37), a propósito da sua ausência de 17 anos no Oriente, que o Poeta perdeu o contato com a vida literária, mas, nem por isso deixou de estudar e refletir. Menciona ainda Sena que “há referências de alguns seus contemporâneos (por certo na fase de regresso a Lisboa) o terem na mais alta consideração: André Falcão de Resende, Gaspar Frutuoso, Pero Gândavo)”.
b) Dele escreveu Diogo do Couto, o grande

**PELA DIMENSÃO
DA OBRA LÍRICA
E EPOPEICA, NAS SUAS
DIVERSAS DIMENSÕES,
VÁRIAS INSTITUIÇÕES,
UNIVERSITÁRIAS
E PARTICULARES,
TÊM DEDICADO
UM ATURADO ESTUDO
SOBRE O POETA**

historiador do Oriente, arquivista da Torre do Tombo, em Goa (Séculos XVI – VIII *Década da Ásia*): “Este grande poeta e meu velho amigo viveu tão pobre que vivia de amigos”. Há um encontro notável, presumível (muita da história do Poeta é presumida), entre poeta e historiador, algures em Moçambique (em Sofala ou na Ilha de Moçambique), onde Luís Vaz terá declamado *Os Lusíadas* (pelo menos parte) a Couto, e este ter-se-á comprometido a comentar a obra.

c) Pela dimensão da obra lírica e epeica, nas suas diversas dimensões, várias instituições, universitárias e particulares, têm dedicado um aturado estudo sobre o Poeta. Não há, como afirmam Sena e outros autores, qualquer referência sobre se estudou na Universidade de

Coimbra. Mas era possuidor de uma vasta cultura humanista e científica, abrangendo diversas disciplinas: Botânica, Zoologia, Mitologia, História, Astronomia...

d) Finou-se em 1580, ano de perda da independência. A obra de Camões é premonitória face aos desmandos, prepotência, inveja e ganância que presenciou. Para quem estiver interessado, há imensa literatura sobre a obra de Camões: além de Sena, Vasco Graça Moura, Eduardo Lourenço, Helder Macedo, Carlos Fiolhais, Ronaldo Rogério Mourão (brasileiro) e tantos outros.

e) No entanto, o ensino sobre Camões continua refém da sua “versão oficial”, pelo que *Os Lusíadas* não podem ser considerados como “um panegírico, um elogio, um louvor à pátria”, como os alunos da Escola Secundária de Óbidos questionaram recentemente, considerando que é uma visão “antiquada e enviesada” sobre a obra — e a história (*Público*, 9 de Junho de 2024).

2.º SOBRE O 25 DE ABRIL DE 1974

Quem visitar o Museu da Resistência e da Liberdade fica informado, se alguma vez houve dúvida, do quanto penaram homens e mulheres para se libertarem e libertarem os outros neste País comandado por tiranos.

Quem ler *Guerra Colonial*, de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, fica a saber que houve razões políticas que invocam: porquê e para quê a guerra?

O 25 de Abril aconteceu.

a) Vai sendo vasta e rica a produção de obras

**OS CAPITÃES
DE ABRIL TAMBÉM
COMPREENDERAM
OS DESMANDOS
E A PREPOTÊNCIA
DOS DEFENSORES
DO IMPÉRIO,
JÁ AGÓNICO,
COMO A HISTÓRIA
JÁ AMPLAMENTE
DEMONSTRARA**

que abordam este momento histórico por historiadores, militares e civis, conhecedores presenciais ou estudiosos. Há marcos históricos que estão registados em Filmes, em Literatura, em História. Há aspetos que referenciam a guerra colonial, como um dos fatores primordiais da Revolução dos Cravos.

b) São conhecidas as diversas iniciativas dos capitães de Abril, destinadas a preparar o movimento. Em especial, refiro a reunião no Monte Sobral, em Alcáçovas, onde houve discussão acalorada, firme e decisiva, prova da persistência dos homens ali reunidos, apoiados em muitos que se encontravam em comissão nas colónias.

c) Se inicialmente esta Revolta dos Capitães revestia natureza corporativa, depressa se tornou

um movimento libertador da ditadura, visando a Liberdade.

d) Os capitães de Abril também compreenderam os desmandos e a prepotência dos defensores do Império, já agónico, como a História já amplamente demonstrara, e como fora o caso do então “Estado Português da Índia”, criado no início do século XVI (1503). A História das nações que se libertaram são conhecidas; lembremos, a título exemplo marcante, a Guerra da Argélia (entre este país e a França, que decorreu entre 1954-1962, tendo o país colonizador mobilizado centenas de milhares de soldados), que evidenciou um fim atribulado e sangrento.

3.º A INTER-RELAÇÃO ENTRE OS DOIS MOMENTOS GRANDES DA NOSSA HISTÓRIA

Que elementos estabelecem a ligação entre estes dois factos históricos? Basta pensar: o império português desmoronava-se progressivamente, como resulta da leitura de diversas obras que, felizmente, estão surgindo no horizonte. E da constatação do que se estava passando internamente e internacionalmente.

Camões, pobre, desventurado, a “má fortuna” (assim versejou) o acompanhando vida fora, mas clamando sempre por justiça. É uma obra épica, também crítica, onde o vemos protestar contra a “tirania infame, a ganância, a prepotência e o desamor instituído como poder” (<https://ensina.rtp.pt/artigo/a-elegia-autobiografica-de-camoes/>).

Não foram estes desvarios, esta prepotência, agora acrescentados por outros factos históri-

**“PÁTRIA É TERRA
DE ANTEPASSADOS,
UM UNIVERSO COMPOSTO
POR PESSOAS, FEITOS,
IDEIAS E IDEAIS. TUDO
O QUE FORAM, TUDO
O QUE FIZERAM
E TUDO O QUE DEIXARAM
POR FAZER”**

cos, designadamente a luta pela liberdade dos povos, que, afinal, os capitães de Abril vislumbraram no Imperio (se Império houve), clamando pela liberdade individual e coletiva de um Povo?

Se “é nossa sina não caber no berço”, como escreveu Torga (ver referência acima), a verdade é que a Pátria, que Ferreira de Castro (*Os Fragmentos*, p. 32) nos ensina: não é senão o amor de todos nós ao rincão onde nascemos, os valores que nos apoiam, a emoção que nos sustenta, a fraternidade e a liberdade que nos irmanam. Não é o ‘patriotismo’ com os seus dogmas, retóricas, uma construção convencional? Ou como alguém disse: “Pátria é Terra de Antepassados, um universo composto por pessoas, feitos, ideias e ideais. Tudo o que foram, tudo o

que fizeram e tudo o que deixaram por fazer”.
<https://meupais.blogs.sapo.pt/esta-nao-e-a-ditosa-patria-minha-amada-1660>).

Ora, também neste texto se lembrou: não desejamos uma Pátria inculta e ignorante, mas cidadãos conhecedores e interventivos, onde ninguém se sinta excluído.

A Pátria que temos hoje não é a mesma do tempo de Camões, quando começámos a levantar padrões à beira-mar, a lavar terras, a percorrer planaltos, a atravessar rios, também a acorrenatar, a esmagar, a deixar pegadas – algo que não pode ficar no limbo.

Tal como a Inglaterra tem Shakespeare, a Itália Dante, a Espanha Cervantes, nós temos Camões que é inigualável.

Também temos, cinco séculos decorridos, uma Revolução sem sangue, admirada por muitos povos.

Temos a nossa Pátria, sem epítetos grandiloquos, regressada que está ao seu ponto de partida. Mas uma Pátria justa e livre. Como escreveu Leonardo Coimbra (*Camões e fisionomia espiritual da Pátria – discurso pronunciado no Teatro, Águia de Ouro, no Dia 10 de Junho de 1920*): “Ou nos salvamos todos, ou é impossível a salvação” - algo que estava no subconsciente (ou no consciente?) dos capitães.

No Monte Sobral fechei os olhos: pairou toda a História, a *história comum*. Como escreveu Eduardo Lourenço: “Não está no poder de ninguém nem a rasurar nem a branquear a preço baixo” (*A Nua de Ícaro seguido de Imagem e miragem da Lusofonia*, Gradiva, Abril, 2004, p. 119). O que importa é revisitá-la em comunhão

**ORA, TAMBÉM
NESTE TEXTO
SE LEMBROU:
NÃO DESEJAMOS
UMA PÁTRIA INCULTA
E IGNORANTE,
MAS CIDADÃOS
CONHECEDORES
E INTERVENTIVOS,
ONDE NINGUÉM
SE SINTA EXCLUÍDO**

com os Povos que falam a mesma Língua. Língua em que fora “cantada a primeira aventura planetária da humanidade, um verdadeiro eco para além da pequena casa” (Eduardo Lourenço, *idem*). Podemos afirmar, sem receio, que a Língua é hoje da pluralidade, da diferença, reinventada, enriquecida, crioualizada pelo falar dos brasileiros, angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, são-tomenses, guineenses e timorenses. Língua que se libertou das amarras que o Estado Novo (e o seu regime tirano) criou. Língua, e o que lhe está intimamente ligado – a liberdade de diálogo entre os Povos – que, de forma fraterna, o 25 de Abril ajudou a redescobrir na sua diversidade de falares.

2024 - Ano de celebrações. E de reflexões – tê-las-emos feito?

Outubro de 2024

28 DE SETEMBRO DE 1974: O RELATÓRIO ESQUECIDO



Direitos reservados

COPCON organizou operações de auto-stop para evitar a formação de piquetes civis que poderiam entrar em Lisboa armados

Quem quer que leia na íntegra e desapassionadamente o relatório integral da “Comissão Ad Hoc para o 28 de Setembro”, dificilmente pode negar que a “Maioria Silenciosa” foi uma bem montada tentativa da extrema direita para inverter a marcha do processo revolucionário (*continuação do número anterior*)

JOSÉ COSTA NEVES*

II PARTE

A IMPRENSA E AS FONTES DE FINANCIAMENTO

Os principais promotores do “28 de Setembro” cedo aproveitaram as liberdades cívicas conquistadas em 25 de Abril para combater o novo regime político. Por isso, não surpreende que uma das suas armas mais eficazes tivesse sido de natureza comunicacional.

O relatório da Comissão Ad Hoc reservou tempo e espaço para discorrer sobre a contribuição da imprensa da extrema-direita, nacional e regional, na preparação do clima insurreccional, sobretudo a partir de finais de Julho. Mereceram destaque os nomes dos periódicos *Tempo Novo*, do Partido Liberal (PL), *Tribuna Popular*, do Partido do Progresso (MFP-PP), do *Bandarra*, propriedade da Editorial Restauração, fortemente influenciada por alguns dos seus principais accionistas, designadamente Bernardo Mendes de Almeida (Conde de Caria), Filipe de Bragança e, sobretudo, Pedro Soares Martinez, ex-ministro de Salazar e cronista dos periódicos *A Rua* e de *O Diabo*.

Destaca também a imprensa de difusão regional comprometida com os organizadores da

conspiração: em Lisboa, a *Resistência* e o *Economia e Finanças*; em Braga, *O Clarim*; em Ovar, o *João Semana*; em Valença do Minho, *O Valenciano*; em São Tiago (Seia), *O Mensageiro Paroquial*; em Beja, o *Jornal do Sul*, o *Jornal da Bairrada*, o *Vilaverdense* e o *Jornal de Famalicão*. Um leitor que se dê ao trabalho de analisar retrospectivamente as inverdades e exageros propalados por essas publicações sobre a situação política nessa altura em Portugal, facilmente se apercebe da utilização abusiva da liberdade de expressão usada para denegrir a governação e apoiar, simultaneamente, as ambições cesaristas do general Spínola.

Logicamente, o relatório também aborda as questões relativas ao financiamento da conspiração. Assim, fica-se a saber que o general Kaúlza de Arriaga e o tenente-coronel Figueiredo dedicaram o seu tempo e influência para obterem fundos financeiros junto do Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa, para autorizar uma livrança de mil e quinhentos contos para empresa SINASE, que um tal Manuel Magalhães, parente da família e funcionário superior do Banco, deu a assinar a um dos organizadores da manifestação.

Ainda por influência do general Kaúlza de Arriaga e do tenente-coronel António Figueiredo, no dia 19 de Setembro foi aberta uma conta colectiva no BES&CL (Porto) no montante de 750 mil escudos. Os titulares da conta eram Carlos Bettencourt, Artur Armando Camarate dos Santos e Silvino Castro Moreira, sendo este último membro do Secretariado Regional do Norte do Partido Liberal (PL). Mais tarde, em 23 de Setembro, um telex da Sede do BES&CL ordenou a passagem do crédito para o coronel Cavaleiro, coordenador da comissão organizadora, alterando-a, uma hora mais tarde, para os nomes de Jorge de Melo e Faro Maldonado Passanha.

Ao que parece, a partir daí nunca mais faltou dinheiro para a preparação da manifestação, designadamente para o pagamento de cartazes e panfletos, do aluguer de aviões de propaganda e de camionetes para transporte de manifestantes, aquisição de bilhetes oferecidos à borla para a tourada de homenagem ao general Spínola realizada no dia 26 de Setembro pela Liga dos Combatentes, etc..

UM SUMÁRIO DA CONSPIRAÇÃO

Em linguagem simples e descomprometida, o relatório da Comissão Ad Hoc fornece aos seus leitores os elementos indispensáveis para a compreensão da história da conspiração do “28 de Setembro”. Por isso, a intenção do presente texto não é substituí-lo, mas, simplesmente, fornecer aos que ainda não o leram alguns elementos que lhes permitam compreender desde já a extensão e gravidade da manobra reac-

O RELATÓRIO DA COMISSÃO AD HOC RESERVOU TEMPO E ESPAÇO PARA DISCORRER SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA IMPRENSA DA EXTREMA-DIREITA, NACIONAL E REGIONAL, NA PREPARAÇÃO DO CLIMA INSURRECIONAL

cionária de extrema-direita camuflada no seio da “Maioria Silenciosa”.

A história começa em 10 de Julho de 1974, quando uma delegação do Partido do Progresso (MFP-PP), Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP), Partido Liberal (PL) e Movimento Popular Português (MPP), resolveu entregar pessoalmente ao general Spínola um documento onde se lia que *correntes sistematicamente isoladas do diálogo com o poder, [eram] objecto de um tratamento discriminatório a todos os níveis. [...] A grande maioria do País tem sido silenciada pela actualização unilateral das forças a quem foi confiada a gestão dos negócios públicos nesta fase transitória. Queremos que essa maioria se torne participante, porque nela residirá fundamentalmente o apoio e a legitimação aos actos do Poder.*

Tanto quanto se sabe, foi esta a primeira vez que o conceito de “maioria silenciosa” foi expressamente transmitido ao general Spínola, que o utilizou no texto do discurso que pretendia ler aos manifestantes que mais tarde o aclamariam: *Ou a maioria silenciosa deste País acorda e toma a defesa da sua liberdade ou o 25 de Abril terá perdido perante o Mundo, a história e nós mesmos, o sentido da gesta heroica de um povo que se encontrou a si próprio. E com esse desengano se esfumarão as nossas esperanças na democracia.*

Segundo o relatório da Comissão Ad Hoc, o exercício da violência também fazia parte dos planos conspirativos. De facto, já no decorrer do mês de Agosto, um oficial do MFA infiltrado na organização da manifestação tinha sido informado da existência de contactos entre João Braga (o fadista) e Júlio António Cayolla Boneville, Henrique Manuel Nogueira Nunes, Maria Júlia Loureiro Rebelo (da família Jardim) e Rui António David Reis e Sousa, para obterem armas de fogo e respectivas munições. Por ironia do acaso, mais tarde, já perto do dia 28 de Setembro de 1974, esse oficial foi contactado para o mesmo efeito, tendo-lhe sido dito que era *para o que vinha a seguir à manifestação*. No dia 9 de Setembro, realizou-se uma importante reunião em casa de um indivíduo de nome Sousa Machado, dirigida pelo ex-capitão miliciano Francisco Xavier Damiano Bragança Van Uden, ligado ao Partido Liberal por intermédio de Almeida Araújo, durante a qual, finalmente, se decidiu realizar a manifestação de apoio ao general Spínola e constituir uma comissão organizativa. Foram escolhidos os

**EM LINGUAGEM SIMPLES E
DESCOMPROMETIDA,
O RELATÓRIO
DA COMISSÃO AD HOC
FORNECE AOS SEUS
LEITORES OS ELEMENTOS
INDISPENSÁVEIS
PARA A COMPREENSÃO
DA HISTÓRIA DA
CONSPIRAÇÃO
DO “28 DE SETEMBRO”**

seguintes personagens: António Peixoto da Costa Félix, Manuel João Pinheiro Ramos de Magalhães, José Filipe Homem Rebelo Pinto, António de Sousa Macedo, Manuel Soto Maior de Sá Coutinho e o próprio Van Uden.

No dia seguinte, o general Spínola discursou a propósito do reconhecimento do direito da Guiné-Bissau à independência, referindo-se indirectamente à “maioria silenciosa” nos seguintes termos: *A responsabilidade que [tinha assumido] perante a Nação [impunha] uma tomada de posição perante o abuso de liberdade de alguns em denegação flagrante da liberdade de todos.*

Por coincidência, ou talvez não, no mesmo dia, na sede da empresa SINASE, o tenente-coronel Figueiredo, Almeida Araújo e António Ávila reuniram-se para distribuir tarefas pelos ele-

mentos da comissão organizadora da manifestação, que incluía nomes como os de António Peixoto da Costa Félix, Manuel João Pinheiro Ramos de Magalhães, José Filipe Homem Rebelo Pinto, António de Sousa Macedo, Manuel Soto Maior de Sá Coutinho e do próprio Francisco Van Uden. A este último foi entregue o pelouro da segurança e da publicidade do evento.

No dia 13 de Setembro, Almeida Araújo promoveu uma reunião com os membros da comissão organizadora, com a presença do general Kaúlza de Arriaga e do coronel de cavalaria na reserva Fernando José Pereira Marques Cavaleiro, propondo que fosse este último a presidir à comissão organizadora. Porém, Marques Cavaleiro condicionou a aceitação do cargo à anuência prévia dos generais Spínola e Costa Gomes. Em reunião posterior, Marques Cavaleiro informou a comissão de que o general Costa Gomes tinha levantado importantes objecções, não especialmente a si próprio, mas à própria realização da manifestação. Apesar disso, a preparação da manifestação continuou e, no dia 18 de Setembro, uma avioneta lançou sobre Évora panfletos a informar a população que *seriam postos à disposição gratuitamente, todos os meios de transporte colectivos para a população se deslocar gratuitamente à capital.*

No dia seguinte, o general Spínola mandou emitir um comunicado a afirmar que o *Senhor Presidente da República [estava] disposto a assumir as pesadas e graves responsabilidades de um momento crítico da vida da Pátria.* Um membro do directório do Partido Liberal (PL), José Cabral, certamente entusiasmado com o teor do

**DURANTE A MADRUGADA
DO DIA 28,
A PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA
DEU ORDEM
PARA ENCERRAR
AS EMISSÕES HABITUAIS
DAS ESTAÇÕES DE RÁDIO
E TRANSFERIR
PARA A GNR E PSP
A RESPONSABILIDADE
PELA SEGURANÇA
DAS RESPECTIVAS
INSTALAÇÕES**

comunicado, escreveu a um outro, Gastão da Cunha, que era altura de *começar a preparar uma marcha silenciosa e desarmada sobre todas as cidades (Lisboa ou Porto) em que facilmente se manipulam as massas populares com vinte ou trinta mil ululantes, gritando o que não lhes convém, seja a pasta Pepsodente, seja o regime comunista, sugerindo que no norte (acima do Douro) [havia] boas reservas que é preciso explorar.*

Por aqui se pode avaliar o desprezo que os conjurados nutriam pelas *massas populares* que tencionavam manipular!

A partir das comunicações realizadas entre os vários partidos e jornais envolvidos na preparação da manifestação, as autoridades político-militares concluíram que, por razões de sigilo, a data da realização do evento só seria divul-



Direitos reservados

General António Spínola, Presidente da República, e Vasco Gonçalves, primeiro-ministro, estiveram juntos na manifestação no Campo Pequeno

gada quatro dias antes da sua comunicação formal ao Governo Civil de Lisboa. Certamente com a consciência pouco tranquila, os responsáveis pelo evento ocultaram as suas verdadeiras moradas no acto de formalização do evento. Na antevéspera da manifestação, dia 26 de Setembro, a Liga dos Combatentes organizou uma tourada à portuguesa integrada no conjunto das acções de propaganda e estímulo à participação na manifestação da “Maioria Silenciosa”. No interior da praça de touros, o ambiente reinante era profundamente contra-revolucionário. O Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, foi repetidamente vaiado pela assis-

tência enquanto o general Spínola era por ela entusiasticamente aclamado. Um dos presentes na tourada, de nome Sousa Machado, personagem que tinha adquirido para distribuir à borla 300 contos de bilhetes, foi apresentado ao general Spínola no intervalo do espectáculo tauromáquico, enquanto o cavaleiro João José Zoio galopava no redondel exibindo o cartaz da manifestação perante o regozijo dos espectadores. Atendendo às palavras de ordem e comentários proferidos na ocasião, tornou-se por demais evidente que a tourada mais não era do que um teste para avaliar o nível de adesão da população à manifestação anunciada.

Enquanto isso se passava, no exterior da praça concentrava-se uma aguerrida e indignada contra-manifestação. Perante a indiferença dos raros agentes policiais destacados no local, durante a saída da assistência verificaram-se vários incidentes e provocações.

Já no dia seguinte, os organizadores da manifestação distribuíram panfletos provocatórios e ameaçadores, que diziam o seguinte: *Ontem, quinta-feira, à saída da praça de touros do Campo Pequeno [...] um pequeno, mas atrevido grupo, manifestou-se [...] brandando MORTE A SPÍNOLA. Estão definidos os campos. Realizou-se ontem o 1.º acto da nossa grande manifestação.*

O COPCON, como era sua obrigação, acompanhava a evolução da situação, reunia informação e preparava-se para agir no caso de a situação se agravar. Por exemplo, reforçou a segurança na penitenciária de Lisboa, onde se encontravam detidos numerosos agentes da ex-PIDE/DGS, na Emissora Nacional, no Rádio Clube Português, nas antenas de Monsanto. Além disso, prevenindo um grande afluxo de viaturas com gente motorizada e provavelmente armada nas entradas de Lisboa, submeteu ao CEMGFA, general Costa Gomes, uma proposta para o levantamento de barricadas militares nas entradas de Lisboa, proposta essa que o CEMGFA, general Costa Gomes não autorizou. Por isso, limitou-se a organizar operações de auto-stop nesses locais e a evitar a formação de piquetes civis que, alertada por sindicatos e outros agrupamentos políticos através da comunicação social, se organizavam para impedir a entrada de viaturas em Lisboa com gente que pretendia juntar-se à manifestação.

**GENERAL SPÍNOLA
MANDOU REUNIR
O CONSELHO DE ESTADO,
QUE SE RECUSOU
A APROVAR
A DECLARAÇÃO
DO ESTADO DE SÍTIO,
VENDO FRUSTRADA
DESSA FORMA
A JOGADA
QUE PREPARARA
COM O MINISTRO
FIRMINO MIGUEL**

Na noite de 27 para 28, Almeida Araújo, o tenente-coronel Figueiredo e outras individualidades ligadas ao evento, assentaram arraiais no Hotel Sheraton para daí orientarem o desenvolvimento dos acontecimentos. Fizaram vários contactos telefónicos, designadamente com elementos da família Espírito Santos e com o coronel Cavaleiro. O relatório refere também que, nessa altura, as famílias próximas de Almeida Araújo, tenente-coronel Figueiredo, João Braga e de mais uns quantos organizadores, já se encontravam no estrangeiro, para onde eles próprios se dirigiram mal foram informados de que a manifestação tinha abortado.

Durante a madrugada do dia 28, a Presidência da República deu ordem para encerrar as emissões habituais das estações de rádio e transferir

para a GNR e PSP a responsabilidade pela segurança das respectivas instalações. O ministro da Defesa Nacional, tenente-coronel Firmino Miguel, encarregou-se de as fazer cumprir.

De manhã cedo, no interior do Palácio de Belém viviam-se momentos de grande agitação. O primeiro-ministro Vasco Gonçalves, chamado pelo Presidente da República, encontrou-se com Galvão de Melo, Diogo Neto e Silvino Silvério Marques, membros da Junta de Salvação Nacional, com quem se envolveu em acalorada discussão. O general Vasco Gonçalves foi por eles acusado de ter fomentado intencionalmente alteração da ordem pública e incentivado a organização de barricadas para impedir a concentração dos manifestantes na Praça do Império, em Belém. Furiosos, exigiam repetidamente a sua demissão. Indignado, o general Vasco Gonçalves negou as acusações e abandonou a sala.

Num gabinete ao lado, o major Sanches Osório, ministro da Comunicação Social na altura, redigia um documento a incentivar a participação na manifestação. No entanto, o general Spínola já lhe recomendara que não invocasse o seu nome no caso de o Governo vir a proibir a realização da manifestação. O Primeiro-Ministro, desconfiando das verdadeiras intenções de Sanches Osório, redige ele próprio um comunicado a apelar para que, *a fim de salvaguardar a paz e a tranquilidade entre os portugueses, essas barricadas [fossem] levantadas imediatamente, permitindo, assim, o trânsito de veículos.*

É dada ordem para suspender a saída dos jornais nesse dia.

Ainda durante a manhã, o comandante adjunto do COPCON, o general Otelo, é chamado ao Palácio de Belém. Correm boatos de que tinha sido detido. À cautela, a Comissão Coordenadora reúne-se em S. Bento para analisar a situação. É analisada a hipótese de o general Spínola tencionar declarar o estado de sítio e suspender dessa forma uma série de direitos fundamentais consagrados na lei vigente.

Entretanto, militares fiéis ao general Spínola tinham começado a movimentar-se um pouco por toda a parte. A defesa do Palácio de Belém é entregue a uma força pára-quedista proveniente de Tancos. O CEME, general Silvino Silvério Marques, manda uma força do Regimento de Cavalaria para proteger o Palácio de Belém sem informar, como era seu dever, o comandante da Região Militar de Lisboa. O general Spínola retira o comando das operações ao general Otelo, que passou a ser exercido directamente pelo general Costa Gomes. O ministro da defesa nacional, Firmino Miguel, contrariando o general Costa Gomes, tenta impedir a saída de Otelo do Palácio de Belém. O tenente-coronel Engrácia Antunes, spinolista convicto, telefona de Belém para os comandos das três Regiões Militares do Sul, Centro e Norte, e mais algumas Unidades Militares vinculadas ao COPCON para que passem a obedecer exclusivamente às ordens do CEME, general Silvério Marques, iniciativa que não resultou porque a Comissão Coordenadora do MFA tinha-se antecipado e assegurado a fidelidade à hierarquia estabelecida.

No interior do Palácio de Belém, o general Spínola mandou reunir o Conselho de Estado, que

se recusou a aprovar a declaração do estado de sítio, vendo frustrada dessa forma a jogada que preparara com o ministro Firmino Miguel. Durante o debate os ânimos exaltaram-se e a Comissão Coordenadora do MFA retirou a confiança política aos generais Silvério Marques, Galvão de Melo e Diogo Neto, decisão que implicou a demissão desses três oficiais da Junta de Salvação Nacional.

É nessa altura que a presidência da República, confrontado com a firme oposição da CCPMFA e do COPCON, acabou por emitir um comunicado a declarar inconveniente a manifestação. No entanto, é o MFA que anuncia publicamente, alguns minutos depois, a sua proibição definitiva.

No exterior, as movimentações dos militares fiéis ao general Spínola não paravam. O tenente-coronel Xavier de Brito, comandante do regimento de Engenharia da GNR de Braço de Prata, mandou para Monsanto um destacamento comandado pelo capitão Andrade e Sousa com um técnico para destruir, se necessário, as antenas ali localizadas e, nos estúdios da Emissora Nacional, surgiu o major Ramalho Eanes, que informa o pessoal que não se encontrava ali na qualidade de director de programas da emissora, cargo que ocupava formalmente, mas como representante do Presidente da República. O capitão Andrade e Sousa, ao ser informado da presença do major Ramalho Eanes, solicitou telefonicamente ao major Sanches Osório que esclarecesse junto do comando-geral da GNR

qual a linha hierárquica a que devia obedecer. Entretanto, a situação voltou à normalidade mal foi conhecida a proibição definitiva da manifestação.

INTENTONA OU “INVENTONA”?

Segundo os autores do relatório da Comissão Ad Hoc, o “28 de Setembro” configurou, de facto e de direito, uma tentativa de golpe de Estado que podia ter degenerado em confrontos civis e militares graves, quiçá numa guerra civil. Perante os acontecimentos, até algumas agências noticiosas estrangeiras não tiveram dúvidas em classificá-lo com um golpe de Estado liderado pelo general Spínola em Portugal. Na verdade, quem quer que leia na íntegra e desapassionadamente o relatório integral da “Comissão Ad Hoc para o 28 de Setembro”¹, dificilmente pode negar que a “Maioria Silenciosa” foi uma bem montada tentativa da extrema direita para inverter a marcha do processo revolucionário.

O falhado golpe militar do “11 de Março”, realizado escassos meses depois, é a melhor prova disso mesmo, ao tornar evidente que a extrema-direita nacional e internacional não desiste pacificamente dos seus ideais colonialistas, da recuperação dos privilégios perdidos ou simplesmente ameaçados, ou, ainda, da continuação *ad aeternum* da exploração dos mais pobres e das classes trabalhadoras. Basta recordar que, pese embora a derrota sofrida em 11 de Março de 1975, a extrema-direita, mais uma

1 A versão integral do relatório pode ser facilmente encontrada na internet em Textos Históricos da Revolução, Organização e Introdução de Orlando Neves.

vez à sombra do general Spínola, se envolveu logo a seguir numa rede bombista, de contornos claramente terroristas, que infernizou a vida dos portugueses durante meses a fio.

Não há dúvida de que a história dos acontecimentos do “28 de Setembro” desmente claramente aqueles que, ainda hoje, defendem a tese da “inventona”. Para o perceber, basta reflectir sobre alguns factos incontornáveis: as linhas programáticas e ideológicas dos movimentos e partidos e as declarações públicas que proferiram; a tentativa de retenção no Palácio de Belém de personalidades do MFA; a pressão exercida por membros da Junta sobre o Primeiro Ministro para que se demitisse na hora; a tentativa de influenciar alguns comandos de algumas Regiões Militares e algumas unidades militares no sentido de romper com as linhas de comando hierárquico estabelecidas; a substituição à última da hora de forças militares encarregadas da protecção de estações de rádio por forças militarizadas; a presença anormal em vários locais de oficiais reconhecidamente spinolistas; as várias detenções efectuadas pelas autoridades militares nas operações auto-stop, com a apreensão de 699 espingardas de caça, 44 espingardas de pressão de ar, 118 pistolas e revólveres, 23 pistolas de alarme, 332 armas brancas, 549 matracas e congéneres e 9.885 munições diversas; a descoberta na sede do Partido do Progresso, que tinha seu cargo a realização de acções perturbadoras da segurança pública por meio de actos violentos, de vários *coktails molotov* prontos a serem usados e muitas outras garrafas ainda vazias, bem como

**SEGUNDO A COMISSÃO
AD HOC,
O “28 DE SETEMBRO”
CONFIGUROU, DE FACTO
E DE DIREITO,
UMA TENTATIVA
DE GOLPE DE ESTADO
QUE PODIA TER
DEGENERADO
EM CONFRONTOS CIVIS
E MILITARES GRAVES,
QUIÇÁ NUMA GUERRA CIVIL**

uma série de outras armas usadas em manifestações violentas.

Encerramos este trabalho, transcrevendo a parte do texto que a comissão organizadora da “Maioria Silenciosa” deveria ler durante a manifestação ao general António de Spínola: *A força das armas empurrou a titubeante e cansada ditadura de direita [...]. Compete à força das armas libertar o Povo Português da ditadura de esquerda e honrar a sua espada honrada e livre para assegurar a liberdade.*

Resta saber a que liberdade se referia o autor. Provavelmente, à liberdade para acabar de vez com a liberdade a sério, de que o país desfrutou a seguir ao 25 de Abril de 1974.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

DOIS SONHOS DE ABRIL

Há muitos anos que manifestava o desejo íntimo de regressar a Angola e a Moçambique, teatros das minhas vivências de guerra. Seriam as minhas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e, com elas, a sublimação dum tempo especial, de guerra e de paz

MANUEL M. MARTINS LOPES*

PARA A GENERALIDADE dos ex-combatentes, em especial para aqueles para quem o 25 de Abril significou libertação e reencontro de Portugal com os novos Países de expressão oficial portuguesa, comemorar os 50 anos do 25 de Abril significa regressar às origens, ao tempo em que se começava a forjar a solidariedade entre todos os Países emergentes de Abril. Apesar de alguns traumáticos “acidentes de percurso” que então tiveram lugar, persistem ainda em mim referências indeléveis da minha passagem por Angola (1967/8) e por Moçambique (1971/5), que motivam estes meus “Dois Sonhos de Abril”.

Há muitos anos que manifestava o desejo íntimo de regressar a Angola e a Moçambique, teatros das minhas vivências de guerra. Seriam as minhas comemorações dos 50 anos do 25

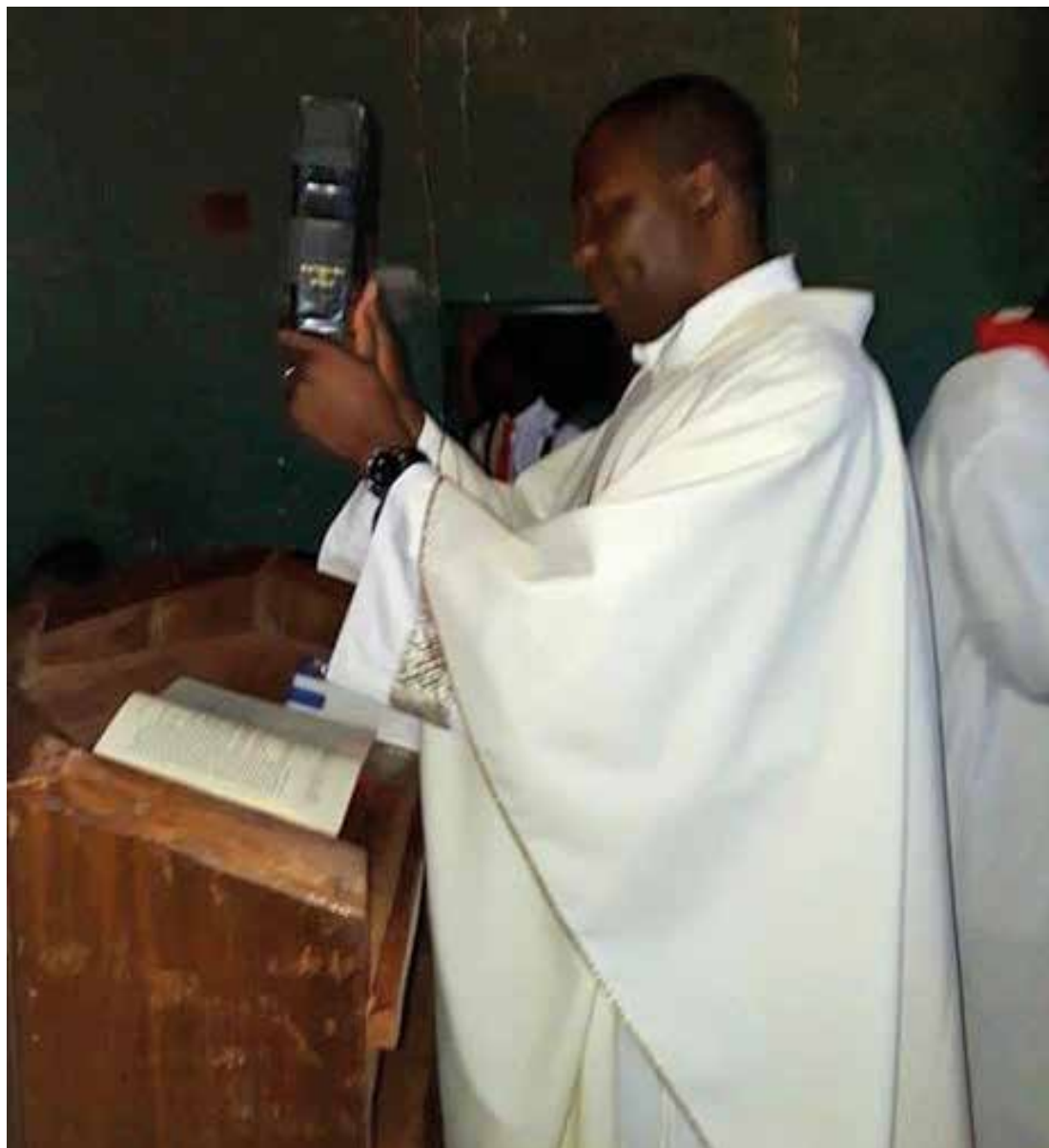
de Abril e, com elas, a sublimação dum tempo especial, de guerra e de paz.

Ter ou não ter tempo e idade era a questão, mas não a falta de vontade de cumprir tais desejos, cada vez mais transformados em “Sonhos de Abril”, sempre norteados pelas amizades luso-angolana e luso-moçambicana que estiveram na sua origem e prevaleceram.

Não foi difícil identificar duas referências indeléveis para regressar a Angola e a Moçambique, respectivamente.

ANGOLA

O marco indelével da ligação a Angola está identificado num livro de capas negras, a Bíblia (Mbimbiliya), encontrada numa base da UNITA, em 1968, entre a Coutada do Mucusso e o Dirico, no Cuando Cubango, com o texto



Direitos reservados

O Padre Augusto Tchimbali erguendo a Bíblia Mbimbiliya, em Menongue, Cuando Cubango

em português e luchasi (o luchasi é um idioma Bantú do grupo Ngangela).

À surpresa de encontrar aquele livro sagrado, naquele local, seguiu-se a preocupação de o esconder e guardar e... a eventualidade de ainda ter a oportunidade de conhecer e encontrar o seu dono.

Pertencia à Companhia de Caçadores 1779, comandada pelo capitão Vítor Alves, aquele que viria a ser um dos principais obreiros do Movimento das Forças Armadas, que estaria na génese do 25 de Abril.

Na Neriquinha, no Cuando Cubango, alertou-me logo de início para as nossas actividades operacionais:

– *Não te entusiasmes muito. Estou na terceira comissão militar e a situação está cada vez pior.*

Soube então, em primeira mão, que iria lutar pela mudança de situação e que quando acontecesse ele estaria presente. Manifestei-lhe desde início a minha solidariedade e um pedido: que a “mudança” acontecesse o mais cedo possível. A Bíblia regressou comigo à Metrópole, parecendo que a minha vida e o meu destino continuavam intimamente ligados à sua existência, quando, em 2013, ameaçado pelo diagnóstico de cancro na bexiga, pensei, algo desiludido e amargurado, ao olhar para a estante:

– *Já não tenho tempo de procurar e entregar a Bíblia Mbimbiliya ao seu legítimo dono!...*

Depois de muitas infrutíferas tentativas de encontrar alguém ligado à UNITA, acabei por, providencialmente, encontrar em Lisboa o padre Augusto Tchimbali, natural de Menongue (ex-Serpa Pinto), do Cuando Cubango, o qual

PASSADOS CINQUENTA ANOS, A BÍBLIA MBIMBILIYA VOLTOU A SER MENSAGEIRA NO CUANDO CUBANGO, NAS “TERRAS DO FIM DO MUNDO”

se tornou receptivo e sensível ao meu objectivo de devolver aquele tesouro precioso ao Cuando Cubango, acabando por lhe entregar a Bíblia Mbimbiliya no final da celebração de uma Missa no Colégio Pio XII, na presença de ex-combatentes da Neriquinha.

Registei assim algum tempo depois o regresso a Angola do padre Augusto Tchimbali, em 18 de novembro de 2017:

– *Deus nos dê bons dias! Boa viagem, Padre Augusto Tchimbali e ... à Bíblia Mbimbiliya!...*

– *Bons dias nos dê Deus. Muito obrigado. A Bíblia vai na mala!* - respondeu de imediato o Padre Augusto Tchimbali, adivinhando a razão da minha mensagem de despedida.

Confirmei assim que ele já se tinha levantado e que aquela Bíblia Mbimbiliya estava já na mala, pronta para a viagem de regresso a Angola, ao Cuando Cubango, às “Terras do Fim do Mundo”, 49 anos depois de lá ter saído na minha mochila militar.

Ainda espreitei o céu nocturno como que a agradecer a Graça de ter conhecido o Padre Augusto Tchimbali há dois anos. Duas luzinhas

bem brilhantes, uma a Oriente e outra a Ocidente, pareceram reluzir ainda mais de forma solidária.

Com que emoção fiquei a aguardar os relatos do regresso às origens da Bíblia Mbimbiliya, num tempo singular, de sublimação e reforço dos valores da Paz, da Amizade e da Solidariedade, em especial naquela quadra de Natal.

- *Boa noite. Já estou em Menongue. Obrigado por tudo. Paz e Bem.* - Mensagem do padre Augusto Tchimbali em 18 de Dezembro, pelas 18h47.

Soube que no dia 24 de Dezembro foi feita a apresentação solene da Bíblia Mbimbiliya em duas missas, pelo Pároco da comunidade da Paróquia da Imaculada Conceição, em Menongue. Um pouco mais tarde, na homilia do dia 7 de Janeiro de 2018, em Menongue, na celebração da Missa das 10h00 horas, na Igreja da Paróquia da Imaculada Conceição, o padre Augusto Tchimbali tomou nas suas mãos a Bíblia Mbimbiliya que tinha levado de Lisboa e procedeu à leitura do Evangelho, tendo como tema da homilia “Os Magos do Oriente” segundo o Apóstolo São Mateus (2:1-12).

Passados cinquenta anos, a Bíblia Mbimbiliya voltou a ser mensageira no Cuando Cubango, nas “Terras do Fim do Mundo”, de onde partiu dentro da mochila de um militar, que ao ter conhecimento daquilo que acabara de acontecer naquela Igreja da Imaculada Conceição comentou assim comovido:

- *Lindo! Belo! Magnífico! Fico feliz! Graças a Deus! Bem haja! Nji na sakuila!*

- *Paz e bem. Tu na sakuila!* - respondeu o padre Augusto Tchimbali, que me relatou pormeno-

REENCONTRAR DE NOVO NO CUANDO CUBANGO A BÍBLIA MBIMBILIYA CONSTITUI O PRIMEIRO “SONHO DE ABRIL”

rizadamente por onde tinha andado a Bíblia, sossegando-me dizendo que tinha ficado à responsabilidade do padre António Dumba, pároco na Diocese da Imaculada Conceição, em Menongue.

Qual sonda iluminada enviada para muito longe, tentarei sempre não perder o contacto com ela e continuar a preservar a sua existência, a que não é estranha a ligação regular com o padre Augusto Tchimbali.

Reencontrar de novo no Cuando Cubango a Bíblia Mbimbiliya constitui o primeiro “Sonho de Abril”.

A devolução da Bíblia tornou-se assim símbolo de reencontro e forma de sublimação de um passado de guerra, que ainda hoje fortalece as actuais relações de amizade e cooperação com o padre Augusto.

Num tempo em que a questão das reparações sobre o nosso passado colonial está na praça pública, o papel desta Bíblia Mbimbilya parece-me ser exemplar.

Aquilo que não passaria de um troféu de guerra, passou a ser um veículo de Paz e Cooperação.

EM MOÇAMBIQUE

Encontrava-me em Quelimane, como comandante da polícia da Zambézia na “Terra dos bons sinais”, quando ocorreu o 25 de Abril.

Tinha decidido continuar em Moçambique após a comissão militar, não me tendo sido difícil encontrar prenúncios sérios de descontrolo da situação, a que não era alheio o facto de ter desempenhado a função de oficial de operações e informações em Vila Gouveia, no Distrito de Manica, e de ter consciência do grau de infiltração da guerrilha da FRELIMO já a sul de Vila Gouveia, entrando no Distrito da Beira. Já tinha acontecido o massacre de Wiriamu e a ameaça de outros acontecerem em zonas com a população por aldear, era por demais evidente.

O Distrito da Zambézia que até então tinha vivido um tempo de paz precário, baseando a segurança e o controlo da situação com um vasto dispositivo policial, viu também quebrado o seu *status* no início de 1974, com a abertura de uma nova frente de guerrilha da FRELIMO.

A MUDANÇA

Ao ouvir “Grândola Vila Morena” e, pouco depois, o comunicado do MFA apresentado pelo major Vítor Alves, já sabia que estava em curso a mudança que ele me anunciara previsto a acontecer.

Rapidamente entrei em contacto com o major Vítor Alves, a quem perguntei se devia regressar à Metrópole, no que fui logo desaconselhado, por achar que era mais importante, naquela situação, permanecer em Moçambique.

E... até à independência de Moçambique, em

**DESCERRAR DE NOVO
EM QUELIMANE
A PLACA
DA “SALA DE CONVÍVIO
25 DE ABRIL”
CONSTITUI O MEU SEGUNDO
“SONHO DE ABRIL”**

25 de Junho de 1975, fui a antena do MFA na Zambézia, quer através de Vítor Alves, quer através de cartas, quer através de duas visitas a Lisboa.

Do 25 de Abril de 1974 até à independência, a Zambézia viveu um tempo exigente de consolidação da paz e da abertura do período de transição pós Acordo de Lusaca, tempo em que se consolidaram as relações institucionais entre as autoridades portuguesas e a FRELIMO.

A situação particular do dispositivo policial distribuído por toda a Zambézia, iria facilitar a evolução pacífica que veio a verificar-se graças aos contactos estreitos com os dirigentes da FRELIMO que tinham acabado de se infiltrar na Zambézia, através da fronteira com o Malawi.

A decisão acordada em Lourenço Marques com o Ministro do Interior da FRELIMO, Armando Guebuza, de manter incólume o dispositivo policial existente, foi fundamental para a evolução

pacífica da situação após a celebração do Acordo de Lusaca, em 7 de Setembro de 1974, facilitando o período de transição das autoridades portuguesas para as autoridades emergentes sob a liderança da FRELIMO, servindo de modelo para todo o Moçambique, nos projectos de cooperação que se abriam para os dois povos.

- *Viva a Solidariedade e Amizade entre o Povo português e o Povo moçambicano!* - assim terminavam os inúmeros discursos de apresentação da FRELIMO às populações, nas diferentes localidades, com a presença assídua do comandante da polícia.

E foi assim natural que, em 17 de Outubro de 1974, fruto das boas relações estabelecidas entre o comando da PSP da Zambézia e a FRELIMO, teve lugar a inauguração da “Sala de Convívio 25 de Abril”, na esquadra da polícia de Quelimane, com a presença do governador da FRELIMO, Bonifácio Gruveta.

Pelo significado e pela importância histórica, expressão da Amizade e Solidariedade luso-moçambicana que então se estabeleceu na Zambézia, julgamos importante preservar esse legado histórico, ainda que tenhamos de reconhecer que tudo passa pela criação de uma nova placa, já que a original foi destruída aquando das obras no edifício da esquadra de Quelimane, segundo informação do general Fabião Pedro Nhancololo, actual comandante da polícia da Zambézia. Na sequência desta informação, sugeri ao governador da Zambézia, Pio Augusto Matos, a criação de uma nova placa, em tudo semelhante à original, o que não nos parece difícil conseguir, e bem assim a co-

**DO 25 DE ABRIL DE 1974
ATÉ À INDEPENDÊNCIA,
A ZAMBÉZIA VIVEU
UM TEMPO EXIGENTE
DE CONSOLIDAÇÃO
DA PAZ E DA ABERTURA
DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO
PÓS ACORDO DE LUSACA**

locação de novo na cidade de Quelimane, em local e data a indicar.

No ano em que se comemora o 50.º Aniversário do 25 de Abril, esta seria uma boa oportunidade de os nossos Povos demonstrarem o seu grau de Amizade e a sua ligação a um evento que trouxe a Liberdade a Portugal e a independência a Moçambique.

Descerrar de novo em Quelimane a placa da “Sala de Convívio 25 de Abril” constitui o meu segundo “Sonho de Abril”.

* Capitão de Abril e sócio da A25A

CARLOS DE ALMADA CONTREIRAS (1941-2024)

UM HINO À LIBERDADE



Direitos reservados

A notícia inesperada e brutal chegou-nos ao fim da tarde do dia 18 de Dezembro, anunciando o falecimento do Comandante Carlos de Almada Contreiras na sua casa da Longueira, Almogrove. Era um destacado membro da Associação 25 de Abril cujas instalações frequentava assiduamente, mostrando um dinamismo

e uma boa disposição que eram sinais de que a sua saúde não tinha problemas, mas aos 83 anos foi traído por doença súbita.

Ingressou na Marinha em 1960 e frequentou a Escola Naval. Especializou-se em Comunicações e cumpriu comissões de embarque na fragata “Diogo Gomes” (Guiné e Moçambique, 1965-1967) e como comandante do navio-patrulha “Centauro” (Angola e S. Tomé e Príncipe, 1968-1970).

Foi um dos oficiais da Armada que primeiro estabeleceram contactos com o Movimento dos Capitães, logo em 1973, destacando-se tanto nos tempos da conspiração, como na redacção do Programa do MFA e na preparação da acção militar que no dia 25 de Abril de 1974 levou à queda do regime. Foi ele que escolheu a canção “Grândola Vila Morena” como a senha definitiva da operação “Viragem Histórica”, a qual se tornou depois um hino à Liberdade.

Carlos de Almada Contreiras integrou a primeira Comissão Coordenadora do Programa do MFA, foi Conselheiro de Estado, Conselheiro da Revolução e, em 1986, foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

Com a revisão constitucional de 1982 terminou o período de transição estabelecido em 1974 e, de acordo com as promessas feitas, os militares abandonaram o poder por vontade própria. Almada Contreiras, depois do importante contri-

buto para o movimento do 25 de Abril, empenhou-se profundamente em todo o processo de democratização do país e prestígio das Forças Armadas, pelo que o seu desaparecimento é

uma dura notícia para a Associação 25 de Abril. Apresentamos o nosso profundo pesar a todos os seus familiares e amigos.

HOMENAGEM DO PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA A25A NA CERIMÓNIA FÚNEBRE

Caro Carlos

Partiste, sem nos dizer adeus.

Por isso, consideramos que continuas conosco.

Connosco continua o teu sorriso, a tua honestidade, a tua discrição, mas também a tua coragem e férrea vontade em lutar pelos valores em que acreditavas.

Os valores da Liberdade, da Paz, da Justiça, da Democracia, que ajudaste a implantar e a consolidar em Portugal.

Connosco continua a forte ligação com os companheiros Espanhóis, a quem te ligaste, nos ligaste, numa luta comum contra a ditadura, pela implantação da Liberdade e da Democracia.

A A25A e o FMD continuarão juntos, na defesa do Estado Democrático, como juntos estiveram o MFA e a UMD, na luta contra a ditadura e na implantação desse Estado Democrático.

Comprometemo-nos a continuar a tua luta pelo esclarecimento da História, através da narrativa da Guerra e da maravilhosa aventura do 25 de Abril.

Para que aquela não mais se verifique e este continue a ser o presente dos portugueses e a prolongar-se no futuro.

Partiste ao encontro de outros camaradas que te antecederam e te esperam no Olimpo, onde os Homens bons têm lugar.

Reserva um lugar para nós, na certeza de que, enquanto por cá andarmos e não partirmos ao teu encontro, tudo faremos para que a nossa obra colectiva não seja destruída e as novas gerações compreendam que a ansiada Felicidade humana só é possível em Liberdade, mas, para que isso aconteça, tem de haver, da sua parte, a Coragem para por ela lutar.

Tu, caro Carlos, fizeste a tua parte.

A Coragem nunca te faltou.

Nós tentaremos continuar-te, continuando a passar o testemunho aos nossos filhos e aos nossos netos.

Até um dia!

Até sempre!

Com um 25 de Abril, Sempre!

Um grande, um enorme abraço Amigo e de Abril.

Vasco Lourenço

LUÍS AUGUSTO SEQUEIRA (1947 - 2024)

UMA VIDA PLENA DE REALIZAÇÕES

COM 77 ANOS, o major-general Luís Augusto Sequeira deixou o nosso convívio e a A25A perdeu um destacado capitão de Abril.

Tinha ingressado na Academia Militar em 1964, onde frequentou e concluiu o curso de Administração Militar, cumprindo depois uma comissão de serviço por imposição, em Moçambique, nos anos de 1974 e 1975.

Frequentou o curso geral de Comando e Estado-Maior, no Instituto de Altos Estudos Militares (1982-1983), o curso de Estado-Maior (1987-1988) e o Curso Superior de Comando e Direcção (1997-1998).

Foi professor catedrático da Academia Militar de 1983 a 1987 e, durante oito anos, professor do Instituto de Altos Estudos Militares.

Depois de chefiar o Centro de Finanças da Região Militar do Sul e o Centro de Finanças Geral, foi diretor, de 2000 a 2004, dos serviços de Finanças do Exército e, simultaneamente, presidente do Conselho do Serviço de Administração Militar.

No ano de 2006 foi nomeado Secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional, em comissão de serviço.

O major-general Luís Augusto Sequeira era licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técni-



Direitos reservados

ca de Lisboa e em Engenharia Informática pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Foi sócio Fundador da A25A e fez parte dos seus órgãos sociais como Presidente do Conselho Fiscal, desde 2017 até ao dia do seu falecimento.

Em 2023 foi condecorado com a Ordem da Liberdade, grau de Grande Oficial.

ELOGIO FÚNEBRE

Nas cerimónias realizadas na Capela da Academia Militar, em Lisboa, o coronel Vasco Lourenço fez o elogio fúnebre do major-general Luís Augusto Sequeira, que foi um dedicado membro da A25A.

“Caro Luís

Estamos aqui para te dizer: Até Sempre.

A Rute, a Ana e o Vasco, a Madalena, a Clara e o Eduardo - a tua querida Família - mas também outros familiares e muitos dos Amigos que preencheram a tua vida e à mesma deram sentido.

Vida plena de realizações onde a pertença ao colectivo Movimento das Forças Armadas te permitiu participar numa extraordinária epopeia que certamente te ajudou a realizar como Homem.

Multifacetado, não te limitaste à intensa actividade cívica, sempre em prol dos valores da Liberdade, da Paz, da Democracia e da Justiça Social.

Capitão de Abril de todas as horas, mas também administrador e gestor de muitas tarefas relevantes.

Sempre com muito bons resultados, como os que obtiveste enquanto Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, ou presidente da EPUL.

E também um homem de cultura, como atesta a produção, com a prestimosa colaboração do teu

filho Vasco, do filme biográfico de um grande amigo, teu e nosso, o Eduardo Lourenço.

Cumpriste o teu desejo de estar nos Corpos Sociais da Associação 25 de Abril até aos 50 Anos do nosso dia Inicial, Inteiro e Limpo.

Deixas-nos mais pobres, como mais pobre deixas a Associação Bento de Jesus Caraça e outras organizações que serviste, sempre com enorme e desprendida militância.

Caro Luís

Passaram os 50 anos e tu estás de partida.

Deixas-nos o teu exemplo e a tua amizade, que nos impõem a obrigação de não te esquecer e de te homenagear.

A melhor homenagem que te podemos fazer é a de, enquanto por aqui andarmos e não formos ao teu encontro, continuarmos a pugnar pelos nossos ideais e valores de Abril, para que eles continuem a constituir os alicerces da sociedade portuguesa.

A missão não é fácil. Temos consciência de que é muito difícil.

Somos cada vez menos, mas a nossa determinação continuará alicerçada na memória de companheiros como tu.

Boa viagem, caro Luís.

Lá, onde quer que seja, nesse Oriente Eterno, para onde todos iremos, espera por nós.

Até Sempre!

Um enorme abraço, Amigo e de Abril.”

Vasco Lourenço

JOÃO MENINO VARGAS (1935-2024)

LIBERTADOR DOS PRESOS POLÍTICOS DE CAXIAS

PARTIU DO MUNDO DOS VIVOS, a 9 de outubro, João Menino Vargas, o Militar de Abril que esteve envolvido na libertação dos presos políticos de Caxias, em 1974.

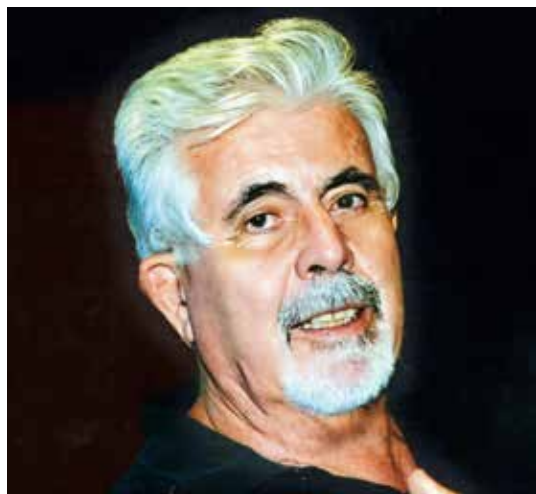
Natural de Santarém, o coronel João Menino Vargas fez o curso de Artilharia da Academia Militar e os cursos de Criptografia e de Cinema, ambos do Estado-Maior do Exército.

Cumpriu comissões de serviço em Timor (1959-1964), Moçambique (1964-1966) e na Guiné (1971-1973).

Participou activamente no Movimento das Forças Armadas e no dia 26 de Abril de 1974 foi um dos responsáveis pela libertação dos presos políticos da prisão de Caxias. Posteriormente, dirigiu a Repartição de Análise e Investigação Documental da Comissão de Extinção da PIDE/DGS e da Legião Portuguesa. Em 1984 passou à reserva.

Graduou-se em Ciências Documentais, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e leccionou em diversos cursos na área do tratamento documental e arquivologia.

Publicou duas obras: a peça de teatro “Todos ou nenhum: a libertação dos presos de Caxias”



Direitos reservados

(Colibri, 2019), com base na sua experiência concreta, que foi representada em Lisboa e que, depois de traduzida, também foi apresentada em França; e “A Menina de S. Juan” (Astrolábio, 2022), uma obra de ficção baseada nos acontecimentos da Guerra Civil de Espanha, sobretudo na Extremadura espanhola, em que se confrontaram republicanos e falangistas. O coronel João Menino Vargas foi Sócio Fundador da Associação 25 de Abril.

ANTÓNIO VALÉRIO MASCARENHAS PESSOA (1938 - 2024)

MILITAR DE ABRIL EM TODAS AS HORAS

FALECEU O CORONEL de Infantaria António Valério Mascarenhas Pessoa que, entre outras comissões militares, serviu no Corpo de Tropas Paraquedistas. No momento do óbito encontrava-se internado no Hospital das Forças Armadas.

Durante a comissão que cumpriu na Guiné foi gravemente ferido em combate na operação de reocupação da península do Cantanhez e, em Junho de 1973, durante a grave crise conhecida por “inferno de Gadamael” foi, durante alguns dias, o comandante daquela área operacional (COP 5).

Militar de Abril de todas as horas, o coronel Mascarenhas Pessoa, natural de Olhão, Algarve, manteve-se sempre fiel aos valores de Abril, apesar das vicissitudes que teve de enfrentar como Comandante do Regimento de Pára-quedistas, nos tempos bastante conturbados do processo revolucionário e, em especial, nos acontecimentos que ocorreram em 25 de Novembro de 1975, que permitiram que fossem cumpridos todos os compromissos assumidos no Programa do MFA.



Direitos reservados

O coronel Mascarenhas Pessoa era sócio Fundador da Associação 25 de Abril e, nos anos mais recentes, foi um dedicado professor da Universidade Sénior Dom Sancho I, em Almada.

CAMILO TAVARES MORTÁGUA (1934 - 2024)

SÍMBOLO DA LUTA CONTRA A DITADURA

Nuno Veiga, Lusa



COM 90 ANOS, faleceu Camilo Mortágua, um símbolo da luta contra a ditadura do Estado Novo por ter participado directamente em algumas das acções armadas que mais abalaram o regime de Salazar e de Caetano.

Natural de Oliveira de Azeméis, Camilo Mortágua destacou-se em várias acções contra o fascismo, entre as quais: a operação Dulcineia, que levou à ocupação do paquete Santa Maria quando navegava no mar das Caraíbas com

cerca de seis centenas de passageiros; o desvio do avião da TAP da linha Casablanca-Lisboa com o lançamento de milhares de panfletos sobre Lisboa e outras cidades portuguesas, que denunciavam o regime; e o assalto à filial do Banco de Portugal, na Figueira da Foz, com o objectivo de financiar acções contra o salazarismo. Esteve depois ligado à criação da Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), que teve relevante acção no combate à ditadura.

Depois do 25 de Abril envolveu-se no apoio a diversas iniciativas populares, na defesa da Liberdade e de consolidação das conquistas democráticas dos portugueses.

Falecido no Álvito, a 1 de Novembro, Camilo Mortágua foi um revolucionário e um combatente da Liberdade. Em 2005 o presidente Jorge Sampaio condecorou-o com o grau de Grande Oficial da Ordem da Liberdade.

Camilo Mortágua era Sócio Efectivo da Associação 25 de Abril.

RETIFICAÇÃO

JOSÉ CARDOSO FONTÃO (1932-2024)

Na última edição d'*O Referencial*, no texto de homenagem ao coronel José Cardoso Fontão, referimos ter sido, no dia 25 de Abril de 1974, o responsável pela coordenação da ocupação do Rádio Clube Portugal. Repondo a verdade, para memória futura, retificamos: José Fon-

tão protegeu a ação de ocupação do Rádio Clube Português e garantiu a segurança da equipa que aí assumiu a criação da "Emissora da Liberdade". Pelo lapso, pedimos desculpa aos nossos leitores e aos familiares e amigos de tão prestigiado Capitão de Abril.

JOSÉ EMÍLIO DA SILVA (1940 – 2024)

PELOS VALORES DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA

DESTACADO MEMBRO DO MFA, oriundo da Arma de Engenharia, o coronel José Emílio da Silva, natural de Ponte de Sor, faleceu, em Lisboa, aos 84 anos.

Em Julho de 1974, tomou posse como membro da Junta Governativa de Angola, que foi liderada pelo almirante Rosa Coutinho. Depois dos acontecimentos do 11 de Março de 1975, presidiu brevemente ao Conselho de Administração da RTP e, ainda em Março, assumiu as funções de ministro da Educação e Cultura do IV Governo Provisório (Março a Agosto de 1975) e depois do V Governo Provisório (Agosto e Setembro de 1975), ambos presididos pelo coronel Vasco Gonçalves.

O coronel José Emílio da Silva era licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico e, enquanto militar e cidadão, envolveu-se no



cumprimento do Programa do MFA e na defesa dos valores da Liberdade e da Democracia.

O coronel José Emílio da Silva era Sócio Fundador da Associação 25 de Abril.

REGISTAMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTESS ASSOCIADOS:

Nuno José Varela Rubim
José Dionísio dos Santos Raposo
José Ferreira Pereira Dourado
José Manuel Dourada Mendes
José Emílio da Silva
João Baptista Rodrigues Videira

Sócios Efectivos

João Jorge Alves Araújo

António Manuel Marques Lopes
Mário Dujisin
Maria Virgínia Rodrigues
José Joaquim M. Rolim
António de Jesus Sena

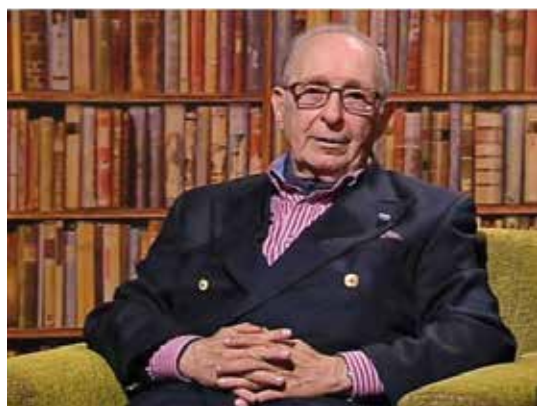
Apoiante

Manuel Carlos Guerra da Cruz

LUÍS MANUEL ALVES DE FRAGA (1941-2024)

PARTIU UM VERDADEIRO HUMANISTA

Adelino Costa



OFICIAL SUPERIOR DA FORÇA AÉREA, o coronel Luís Alves de Fraga faleceu no dia 27 de Agosto, no Hospital das Forças Armadas, em Lisboa, de onde era também natural, tendo-se distinguido como militar e como académico.

Frequentou o Instituto Militar dos Pupilos do Exército (IPE), de 1954 a 1961, ano em que ingressou na Academia Militar, onde terminou o curso de Administração Aeronáutica, em Novembro de 1965.

Cumpriu duas comissões de serviço em Moçambique em 1966-1969 e em 1973-1975.

Foi nomeado professor do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea e, quatro anos depois, assumiu as funções de professor da Academia da Força Aérea, onde terminou a sua carreira militar. Foi membro do Conselho Científico da

Comissão Portuguesa de História Militar, sócio efectivo da Revista Militar e, em 2010, recebeu o Prémio Defesa Nacional.

O coronel Alves de Fraga era licenciado em Ciências Político-Sociais e Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Em 2009 concluiu um doutoramento em História na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), apresentando a tese “Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os Dois Segmentos da Política de Guerra na 1.^a República, 1916-1918”, que teve a classificação de “Excelente”. Durante 25 anos exerceu funções docentes na UAL, na qual integrou durante seis anos os Conselhos Científico e Pedagógico.

Dedicou-se à História, consagrando a sua investigação, em especial, à participação portuguesa na Grande Guerra, tendo publicado vários livros e mais de uma centena de artigos em revistas da especialidade.

Segundo um seu contemporâneo “era uma personalidade ímpar: historiador e estudioso compulsivo, de uma verticalidade e honestidade intelectual a toda a prova, um verdadeiro humanista, com quem era um prazer conversar e mesmo polemizar, mesmo com ideias diferentes das suas”.

O coronel Alves de Fraga era Sócio Fundador da Associação 25 de Abril.

CELESTE CAEIRO (1933-2024)

MULHER DE VALORES CÍVICOS E DEMOCRÁTICOS



António Cotrim, Lusa

MORREU, COM 91 ANOS, Celeste Caeiro, a mulher que, no dia 25 de Abril de 1974, transformou as armas em jarras de flores. Natural de Lisboa, a “Senhora dos Cravos”, sócia da Associação 25 de Abril, morreu, no dia 15 de novembro, no Hospital de Leiria, devido a problemas do foro respiratório.

Passada à História como “Celeste dos Cravos”, a Celeste Caeiro teve a felicidade de haver decidido oferecer cravos vermelhos aos soldados do MFA, no dia 25 de Abril, no decorrer da operação “Viragem Histórica”, tendo, assim,

contribuído para a criação de um dos principais símbolos desse dia inicial, inteiro e limpo. Mulher de valores cívicos e democráticos, Celeste Caeiro assumiu sempre, de forma modesta e digna, o papel e o lugar que a História lhe reservou e Abril eternizou.

Aos seus familiares, nomeadamente à filha e à neta, mas também a todos os amigos, as nossas profundas e sentidas condolências e a nossa inteira solidariedade.

À Celeste, um até sempre, com um forte e amigo abraço de Abril.

HOMENAGEM A JOSÉ MANUEL CONSTANTINO

Morreu, no dia 11 de agosto, José Manuel Constantino, presidente do Comité Olímpico de Portugal. Tinha 74 anos. *O Referencial* já o mencionou na última edição, num pequeno parágrafo, pelo que a verdadeira e justa homenagem surge agora com a colaboração do Grupo da Linha da A25A

MANUEL RODRIGUES*

SE HOUVE SECTOR da vida nacional que se deu bem com o 25 de Abril (e com o MFA) foi o da Educação Física e Desporto. O que quer dizer que a Associação 25 de Abril e o professor José Manuel Constantino estavam fadados para, mais cedo ou mais tarde, se encontrarem. O que aconteceu, quando o agora falecido presidente do Comité Olímpico de Portugal (COP) ainda estava ligado à então Federação Portuguesa de Halterofilismo.

Mas foi a partir da altura em que, com outras organizações, fundámos a Organização Festa Jovem, que esse relacionamento se ampliou e aprofundou.

Dessa longa e frutuosa colaboração, devem destacar-se dois momentos.

ANO EUROPEU DA EDUCAÇÃO PELO DESPORTO

O Parlamento Europeu (PE) decidiu declarar 2004 como o “Ano Europeu da Educação pelo Desporto” e o professor Constantino foi nomeado presidente da Comissão de Coordenação Nacional, criada no nosso País, para dar seguimento à decisão.

Foi no âmbito desse evento, e com a sua activa participação, que a Organização Festa Jovem levou a cabo uma importante sessão na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), presidida, na altura, por Joaquim Marreiros.

Apresentada e coordenada pelo coronel Pinto Soares, teve, entre outras, duas intervenções

de destacada importância. Uma do professor Constantino, sobre o tema “Educação pelo Desporto”; e outra de Juan Diaz, então treinador de voleibol em Portugal, explicando como a Educação Física e o Desporto são componentes fundamentais e indissociáveis do sistema de ensino cubano.

IMPACTO DO 25 DE ABRIL NO DESPORTO EM PORTUGAL

Em 2014, nos 40 anos do 25 de Abril, a Comissão Organizadora da Festa Jovem considerou que seria oportuno avaliar até que ponto a Revolução dos Cravos influenciara, e como, o sector desportivo em Portugal. Decidiu, por isso, realizar um fórum, na organização do qual participaram várias dezenas dos que foram os principais construtores do Desporto de Abril, desde o secretário de Estado, Avelãs Nunes, e o director-geral, Melo de Carvalho, aos mais anónimos praticantes, treinadores e dirigentes. Para a sua organização, foi valiosa a colaboração de várias entidades: a Faculdade de Motricidade Humana, em cujas instalações se realizou o fórum, então dirigida pelo professor Alves Diniz; a Confederação dos Desportos de Portugal (CDP), presidida pelo professor Carlos Paula Cardoso, a qual também escolheu para tema da sua Gala do Desporto desse ano “Abril e o Desporto”; a Comissão de Educação Física e Desporto Militar, presidida pelo coronel Mário Teixeira de Sousa.

E, acima de tudo, deve salientar-se a imprescindível disponibilidade do Comité Olímpico de Portugal e a empenhada participação pessoal

do seu presidente, o professor José Manuel Constantino. Aliás, foi na sede do COP que se realizaram as reuniões preparatórias, de planeamento e de organização do fórum.

O fórum foi aberto pelo professor Alves Diniz e apresentado e conduzido pelo general Pezarat Correia, em representação da Associação 25 de Abril, com intervenções de grande interesse e de elevada qualidade, de que se destacam “Democratização da Prática Desportiva”, pelos professores Vasconcelos Raposo e Rogério Mota; “Desporto para Deficientes”, pelos professores Jorge Vilela de Carvalho e Leonor Moniz Pereira; “Desporto nas Forças Armadas”, pelos coronéis Henrique Maurício e Teixeira de Sousa; “Ensino e Formação”, pelos professores José Curado, Carreiro da Costa e Carlos Neto; “Olimpismo e Desporto Federado”, pelos professores Carlos Cardoso e José Manuel Constantino.

O fórum incluiu, no final, uma parte artística, com poesia, a cargo do Teatro Lurdes Norberto, de Linda-A-Velha, representado pelo encenador Armando Caldas e pelo actor Miguel de Almeida.

Nestes tempos, em que as cúpulas desportivas e olímpicas que imperam a nível mundial se vão atolando em escandaloso descrédito de um mercantilismo amoral e sem ética, vai fazer-nos falta a palavra serena, mas sempre oportuna, do professor José Manuel Constantino, a quem prestamos uma profunda homenagem.

*Capitão de Abril, membro do “Grupo da Linha” da A25A

MEDALHA PARA DISTINGUIR **HERÓIS DO 25 DE ABRIL**



O modelo da Medalha Comemorativa da participação nas ações militares do dia 25 de Abril de 1974 consta de um anexo ao Decreto Regulamentar 2/2024, de 26 de Janeiro

Os interessados na condecoração, ou os seus familiares, podem requerer a atribuição da medalha através de um requerimento, anexo ao decreto regulamentar, dirigido ao Presidente da República

POR OCASIÃO DO 50.º aniversário do 25 de Abril, foi publicado o Decreto Regulamentar 2/2024, de 26 de janeiro, que criou a Medalha Comemorativa da participação nas acções militares do dia 25 de Abril de 1974.

Lê-se no preâmbulo do documento: “Assinalando-se [...] os 50 anos da Revolução dos Cravos, cumpre reconhecer e celebrar os que nela tiveram um papel ativo e se notabilizaram por feitos cívicos e serviços prestados à causa da Democracia e da Liberdade, não podendo deixar de se assinalar de forma digna e expressiva esta data de relevante interesse nacional”.

Assim, o “Presidente da República, (...) após iniciativa da Associação 25 de Abril, apresentou ao Governo a proposta de criação de uma Medalha Comemorativa da participação nas acções militares do dia 25 de Abril de 1974, que traduzirá o apreço público e o reconhecimento dos que participaram nestes eventos e moldaram a história recente de Portugal”.

A proposta presidencial foi acolhida pelo Governo de António Costa que aprovou a criação da Medalha Comemorativa que pode ser atribuída aos militares, independentemente do ramo das Forças Armadas ou posto, que participaram ativamente nas acções que resultaram na Revolução do dia 25 de Abril de 1974.

A A25A tem procurado que os participantes que tiveram acção relevante na conspiração e na acção militar de 25 de Abril de 1974 sejam condecorados com a Ordem da Liberdade. Po-

rém, desde há muito tempo, a A25A também defendeu que aos restantes participantes fosse atribuída uma Medalha Comemorativa de participação, o que veio a ser consagrado através do referido Decreto Regulamentar.

De acordo com esse documento, os interessados, ou os seus familiares, podem requerer a atribuição da referida medalha através de um requerimento e formulário anexo à regulamentação, dirigido a Sua Excelência, o Presidente da República, por email para medalha25abril@presidencia.pt, ou por via postal para:

Presidência da República, Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas, Palácio Nacional de Belém, Calçada da Ajuda, 1340-022 Lisboa.

A competência para a atribuição da medalha pode ser exercida por iniciativa própria do Presidente da República, mas também por proposta do Governo, ou da A25A.

Assim, tendo em vista a simplificação do processo, a Direcção da A25A decidiu apoiar as propostas que lhe sejam dirigidas pelos comandantes das forças envolvidas. Nestas circunstâncias, os militares que comandaram forças no dia 25 de Abril de 1974, podem encaminhar para a A25A as respectivas propostas dos militares que estiveram sob o seu comando nesse dia, com a indicação da acção concreta desenvolvida.

Para além da concordância do próprio, a proposta deverá incluir os elementos de identificação dos propostos, bem como a indicação dos seus contactos telefónicos e/ou electrónicos.



Direitos reservados

Grupo viajou entre os dias 28 de outubro e 7 de novembro de 2024, com a agência Pinto Lopes Viagens

DESLUMBRANTE VIAGEM AO EGITO

Sócios e amigos da Associação 25 de Abril realizaram uma viagem de sonho à terra dos Faraós tendo visitado os principais monumentos da antiguidade egípcia e alguns ambientes do cotidiano atual

ANTÓNIO DA SILVA GORDO*

A IDEIA DE UMA VIAGEM ao Egito depressa despertou o interesse de muitos membros e amigos da A25A. Foi alimentada durante mais de um ano e várias vezes adiada à espera de

que o novíssimo Grande Museu Egípcio fosse inaugurado. Finalmente foi agendada para o período de 28 de outubro a 7 de novembro de 2024, com a agência Pinto Lopes Viagens.

Soubemos, poucos dias antes da partida, por sorte, que o referido museu abria 12 secções, mesmo sem a inauguração formal. Foi um programa culturalmente muito rico, contemplando os principais monumentos da antiguidade egípcia ou com ela relacionados e alguns ambientes do quotidiano egípcio atual.

A VIAGEM

Assim, começámos por Alexandria, com visita panorâmica à cidade, em particular à imponente Fortaleza de Qaitbay (no local do célebre Farol de Alexandria), ao Anfiteatro e à moderníssima Biblioteca Alexandrina.

Seguimos para Luxor, onde visitámos dois dos mais emblemáticos templos da antiguidade egípcia: o de Karnak e o de Luxor. A sua grandiosidade e bom estado de conservação causam uma impressão inolvidável.

Iniciámos então uma longa etapa da viagem, embarcando no navio *La Traviata*, para um cruzeiro de cinco dias até Assuão, com paragens em Esna, Edfu e Kom Ombo. Antes do embarque, porém, um voo de balão (opcional) brindou os que a ele se aventuraram com o espetáculo deslumbrante do nascer do sol sobre o Vale dos Reis e templos das margens do Nilo. Seguiu-se a visita de todo o grupo ao Vale dos Reis, com entrada em três túmulos, incluindo o de Tutancamon.

Invulgar e deslumbrante é também o majestoso Templo de Hatshepsut, em Deir El Bahari. E que dizer dos Colossos de Memnon, nas suas esmagadoras mil toneladas cada?

Já em Edfu, visitámos um dos monumentos

mais antigos e bem conservados do Egito: o Templo de Edfu, e o Templo de Kom Ombo, o único templo duplo, dedicado a Hórus e Sobek. Em Assuão, fim do cruzeiro, continuámos de autocarro até Abu Simbell, para uma visita a dois templos notáveis: o de Ramsés II e o de Hathor.

Complementando as visitas ao património histórico, tivemos a oportunidade de fazer um passeio numa “faluca” (barco típico) pelo lago Nasser e de conhecer uma aldeia núbia, onde pudemos apreciar o modo de vida deste povo, as casas e o artesanato.

Terminámos o percurso por esta região com a visita a outro monumento inesquecível - o Templo de Philea.

De regresso ao Cairo, e para terminar com chave de ouro, preenchamos os últimos dias com alguns dos mais emblemáticos pontos de interesse turístico e cultural do Egito, a começar pelas Pirâmides de Gizé, a Esfinge e templos próximos.

Seguiram-se duas mesquitas históricas e os três mais importantes museus: o Museu Egípcio do Cairo, o Museu Nacional da Civilização Egípcia e o novíssimo e incomparável GEM (Grande Museu Egípcio). Neste último, a primeira nota de admiração e agrado foi para a arquitetura vanguardista do edifício, consensualmente belo, enorme e funcional.

A PARTILHA

Com este riquíssimo e variado programa, já era de esperar uma avaliação muito positiva, a julgar pelas muitas opiniões expressas durante



Direitos reservados

Pirâmides de Gizé – um dos mais emblemáticos pontos de interesse turístico e cultural do Egito

esses dias e até no espaço de partilha “Os Egípcios”, grupo criado no WhatsApp. É de inteira justiça uma nota de louvor e reconhecimento para os nossos guias: o Gabriel Vieira (Pinto Lopes Viagens) que nos acompanhou desde e até Lisboa, pela sua incansável atenção, simpatia, competência e discrição; e o Rami, nosso guia local, pelo invulgar profissionalismo, simpatia pessoal, um certo humor e muito saber, sempre convenientemente adequado ao público e às circunstâncias.

A excelente experiência desta viagem é justo

crédito para a A25A, que teve a iniciativa, e um inequívoco estímulo para as futuras. Decerto, estaremos todos atentos e prontos para ler outras páginas deste maravilhoso livro que é a nossa Terra.

* Professor aposentado de Línguas e Literaturas da Escola Superior/Politécnico de Leiria, amigo da A25A

Nota de edição: O texto completo e as respectivas fotografias são publicadas no Referencial 155, Suplemento online, na página da A25A.

UM EU QUE SE TRANSFORMOU EM NÓS



Direitos reservados

Na apresentação do livro, da esquerda para a direita, Carlos Matos Gomes, Lúcia Jorge, Vasco Lourenço, Aniceto Afonso e Dulce Afonso

Apresentadas ao público duas obras de Aniceto Afonso, diretor d' "O Referencial"

O CORONEL ANICETO AFONSO, Capitão de Abril e diretor d' *O Referencial*, apresentou duas autobiografias no dia 12 de novembro na Associação 25 de Abril (A25A): uma em poesia e outra em prosa, ambas para devolver ao mundo as memórias, os silêncios, os esquecimentos e os segredos de uma vida. A sessão de apresentação decorreu no auditório da instituição repleto de amigos e de familiares.

Viagem de um Capitão de Abril é a obra em prosa que, segundo a escritora Lúcia Jorge, apresenta "um arco" da vida do autor. "Aniceto Afonso escreve sobre si próprio, descreve a sua vida, faz-se renascer, diz-nos que a sua vida tem um sentido, e que vale a pena". Aniceto Afonso, nesta viagem de historiador e testemunha do próprio tempo, "historiador de um tempo crucial", "fez renascer a sua própria vida", sublinhou a escritora.

A ideia de “escrever para renascer” tinha sido já antes veiculada pelo Capitão de Abril e escritor, Carlos Matos Gomes, que, tal como Lúcia Jorge, falou sobre os livros divulgados naquele dia, sendo também autor do prefácio da *Via-gem de um Capitão de Abril*.

Carlos Matos Gomes caracterizou Aniceto Afonso como “alguém de uma enorme exigência e rigor”, de “uma rara sensibilidade”, considerando esta característica bem patente nos desenhos que fez para o livro de poesia intitulado *Este eu que eu sou, não sou eu*. Apesar do enigmático título, Carlos Matos Gomes garante que o diretor d’O Referencial sempre se pautou pelo rigor ético, por valores, “pelo dever ser”, um exemplo da Geração da Ruptura que, com os demais capitães de Abril, tão bem representa. Ele sempre foi, sublinhou, “o adulto da sala”, “capaz de resistir, mas sobretudo de agir”. O livro de poesia foi apresentado por Dulce Afonso, filha do autor, tendo destacado, de seu pai, a “luz do caminho”, para ela e para a irmã, a alegria de viver, e, também, a “verticalidade” e o “sentido de liberdade”. Reconhecendo ser difícil falar do próprio pai, Dulce Afonso disse ter visto na referência da sua vida “uma ideia para a família, para a humanidade, para o cosmos”.

Aniceto Afonso fechou o ciclo de intervenções considerando a sua obra como um devolver aos outros a vida que dos outros também recebeu. Explicou que a existência realiza-se em quatro dimensões que são as “gavetas” do tempo: as lembranças; os esquecimentos; os silêncios; os segredos. Tudo isto, explicou, foi agora com-

pilado em dois livros, em prosa e em poesia, livros “indissociáveis”, observou. “Tudo o que era meu é agora também vosso”, rematou, admitindo que “a viagem de cada um, de nascente a poente, é sempre complexa”.

Depois destas palavras, de uma vida que é obra, Aniceto Afonso endereçou os agradecimentos às pessoas mais significativas da sua existência. O presidente da A25A, Vasco Lourenço, logo no início agradeceu a

presença de todos, confessando que a proximidade a Aniceto Afonso, na vida profissional e pessoal, dificultava a objetividade dos comentários. “O sentimento é muito grande”, explicou, agradecendo ao coronel, diretor d’O Referencial, a vida que disponibilizou ao serviço da liberdade de todos os portugueses.



“VIAGEM DE UM CAPITÃO DE ABRIL”

Aniceto Afonso é também um historiador de referência no domínio da História Contemporânea

ADELINO RODRIGUES DA COSTA*



NA GALERIA DE HISTORIADORES que têm deixado testemunho do processo que “antes, durante e depois” do 25 de Abril de 1974, permitiu o reencontro dos portugueses com a Liberdade e a Democracia, destaca-se o nome de Aniceto Afonso que, com a *Viagem de um Capitão de Abril* (Edições Colibri, Lisboa, 2024, 301 páginas) nos veio dar mais um contributo para a compreensão da nossa história recente. Coronel do Exército da Arma de Artilharia, com comissões de serviço em Angola e Moçambique, Aniceto Afonso é também um historiador de referência no domínio da História Contemporânea. Depois de um importante conjunto de obras publicadas que são incontornáveis para o conhecimento da nossa história recente, entendeu relatar-nos o seu percurso de vida, o seu “descontentamento subterráneo” e a forma como atingiu “os limites insuportáveis” que o conduziram, juntamente com muitos outros dos seus camaradas, “ao dia do nosso contentamento, a 25 de Abril de 1974”.

De leitura fácil, muito atrativo e revelador de uma boa memória do autor, a *Viagem de um*



CONVITE | LANÇAMENTO

A Associação 25 de Abril, o Autor e as Edições Colibri têm o prazer de convidar V.^o Ex.^a para a cerimónia de apresentação do livro

VIAGEM DE UM CAPITÃO DE ABRIL
da autoria de **Aniceto Afonso**

Apresentação: **Lídia Jorge**

Na mesma sessão será também apresentado o livro de poesia
ESTE EU QUE EU SOU, NÃO SOU EU

Dia 12 de Novembro de 2024 (3.^a f.), às 18h na Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, n.º 95 – Lisboa

Capitão de Abril é um documento que retrata um percurso pessoal, no qual se pode rever toda uma geração que, com ele pode afirmar: “fizemos o que era necessário fazer, abrimos as portas à Liberdade”.

A *Viagem de um Capitão de Abril* foi apresentada no dia 12 de Novembro por dois escritores, respectivamente Lídia Jorge, Conselheira de Estado, e Carlos Matos Gomes, Capitão de Abril. A atestar a importância cultural do lançamento desta obra, o Fórum Salgueiro Maia da A25A esteve repleto de amigos e admiradores de Aniceto Afonso.

ESTE EU...

Na mesma altura foi também apresentado um pequeno livro de poemas e de desenhos do mesmo autor, com o título *Este Eu Que Eu Sou*,

Não Sou Eu (Edições Colibri, Lisboa, 2024, 146 páginas) livro em que o autor nos apresenta alguns aspectos do seu percurso de vida, das suas vivências e do seu pensamento, através de poemas que escreveu entre 1967 e 2023. O livro é enriquecido com 25 ilustrações do autor.

O texto de abertura e de apresentação da obra, assinado pela sua filha Dulce Afonso, sintetiza muito do carácter, verticalidade e sensibilidade cultural do autor, designadamente quando escreve que “está tudo aqui, dentro destas páginas”.

De entre os poemas publicados destaca-se Abril – Liberdade, no qual certamente se revêem muitos dos leitores d’*O Referencial*.

*Membro da Direcção da A25A

ABRIL – LIBERDADE

ANICETO AFONSO

Abril é um mês que ressoa na minha vida.
Abril deixou de ser um mês e representa o sentir que me enche.

Abril é a minha essência,
o ponto de onde vêm os meus amigos,
o encontro da minha geração.
Afinal é apenas um dia,
mas um dia que se estende pelo tempo infindo.

Abril é um sonho, uma emoção,
uma aventura, um compromisso.
Abril concentra as linhas que partiram de várias lonjuras
e espalha no futuro o perfume das múltiplas magias que soube criar.

Vivo Abril como Liberdade e dou-lhe o sentido da minha vontade,
não o confundo com a primavera,
nem com o ano de onde vem.

Abril é o meu novo mundo,
convicção do meu ser profundo,
ideia que exige empenho,
que não permite devaneios.

Abril são respostas às perguntas que fizemos,
são horas que nos trouxeram ao caminho em que estamos.
Abril, agora, somos nós.
Abril é a vida que nos resta.



Direitos reservados

Da esquerda para a direita, Fátima Lopes Cardoso, Aniceto Afonso, Vasco Lourenço e Dulce Afonso

APRESENTAÇÃO DE **O REFERENCIAL**

Número 154 da revista foi divulgado ao público no dia 9 de outubro na Associação 25 de Abril

A 9 DE OUTUBRO foi apresentado *O Referencial*, a revista de divulgação e informação da Associação 25 de Abril (A25A). Tratou-se do número 154, especialmente dedicado às comemorações dos 50 anos da Revolução dos Cravos, com o que de mais significativo se assinalou em Portugal e no mundo inteiro. A ses-

são iniciou-se por volta das 16 horas, na sede da instituição, com as boas-vindas dadas pelo presidente da direção da A25A, coronel Vasco Lourenço.

Tratando-se de um órgão de informação sem fins lucrativos, a revista vai sendo ajudada por diversos patrocinadores. Na apresentação este-

ve Carlos Beato, do Montepio Geral, uma das entidades apoiantes, tendo sido saudado por Vasco Lourenço que agradeceu e incentivou outras instituições a serem parceiras na defesa dos valores de Abril.

O coronel evocou a liberdade e a democracia como as grandes conquistas da Revolução, recordando as primeiras eleições livres realizadas a 25 de Abril de 1975, com a participação de 6,2 milhões de eleitores, a maior adesão de sempre em atos do género em Portugal. Depois, a Revolução conduziu ao que considera ser o feito maior na transformação de Portugal: a Constituição de 1976. “O caminho continua, mas os desafios para que a democracia e a liberdade permaneçam parecem cada vez mais complicados”, observou o presidente da A25A. O diretor *d’O Referencial* tomou a palavra para lembrar que pela primeira vez a revista era apresentada já depois de os subscritores a terem recibo em casa. O contexto apresentava-se, pois, favorável à simplificação da apresentação dos conteúdos, com destaque para as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. “As comemorações surpreenderam toda a gente”, disse o coronel Aniceto Afonso, frisando que agora “todos somos arautos da liberdade”. E sublinhou: “O 25 de Abril de 1974 faz parte de uma corrente imparável de transformação da sociedade. Nenhum outro acontecimento o poderá destronar, nem substituir, nem sequer aceitarmos essa hipótese”.

Em seguida, dirigiu uma saudação especial a Henrique Garcia, jornalista que depois diria alguns poemas, e a Vítor Sarmiento, compositor

e músico que também elevou a apresentação da revista com algumas canções. Saudados foram ainda os estudantes da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), estando ali presentes os autores de alguns dos textos, como foi o caso de Diana Martins e Margarida Velez Dias, com “A Revolução que tardou em chegar” – reportagem sobre a Revolução de 1974 na ilha da Madeira. Maria Velez Dias, tomando a palavra, disse: “É fundamental que não esqueçamos o significado do 25 de Abril. É uma oportunidade para refletir sobre os valores que nos unem enquanto sociedade: liberdade, democracia e justiça não são garantias, mas conquistas que devemos cuidar e defender diariamente.”

Diana Martins, acrescentou: “Não estaríamos aqui se não fosse a Revolução dos Cravos e os Capitães de Abril. Não podemos deixar que a luta do povo português caia no esquecimento. Que continuemos a lutar pela nossa liberdade, pelos nossos direitos, pela democracia. Está nas nossas mãos continuar o que os nossos antepassados começaram.”

A estudante Maria Inês Rocha, autora do texto “A Imprensa como arma de Guerra” – um trabalho com jornalistas sobre a transição da ditadura para a democracia -, salientou: “O 25 de Abril não pode ser reduzido a uma mera data no calendário. Portanto, é um privilégio fazer parte deste grande projeto que celebra constantemente o marco histórico e que mantém acesa a chama da democracia e da liberdade.”

Com as estudantes, fazendo parte da mesa de oradores, encontrava-se a professora Fátima



Direitos reservados

Dulce Afonso entrega o diploma de colaboração na revista às estudantes Diana Martins e Margarida Velez Dias



A estudante Maria Inês Rocha também recebeu das mãos de Dulce Afonso o diploma de colaboração

Lopes Cardoso que também escreveu o texto “25 de Abril: O dia mais longo da vida dos portugueses”.

A professora invocou a parceria da Escola com *O Referencial*, existente há já três anos - desde o número 146 – frisando que se tem revelado um importante contributo para que Abril se mantenha vivo no pensamento e nas convicções dos jovens estudantes. “Trazer os jovens para Abril é muito importante”, disse, sublinhando: “Estes autores, futuros jornalista, provam que

há esperança”. A qualidade dos textos, das investigações, e o empenho de cada um, foram igualmente enaltecidos.

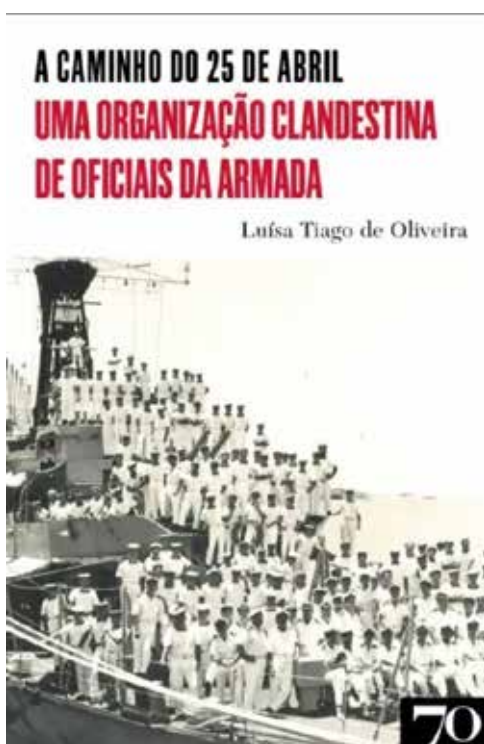
O diretor da revista agradeceu os contributos de todos os colaboradores, e convidou a assistência a estar presente no dia 12 de novembro, naquele mesmo local, pelas 18h00, data em que iriam ser apresentados dois livros da sua autoria: “Viagem de um Capitão de Abril”, da Colibri, e um livro de poemas “Este Eu que Eu Sou, Não Sou Eu”, com prólogo da Dulce Afonso.

O PROCESSO CONSPIRATIVO DA MARINHA

Luísa Tiago de Oliveira, doutora em História pelo ISCTE, publicou estudo sobre a rede clandestina dos oficiais da armada

O PROCESSO CONSPIRATIVO que conduziu ao 25 de Abril de 1974 resultou da insatisfação profissional dos capitães do Exército, mas também da apreciação que fizeram do estado do país e da intransigência política do regime que recusava quaisquer soluções para a guerra colonial, que se arrastava há mais de dez anos. Com a sua dimensão, a sua larga implantação no território nacional e, sobretudo, a sua experiência operacional adquirida em África, só o Exército poderia ser o motor da conspiração que levou à queda do regime. Assim aconteceu. A Marinha teve uma participação empenhada, mas discreta, no processo conspirativo e nas acções militares do dia 25 de Abril, mas teve um papel muito activo no processo de transição para a democracia.

Luísa Tiago de Oliveira, doutora em História pelo ISCTE e professora na mesma instituição universitária, estudou o assunto e publicou *A Caminho do 25 de Abril - Uma Organização Clandestina de Oficiais da Armada*, no qual revela a existência desde finais dos anos 1960 de uma rede clandestina de oficiais da Armada que, intervindo no campo das actividades culturais do Clube Militar Naval, contribuiu para a sensibilização e para o esclarecimento político dos oficiais mais jovens.



A obra foi apresentada no dia 10 de Outubro de 2024 nas instalações do Clube Militar Naval pelo Professor Sérgio Campos Matos e pelo Almirante Martins Guerreiro, membro da A25A.

GERAÇÃO D

DA DITADURA À DEMOCRACIA

Neste ano de 2024, Carlos de Matos Gomes decidiu publicar as suas memórias

CARLOS DE MATOS GOMES é, simultaneamente, um capitão de Abril e um autor de sucesso, tanto no campo do ensaio histórico em parceria com Aniceto Afonso, como também no campo da ficção, em que utiliza o nome de Carlos Vale Ferraz como pseudónimo literário.

O seu romance *Nó Cego* publicado em 1983 é, porventura, a sua obra mais conhecida e, ao mesmo tempo, uma referência na ficção literária sobre a guerra colonial. Além disso, Carlos de Matos Gomes é um cidadão activo com intervenção cívica no espaço público, com a publicação de textos de opinião em diferentes suportes.

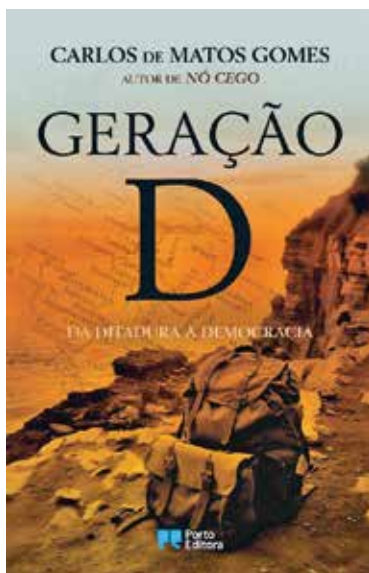
Neste ano de 2024, decidiu publicar as suas memórias, fazendo-o de uma forma criativa e original ao associar o seu próprio percurso de vida aos percursos de uma ge-

ração que viveu sob uma ditadura intolerante e retrógrada, que se viu obrigada a fazer escolhas

entre fazer uma guerra em África contra os “ventos da mudança” que sopravam por todo o mundo, ou optar pelo exílio num qualquer país europeu. As suas memórias são, ainda, a história dos que combateram na guerra colonial e que tiveram a coragem e a oportunidade de participar no movimento libertador do 25 de Abril de 1974.

Carlos de Matos Gomes escolheu como título da sua obra *Geração D – Da Ditadura à Democracia* e trata da geração que conspirou para o derrube da ditadura salazarista e que criou as

condições para o reencontro de Portugal com a sua História, através da Democratização, da Descolonização e do Desenvolvimento.



SPÍNOLA CONTRA OS VENTOS DA HISTÓRIA

Livro do falecido jornalista Carlos Santos Pereira é um importante contributo para conhecer melhor o percurso militar e político do general António de Spínola

CARLOS SANTOS PEREIRA (1950-2021) foi o jornalista durante cerca de quarenta anos com actividade em vários jornais, rádios e televisões, mas porque tinha uma Licenciatura e um Mestrado em História, cultivou sempre uma visão histórica na sua vida profissional. Especializou-se em Política Internacional, sobretudo nas conjunturas do Leste europeu, tendo publicado vários livros, designadamente sobre o fim da Jugoslávia e a nova ordem europeia pós-queda do Muro de Berlim.

A descolonização portuguesa também lhe despertou interesse, em especial, a figura do general António de Spínola, sobre o qual escreveu *O general Spínola e a Guiné – Contra os ventos da História*, que veio a ser publicado já depois da morte do jornalista, por iniciativa de um grupo de amigos. O livro analisa o percurso do chefe militar que se dis-

tinguiu como Governador e Comandante-chefe na Guiné, que percebeu que a guerra não tinha solução militar e que entrou em ruptura com o regime de Marcelo Caetano, sobretudo depois de ter procurado uma saída para a guerra na Guiné, através da intermediação do presidente do Senegal Leopold Senghor. Escolhido pelo MFA para a JSN, tornou-se o primeiro Presidente da República depois do 25 de Abril, mas veio a envolver-se no MDLP [organização contra-revolucionária apelidada de Movimento Democrático de Libertação de Portugal] e a conspirar activamente contra o regime demo-

crático. Foi um militar corajoso e determinado, mas também foi uma figura política controversa, polémica e contraditória. O livro de Carlos Santos Pereira é um importante contributo para conhecer melhor o percurso militar e político do general Spínola.



UM OLHAR DE PORTUGAL PARA O MUNDO

José Rebelo e Maria Inácia Rezola lançaram em Paris “La Révolution des oeillets - Du pouvoir populaire au pouvoir révolutionnaire. Regard d'un correspondant du Monde au Portugal”

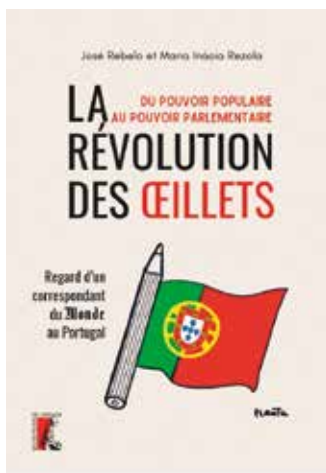
NO AUDITÓRIO DO JORNAL *Le Monde*, em Paris, foi lançado no passado mês de Abril o livro *La Révolution des Oeillets – Du pouvoir populaire au pouvoir révolutionnaire. Regard d'un correspondant du Monde au Portugal* [A Revolução dos Cravos – Do poder popular ao poder revolucionário. Olhar de um correspondente do “Le Monde”, em Portugal], da autoria de José Rebelo e de Maria Inácia Rezola, editado pela “Éditions de l’Atelier”.

Dedicado a António Marques Júnior, “un des plus jeunes des jeunes capitaines d’Avril” [Um dos mais jovens dos jovens capitães de Abril], como se pode ler numa das páginas de abertura, este livro debruça-se sobre os acontecimentos ocorridos durante os anos de 1975 e 1976, das ocupações e gestão colectiva de empresas e grandes propriedades agrícolas até à formação do primeiro Governo de base parlamentar e à eleição do primeiro Presidente da República por sufrágio universal.

Durante os 16 anos em que exerceu as funções de correspondente permanente do *Le Monde* em Portugal, José Rebelo assinou cerca de um

milhar de artigos dos quais mais de duzentos durante o período referido. Destes foram seleccionados 53, apresentados em fac-símile e enquadrados historicamente por Maria Inácia Rezola. Com mais de 400 páginas e de notas de rodapé, o livro, prefaciado por José Barata-Moura, pretende constituir uma referência para todos os interessados em analisar de perto uma das revoluções que mais curiosidade despertaram em todo o mundo contemporâneo. Por outro

lado, ele permite leituras em paralelo de um mesmo acontecimento que é narrado sob a forma de texto jornalístico, imediatista, e sob a forma de discurso histórico, marcado pela distância temporal.



ESPAÇO MEMÓRIA DA **CGTP-IN**



O novo Espaço Memória – Centro de Arquivo, Documentação e Audiovisual da CGTP-IN foi inaugurado a 1 de Outubro

COM A PRESENÇA DO Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, foi inaugurado no dia 1 de Outubro, data em que a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN) comemorou os seus 54 anos de existência, o novo Espaço Memória – Centro de Arquivo, Documentação e Audiovisual.

Esta iniciativa resultou de um contrato de comodato assinado entre a Câmara Municipal do Seixal e a CGTP-IN. O novo espaço cultural localiza-se nas instalações da antiga fábrica de cortiça da Mundet, no Seixal, destinando-se à preservação e gestão do património documen-

tal e museológico da CGTP-IN e assumindo-se como um centro de estudo, investigação, aprofundamento do conhecimento e de reflexão em torno da história do movimento operário e sindical.

As instalações fabris da Mundet têm uma forte ligação histórica ao mundo do trabalho e à sociedade do Seixal, por via da ligação à indústria corticeira, pelo que algumas centenas de pessoas marcaram presença na inauguração do novo espaço, incluindo antigos trabalhadores da fábrica corticeira.

A Associação 25 de Abril foi convidada e fez-se representar na inauguração deste Espaço Memória.

“OS ANOS DA GUERRA COLONIAL”

Publicação da autoria de Aniceto Afonso e de Carlos de Matos Gomes está agora disponível online, no sitio da A25A

PUBLICÁMOS *Os Anos da Guerra Colonial* em 2009, com a editora QuidNovi, tendo sido editados em 16 pequenos volumes de 128 páginas cada um, ao ritmo de um por semana.

A ideia surgiu na sequência do nosso livro *Guerra Colonial*, publicado em fascículos pelo *Diário de Notícias*, em 1997-98.

À época não existia uma cronologia da guerra. Nós, contudo, tínhamos elementos suficientes para desenvolver os conteúdos com a devida sucessão temporal, juntando também todas as informações disponíveis para abordar alguns assuntos mais marcantes. Por isso, os factos são quase sempre comentados e, por vezes, acompanhados de textos explicativos mais longos.

Para realizar a tarefa contámos com os nossos colaboradores David Martelo, Nuno Santa Clara Gomes e Josep Sánchez Cervelló, que já tinham trabalhado connosco em *Guerra Colonial*. Também desafiámos o nosso amigo João Tavares (Mestre em História), que por essa altura trabalhava no Arquivo Histórico Militar, a fazer um levantamento, por anos e teatros de operações, das unidades portuguesas mobilizadas para a guerra.

Foi um estudo muito apreciado, que ainda viria a ser editado em um só volume com mais de 800 páginas, mas bastante truncado.

Ambas as edições estão esgotadas há bastante tempo.

Decidimos agora ceder os direitos de autor à Associação 25 de Abril para publicação na sua página online, “por forma a que todos possam consultar estes conteúdos e servirem-se deles para saberem um pouco mais sobre esse longo e penoso acontecimento a que uma geração inteira de portugueses esteve ligada. E também à forma como aí se gerou o movimento que abria portas a uma grande mudança na sociedade portuguesa, em todos os sentidos.

Nada nos satisfaz mais do que esta oportunidade de contribuir para o conhecimento da nossa história recente e permitir o acesso a todos os interessados. Nós ficamos um pouco mais realizados, porque a nossa ideia de livros como base do conhecimento continua muito forte”.

Os autores
Aniceto Afonso
Carlos de Matos Gomes

Nota de edição: Obra disponível na página online da Associação 25 de Abril, em <https://a25a-bril.pt/>

A25A EVOCOU

O 28 DE SETEMBRO DE 1974

O dia em que se verificou uma tentativa de marginalizar o Programa do MFA e de inverter o rumo democrático e descolonizador da Revolução



Direitos reservados

No almoço estiveram presentes os cinco membros da Comissão Coordenadora do Programa do MFA, em exercício em 1974, respectivamente Nuno Pinto Soares, Carlos Almada Contreiras, Miguel Judas, José Gabriel Pereira Pinto e Vasco Lourenço, tendo a moderação das intervenções sido conduzida pelo historiador Francisco Bairrão Ruivo

A COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS do 25 de Abril de 1974, o dia que abriu as portas à Liberdade e à Democracia, com o apoio entusiástico do Povo português e o reconhecimento da comunidade internacional, não exclui que sejam

evocadas outras datas ou acontecimentos que marcaram um processo que se estendeu no tempo e que passou pela Conspiração, pela Acção Militar e pela Consolidação Democrática. Nesse sentido, a Associação 25 de Abril (A25A)

evocou com a devida dignidade algumas datas importantes do processo conspirativo, nomeadamente as reuniões de Alcáçovas, de Óbidos e de Cascais, que estruturaram o Movimento dos Capitães e criaram as condições para a acção militar de derrube do regime não democrático que então governava.

Porém, a comemoração aconteceu no dia 25 de Abril de 1974, que este ano foi assinalado por inúmeras manifestações de grande entusiasmo popular, de unidade e de coesão nacionais, mas também por boas memórias de um tempo de alegria e de esperança num futuro melhor para o país.

Depois de comemorar a Acção Militar, a queda da Ditadura e o fim da PIDE/DGS, que aconteceram no dia 25 de Abril, chegou o tempo da evocação das datas importantes da Consolidação Democrática, em que se destaca o 28 de Setembro de 1974, o dia em que se verificou uma tentativa de marginalizar o Programa do MFA e de inverter o seu rumo democrático e descolonizador.

Na anterior edição d'*O Referencial* (n.º 154/Julho a Setembro de 2024, pp.10-15) um texto assinado por Vasco Lourenço explica algumas das ocorrências desse dia, bem como as dificuldades de um percurso de consolidação democrática que se estendeu até Outubro de 1982.

A manifestação da “maioria silenciosa” prevista para aquela data, foi a face mais visível da tentativa de neutralizar o MFA, tendo-se traduzido na resignação do general António de Spínola do cargo de Presidente da República e, por escolha do Conselho de Estado, na designação do general Costa Gomes para o substituir.

**A MANIFESTAÇÃO
DA “MAIORIA SILENCIOSA”
PREVISTA PARA AQUELA
DATA, FOI A FACE
MAIS VISÍVEL
DA TENTATIVA
DE NEUTRALIZAR O MFA
TENDO-SE TRADUZIDO
NA RESIGNAÇÃO
DO GENERAL ANTÓNIO
DE SPÍNOLA DO CARGO
DE PRESIDENTE
DA REPÚBLICA**

A A25A evocou esta data no dia 26 de Setembro com um almoço-debate, e de convívio, muito participado, no qual estiveram presentes os cinco membros da Comissão Coordenadora do Programa do MFA, em exercício nessa data, ainda vivos e a residir em Portugal, respectivamente Nuno Pinto Soares, Carlos Almada Contreiras, Miguel Judas, José Gabriel Pereira Pinto e Vasco Lourenço, tendo a moderação das intervenções sido conduzida pelo historiador Francisco Bairrão Ruivo. Como excelente resumo e análise dos acontecimentos publicamos n' *O Referencial* 155 online, o texto apresentado pelo professor Bairrão Ruivo, a quem manifestamos a nossa gratidão pela sua participação. Ver em: <https://a25abril.pt>



António Cotrim, Lusa

SAUDAÇÃO AO 25 DE NOVEMBRO DE 1975

Associação 25 de Abril congratulou-se com a deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa, aprovada por grande maioria

VIVEMOS UM TEMPO a que se vem chamando a “era da desinformação”, isto é, um tempo em que milhões de pessoas estão expostas a notícias falsas, mentiras, distorções e argumentos falaciosos, intencionalmente criados

para enganar os cidadãos e moldar as opiniões públicas, contribuindo dessa forma para atingir objectivos menos sérios.

A sociedade portuguesa não está isenta dos efeitos deste problema, como se viu recente-

mente com a evocação do 25 de Novembro de 1975, promovida pela Assembleia da República, em que a manipulação dos factos se sobrepôs à verdade histórica, com fins político-partidários. Felizmente, há por vezes ações que conseguem repor os factos.

No dia 25 de Novembro de 2024 o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lisboa apresentou uma proposta para um “voto de saudação ao triunfo da Democracia no 25 de Novembro de 1975”, que veio a ser discutida e aprovada na sessão do dia 3 de Dezembro de 2024, dando origem a uma

deliberação, aprovada por grande maioria, e cujo teor se publica.

A Associação 25 de Abril congratula-se com a deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa, que revela um correcto conhecimento histórico dos acontecimentos ocorridos no dia 25 de Novembro de 1975. A deliberação aprovada constitui um contributo positivo para o esclarecimento da verdade e para a atenuação dos efeitos da desinformação que tem sido difundida sobre os acontecimentos daquele dia, que consolidou os ideais democráticos do 25 de Abril de 1974.

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

1. Saudar os homens e mulheres, as organizações e partidos políticos que no dia 25 de novembro de 1975 estiveram ao lado da democracia;
2. Saudar todos os militares que em 25 de novembro de 1975 reafirmaram o caminho democrático iniciado com o 25 de abril, designadamente, o então Comandante da Região Militar de Lisboa, Vasco Lourenço, o General Costa Gomes, Presidente da República que assumiu o Comando Supremo das Forças Militares, tendo imediatamente delegado os seus poderes em Vasco Lourenço, o General Ramalho Eanes, o Coronel Melo Antunes, que com inteligência e humanismo, procuraram evitar o confronto entre portugueses e recusaram a violência inútil, derrotando o aventureirismo esquerdista, e à direita os que pretendiam bombardear unidades militares por suspeitas de simpatia com os esquerdistas e ilegalizar o PCP;
3. Saudar 25 de novembro de 1975, como uma etapa no caminho de institucionalização de uma democracia representativa e pluralista, iniciado com o 25 de abril de 1974, que já fora reafirmado com as eleições para a Assembleia Constituinte, em 25 de abril 1975, e que tornou possível, a aprovação da Constituição da República portuguesa de 1976 e as primeiras eleições legislativas de 25 de abril de 1976;”
4. Dar conhecimento deste voto à Associação 25 de abril, ao Presidente da República e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

A25A HOMENAGEADA

PELA SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES



José Sena Goulão, Lusa

O presidente da Sociedade Portuguesa de Autores, José Jorge Letria, durante a cerimónia de entrega de prémios

Associação 25 de Abril foi galardoada com o Prémio de Consagração de Carreira

A SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES (SPA) tomou a decisão de atribuir à Associação 25 de Abril (A25A) o Prémio de Consagração de Carreira da cooperativa dos autores portugueses, em homenagem à qualidade da sua obra que engrandece e prestigia a cultura portuguesa.

Em comunicado, a SPA afirma que “esta distinção valoriza e engrandece a nossa memória do 25 de Abril de 1974, que tanto vos deve”.

O prémio será entregue no próximo dia 22 de Maio, em cerimónia comemorativa do Dia do Autor Português e do centenário da SPA.

O coronel Vasco Lourenço, presidente da Direcção da A25A, agradeceu ao presidente da Direcção da SPA o prémio atribuído, salientando a satisfação e a honra com que era aceite.

HÁ MAIS INFORMAÇÃO NO SUPLEMENTO ONLINE

ACOMPANHANDO ESTE NÚMERO d'O *Referencial* publicamos também o seu Suplemento online, fazendo aqui referência às colaborações que o compõem:

Sobre as comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril publicamos os seguintes textos:

- O discurso de Von Mik Josef, presidente da Câmara Municipal de Frankfurt, pronunciado durante as comemorações oficiais realizadas na sede da respectiva Câmara;
- A comunicação que a professora universitária Teresa Pinheiro apresentou na mesma cerimónia;
- O discurso do presidente da Câmara Municipal de Nanterre, aquando da inauguração da placa que deu nome, naquela cidade, à Praça 25 de Abril de 1974 (Place 25 avril 1974);
- As palavras proferidas por Nelson Santos, representante da A25A nas comemorações em Toronto.

No que respeita à sessão de evocação do 28 de Setembro feita na A25A, de que damos notícia neste número, publicamos o texto completo do professor Francisco Bairrão Ruivo, que moderou a mesa então constituída.

No tema “História e Memórias” publicamos um estudo do historiador Reto Monico sobre a forma como a situação em Portugal foi analisada pelo jornalista italiano Sandro Viola, e enviada e publicada pelo seu jornal *La Stampa*, em 27 de Março de 1974.

Na sequência publicamos um texto de opinião sobre alguns eventos levados a efeito em Oeiras, na relação deste concelho com o 25 de Abril, da autoria de Manuel Barão da Cunha, dinamizador dessas iniciativas.

No capítulo das homenagens, recuperamos um texto do nosso sócio Santos Coelho sobre o nosso camarada Luís Macedo, falecido em 2020, figura importante do Movimento dos Capitães e das operações do 25 de Abril.

Quando o nosso associado Franco Charais fa-

leceu, pedimos ao também nosso sócio João Menino Vargas um texto sobre o primeiro, por sabermos das suas relações próximas. Menino Vargas escreveu, mas acabou por falecer antes que ele pudesse ser publicado. Ao publicá-lo agora no formato online, *O Referencial* e a A25A prestam aos dois mais esta homenagem. Juntamos também uma nota sobre a homenagem prestada na Assembleia da República a

Mário Soares, por ocasião das comemorações dos seus 100 anos de idade, cerimónia para que a A25A foi convidada. Há também um texto mais completo, com fotos, sobre a viagem ao Egipto (ver pag 136).

A todos os colaboradores expressamos os nossos agradecimentos, pela sua disponibilidade e apoio. São sempre bem-vindos!

OFERTAS À A25A

“Cumprir Abril - Evocação do 50.º Aniversário do 25 de Abril de 1974” - oferta da Junta de Freguesia de Entradas;

“Memórias de Abril 50 anos depois”, de Mário Varela Gomes, oferta do Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão;

“Gaia, Abril 50 anos: 1974-2024” - Oferta da Câmara Municipal de Gaia;

“A Revolução dos Cravos e a Criação da 2.ª República Portuguesa”, de Franco Charais, Garcia dos Santos, Pereira Pinto, Pinto Soares e Almada Contreiras - oferta da Editora Âncora;

“La Rivoluzione dei Garofani: i Rapporti dell’Ambasciata Svizzera a Lisbona (1974-1976), de Reto Monico - oferta do autor;

Quadro - composição com a palavra “Obrigado” escrita em várias línguas - oferta de Rosário Gomes;

Azulejo com o símbolo dos serviços sociais - oferta da Presidente do Conselho Administrativo do CHULC, Rosa Valente Matos;

CD- Vítor Sarmento “ Em meu nome com abril no coração”, oferta do autor;

Azulejo com Declaração Universal dos Direitos Humanos, oferta de Irene Ribeiro.



O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril – Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração . 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) - Membro Honorário da Ordem da Liberdade | Presidente da direcção: Vasco Lourenço | Director: Aniceto Afonso | Editor: Licínio Lima| Colaborador: José Armando Lopes | Conselho Editorial: Alexandre Manuel, Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Luís Augusto Sequeira, Maria Inácia Rezola, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pizarat Correia, Vasco Lourenço | Fotografia: Agência Lusa | Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: oreferencial@a25abril.pt | <https://a25abril.pt/> | <https://guerracolonial.pt> | delegação do norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: delnorte@a25bril.pt | delegação do centro Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA | delegação do Alentejo Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÁNDOLA | delegação do Canadá - Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | Edição gráfica: atelier VCARDOSO, Design & Edições Av. Infante Santo, 61 - 4.º Esq. - 1350 - 177 Lisboa | Impressão e acabamento: NORPRINT

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade d'O *Referencial*

Delicioso em todos os sentidos

Chegou o novo Chocolate Quente Delta.

Uma bebida deliciosamente cremosa,
para preparar no conforto de casa de forma
simples, rápida e muito saborosa.

novo



HÁ MUITAS RAZÕES PARA SER ASSOCIADO MONTEPIO. QUAL É A SUA?

Desde 1840 que acompanhamos os portugueses com soluções de poupança e proteção que preparam o futuro e apoiam o presente, em todas as fases da vida.

Se ainda não conhece as vantagens que podem mudar a sua vida, vai querer conhecer todas as razões para estarmos consigo.

Com mais de 600 mil associados, somos poupança, proteção, saúde, experiências, cultura, e muitas outras vantagens que são a razão para tudo o que alcançamos, juntos.



Saiba mais em
montepio.org

